



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Ano CIII – Nº 830 – 2º quadrimestre de 2016

ISSN 0011-7641



Clausewitz nos conflitos atuais p.5
Valdecir Gregory

O ressurgimento do Grande Urso p.27
Giancarlo Niedermeier Belmonte

A Diplomacia Militar do EB na prevenção ao terrorismo transnacional p.83
Hallyson Eller Gonçalves Cruz Landim



A DEFESA NACIONAL

Editor

Alexandre Moreno dos Santos

Corpo Redatorial

Elias Rodrigues Martins Filho (presidente)
Valter de Sousa
José Maria da Mota Ferreira
Reinaldo Nonato de Oliveira Lima
Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista
Fernando Velóz Gomes Perosa (relator)
Carlos Eduardo de Moura Neves
Túlio Endres da Silva Gomes

Composição

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Praça Gen. Tibúrcio, 125
Praia Vermelha – Rio de Janeiro-RJ – Brasil
CEP 22290-270
Tel.: (21) 3873-3868

Revisão

Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação

Julia Duarte
juliaduarte@gmail.com

Impressão

Edigráfica

Direção, edição e distribuição

BIBLIX

Palácio Duque de Caxias
Praça D. de Caxias, 25 – 3º andar – Ala Marclio Dias
Rio de Janeiro-RJ – Brasil – CEP 20221-260
Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569
www.bibliex.ensino.eb.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio

com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser **enviados para a ECME**

adefesanacional@gmail.com

e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos:

documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (E) e 2,5cm (D), entrelinhamento 1,5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

O artigo, sendo científico, deverá conter os elementos pré-textuais que o caracterizam.

As referências, **sob exclusiva responsabilidade dos autores**, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A venda de números avulsos

será feita na Administração:

Tel.: (21) 2519-5715



Fac-Símile da portada do Nº 1, Ano I – 10/10/1913 de **A DEFESA NACIONAL**

Nossa Capa

Instalações esportivas do legado olímpico da Vila Militar.

- (1) Parque Aquático Cel Eric Tinoco (aro azul e imagem de fundo)
- (2) Centro de Hóquei sobre Gramo Sgt João Carlos de Oliveira (aro preto)
- (3) Ginásio Poliesportivo Cel Wenceslau Malta (aro vermelho)
- (4) Centro Militar de Tiro Esportivo Ten Cel Guilherme Paraense (aro amarelo)
- (5) Parque Equestre (aro verde)

Fonte: AJO 2016

Concepção: Jorge Lobato

Tratamento de imagens e diagramação: Julia Duarte



Créditos das fotos:

- (1) acervo da AJO 2016
- (2 a 4) Gabriel Heusi (www.heusiaction.com)
- (5) Miriam Jeske (www.miriamjeskefotografias.com)
- (2 a 5) © Portal oficial www.brasil2016.gov.br (conteúdo sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil)

EDITORIAL

Prezados leitores,

Em 1993, o renomado historiador militar britânico sir John Keegan publicou o livro *A History of Warfare*, mais tarde traduzido e publicado no Brasil sob o título *Uma História da Guerra*. No primeiro parágrafo daquela obra, Keegan contestava frontalmente a conhecida afirmação de Clausewitz, de que a guerra é a continuação da política por outros meios. A tese do livro era a de que a guerra é um fenômeno cultural e que a atividade guerreira tem muito pouco a ver com a política. Esse livro de Keegan foi apenas uma das inúmeras manifestações daquilo que já foi chamada de “a longa tradição de jogar Clausewitz na lata do lixo”. A década de 1990 foi pródiga em livros e artigos que contestavam as concepções clausewitzianas sobre a natureza e o caráter da guerra, e que apregoavam a ausência do caráter trinitário dos conflitos que eram descritos como “novas guerras”, “guerras assimétricas”, ou diversos outros epítetos usados para designar formas recentes do velho fenômeno da violência humana organizada. Nesta edição de *A Defesa Nacional*, o major Valdecir Gregory nos traz uma nova e instigante interpretação da “surpreendente trindade” clausewitziana como ferramenta para a análise de conflitos recentes e atuais. No artigo *Clausewitz nos conflitos atuais: a trindade, a guerra total e a guerra limitada*, o autor também discute os conceitos de “guerra total” e “guerra limitada”, a partir do entendimento do que foi definido por Clausewitz como “guerra ideal”.

No segundo artigo desta edição, o tenente-coronel Marcelo Ambrósio apresenta *O estabelecimento das bases para um complexo militar-industrial brasileiro durante os governos militares*. Naquele período, houve um grande desenvolvimento da indústria de defesa nacional, impulsionado tanto pela necessidade de reequipar as Forças Armadas brasileiras quanto pela intenção

estratégica de elevar a participação brasileira no cenário internacional. Como resultado do crescimento do parque industrial de equipamentos militares, em meados da década de 1980, o Brasil chegou a figurar entre os dez maiores exportadores mundiais de produtos de defesa.

Nos últimos anos, a Rússia tem assumido evidente protagonismo no cenário mundial, buscando voltar ao patamar que a União Soviética havia ocupado durante a Segunda Guerra Mundial e mantido ao longo do período da Guerra Fria. O artigo *O ressurgimento do Grande Urso*, do major Giancarlo Niedermeier Belmonte, analisa os principais fatos que contribuíram para a formação política, econômica, social e militar da atual Federação Russa e conclui sobre a tendência russa à busca de proeminência política e grandeza militar, decorrentes de seu espaço geográfico e de suas condições geopolíticas.

Em outubro de 2015, o Exército Brasileiro publicou um novo Regulamento de Uniformes, tendo como propósito proporcionar a boa apresentação individual e coletiva do seu pessoal militar e contribuir para o fortalecimento da disciplina e do bom conceito da Instituição perante a opinião pública. As disposições gerais do novo regulamento, entretanto, não fazem qualquer referência ao conforto dos uniformes e acessórios ou à adequação dos uniformes ao clima dos locais onde as unidades militares estão sediadas ou em operação. O artigo *Os uniformes de combate da Força Expedicionária Brasileira: contribuição para as atuais e futuras demandas logísticas de suprimento classe II do Exército Brasileiro*, do tenente-coronel Ivan Christie Barros de Araujo e do major Julio Cezar Fidalgo Zary, discute essa questão a partir do enfoque histórico da provisão de uniformes funcionais e adequados ao clima, para uso da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

A Geopolítica clássica volta ao centro do palco em um momento no qual os Estados Unidos — maiores representantes atuais do Poder Naval — vêm sendo confrontados pelo fortalecimento militar de potências tradicionalmente terrestres, como a Rússia

e a China. Por meio de uma abordagem histórica, o artigo *Da Royal Navy do século XIX à U.S. Navy do século XXI*, de autoria do geopolítico argentino Adolfo Koutoudjian, busca estabelecer como o Poder Terrestre abre espaço para o triunfo do Poder Aeronaval neste século XXI. O autor também destaca que as explicações tradicionais para o problema do poder no século em curso não devem enfocar apenas o poder militar, mas também suas expressões econômica, tecnológica e cultural.

O terrorismo está entre as maiores preocupações de segurança dos Estados desde o início do século XXI. O artigo *A possibilidade de atividades terroristas em território brasileiro*, do tenente-coronel Leandro Noveli Espindola, analisa a ameaça de atividades terroristas no Brasil, no intuito de identificar sua possibilidade de ocorrência em curto e médio prazo. O trabalho busca fornecer subsídios para diminuir os riscos de possível atuação terrorista em território nacional, cooperando com sua prevenção e repressão. O autor aponta para a gravidade das consequências de um ato terrorista, e recomenda que sua prevenção e contenção não sejam decididas pela casualidade, mas o resultado de estratégias voltadas para a sua prevenção e combate.

Alinhado com o anterior, o artigo *O papel da Diplomacia Militar do Exército Brasileiro na prevenção ao terrorismo transnacional*, de autoria do major Hiallyson Eller Gonçalves Cruz Landim, apresenta a Diplomacia Militar como uma das ferramentas à disposição do Estado brasileiro na difícil missão de prevenir ações terroristas dentro do território nacional. O autor identifica as vulnerabilidades e as ameaças para o Brasil e descreve o papel exercido por esse tipo de ação diplomática.

A equipe editorial e o corpo redatorial de *A Defesa Nacional* comprazem-se em fazer chegar às mãos de seus leitores mais uma edição deste periódico mais que centenário, e fazem votos de que sua leitura seja causa de produtiva e frutífera reflexão sobre os temas de interesse da Defesa Nacional.

Desejamos a todos uma boa e proveitosa leitura!

SUMÁRIO

Clausewitz nos conflitos atuais: a trindade, a guerra total e a guerra limitada	5
<i>Valdecir Gregory</i>	
O estabelecimento das bases para um complexo militar-industrial brasileiro durante os governos militares.....	16
<i>Marcelo Ambrósio</i>	
O ressurgimento do Grande Urso	27
<i>Giancarlo Niedermeier Belmonte</i>	
Os uniformes de combate da Força Expedicionária Brasileira: contribuição para as atuais e futuras demandas logísticas de suprimento classe II do Exército Brasileiro	46
<i>Julio Cezar Fidalgo Zary</i>	
<i>Ivan Christie Barros de Araújo</i>	
Da Royal Navy do século XIX à U.S. Navy do século XXI	55
<i>Adolfo Koutoudjian</i>	
A possibilidade de atividades terroristas em território brasileiro	69
<i>Leandro Noveli Espindola</i>	
O papel da Diplomacia Militar do Exército Brasileiro na prevenção ao terrorismo transnacional	83
<i>Hiallyson Eller Gonçalves Cruz Landim</i>	

Clausewitz nos conflitos atuais

A trindade, a guerra total e a guerra limitada

Valdecir Gregory¹

Introdução

O mundo globalizado, com o qual deparamos nos dias atuais, apresenta inúmeros desafios em todos os campos das relações humanas. Diariamente, e com uma velocidade de propagação nunca antes vista, novas ideias, análises e opiniões surgem, questionando ou ratificando a conservação de valores, estruturas e do senso comum vigentes. Com o fenômeno da guerra não é diferente, o que tem levado inúmeros estudiosos, civis e militares, a se debruçarem em estudos que buscam maior compreensão da guerra na era da informação bem como que tragam respostas aos atuais desafios de segurança e defesa dos estados nacionais.

Diante de tal conjuntura, é prudente que busquemos recorrer aos conceitos consagrados dos grandes teóricos, que ajudaram, com uma abordagem ampla e filosófica sobre a guerra, a talhar seus princípios e métodos, os quais se mostram imunes ao tempo e sobrevivem até os dias atuais.

Dessa forma, o objetivo do presente artigo é trazer à discussão a validade dos conceitos do general prussiano Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz para a realidade atual da guerra e

dos conflitos armados, limitando-se ao estudo da consagrada trindade governo, povo e forças armadas bem como aos conceitos de guerra total e guerra limitada.

Em uma 1^a parte, trataremos da trindade clausewitziana. Será destacada, inicialmente, a vontade do povo como importante componente incorporado à guerra por Napoleão. Clausewitz vivenciou e ressaltou esse fenômeno, questionando se as guerras, dali em diante, passariam a seguir esse padrão ou retornariam ao modelo anterior, em que os governantes mantinham a população alijada das decisões políticas e podiam empreender suas guerras com grande liberdade de ação. O fato é que ele acreditava que, daquele período em diante, o povo não mais se dissociaria da natureza da guerra.

Ainda na abordagem da Trindade de Clausewitz, será destacado o papel das Forças Armadas como detentoras da liberdade de ação para atuar no reino do acaso e da incerteza que conformam a guerra. Nesse sentido, buscarmos ampliar e atualizar o conceito desse importante componente da Trindade, com vistas a atestar a perenidade da teoria estudada.

Também será salientado o papel do governo como detentor da primazia na definição do objetivo político da guerra, ressaltando que esta é

¹ Maj Com (AMAN/98), mestre em Operações Militares (EsAO/06), especializado em Guerra Eletrônica e Manutenção de Comunicações. Atualmente, é instrutor da ECEME, onde concluiu recentemente o Curso de Comando e Estado-Maior.

apenas uma ferramenta da política. O entendimento dessa relação entre as expressões política e militar do poder nacional, também será fundamental para melhor compreensão da segunda parte do artigo, que abordará os dois tipos de guerra, segundo Clausewitz: limitada e total.

Ao final da 1^a parte, buscaremos compreender a relação existente entre os três votores da trindade e a influência dos mesmos nos conflitos atuais. Veremos que a afirmação de Clausewitz, de que a teoria da guerra é como um objeto em equilíbrio entre três ímãs, não só permanece atual, em pleno século XXI, como dificilmente alguém poderá chegar a bom termo na guerra da era da informação havendo desequilíbrio na trindade.

Em uma 2^a Parte, abordaremos os conceitos de guerra total e guerra limitada. Para compreendermos tais conceitos e como eles se refletem nos dias atuais, será necessário, primeiramente, o entendimento do “conceito puro da guerra”, também definido por Clausewitz como a “Guerra Ideal”.

Por fim, buscaremos estabelecer um vínculo entre os conceitos apresentados e a maneira com que os estados-nação e suas forças armadas vêm lidando com os desafios advindos das atuais guerras e conflitos armados, chegando a uma conclusão acerca da validade dos preceitos de Clausewitz na era da informação.

A Trindade de Clausewitz

O que é a trindade?

No Livro 1 de *Da guerra*, Clausewitz aborda a natureza da guerra. É nesse livro que se encontra boa parte das ideias atinentes ao nível político e onde o autor identifica características que ele julga serem constantes nas guerras até então

travadas. Tais características, explicitadas no trecho a seguir, delinearam o conceito da trindade.

A guerra, então, não é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também, como fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, antes de mais nada, a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política, por via da qual ela pertence à razão pura.

O primeiro destes três aspectos interessa particularmente ao povo; o segundo, ao comandante e ao seu exército; e o terceiro importa, sobretudo, ao governo. As paixões chamadas a incendiá-lo na guerra de preexistir nos povos em questão; a amplitude que assumirá o jogo da coragem e do talento no domínio do acaso e das suas vicissitudes dependerá do caráter do comandante e do exército; quanto aos objetivos políticos, só o governo decide por eles. (CLAUSEWITZ, 2010, p.30)

É possível identificar claramente os três componentes da trindade: o povo, o comandante com seu exército e o governo. Contudo, cabe ressaltar que os mesmos foram identificados a partir do seu relacionamento com conceitos também expressos no fragmento apresentado, que são respectivamente:

- 1) as paixões inflamadas na guerra, que podem advir de ressentimentos, ódio e inimizades;
- 2) a coragem e o talento do comandante no emprego de suas forças, exercendo sua criatividade no reino do acaso e da probabilidade que caracterizam a guerra;

3) a razão, ou seja, o poder político, que indica o propósito da guerra.

Dessa forma, é importante que nos fixemos mais nos conceitos que definem os componentes da trindade do que nos componentes em si, pois estes podem sofrer modificações em sua denominação, fruto do tempo e do espaço em que são analisados. Um exemplo simples dessa modificação é o fato de que Clausewitz menciona apenas o “exército e seu comandante”, pois essa era a força singular preponderante nos estados europeus continentais do início do século XIX, ao passo que, nos dias atuais, podemos mencionar não somente as Forças Armadas, mas todos os meios disponíveis, militares e não militares, envolvidos na guerra.

Com essa ideia em mente, é possível traçarmos paralelos e formularmos concepções atuais da trindade, a fim de atestar sua validade em pleno século XXI.

O povo

Como afirmamos no item anterior, o primeiro componente da trindade, o povo, corresponde ao conceito “das paixões inflamadas na guerra, que podem advir de ressentimentos, ódio e inimizades”. Essa correspondência corre justamente da identificação do povo com o propósito da guerra. Tal identificação, por sua vez, só irá ocorrer quando o povo enxergar, no empreendimento da guerra, a luta por um ideal, por uma crença, por amor à pátria ou, até mesmo, quando enxergar a possibilidade de extravasar seus ressentimentos e seu ódio.

Podemos afirmar que tais sentimentos encontram-se latentes em todos os grupos sociais, pois são inerentes aos indivíduos que compõem tais grupos. Na história militar, Napoleão

é considerado o líder militar que primeiro se valeu da força moral emanada do apoio das massas em prol do propósito da guerra. Seu argumento era de que as guerras que empreendia se faziam necessárias para libertar toda a Europa do Antigo Regime e, com isso, libertar os povos do jugo de seus monarcas absolutistas. Assim, podemos entender que o componente povo, nas guerras napoleônicas, contribuiu para incorporar à guerra a força emanada de um “ideal”, representado pela Revolução Francesa e por seus princípios iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade.

Com essa abordagem, podemos definitivamente nos fixar na ideia de que o primeiro componente da trindade é, na verdade, uma força emanada do campo psicossocial, podendo surgir e abranger desde um pequeno grupo social até a completa expressão psicossocial do poder nacional de um estado-nação.

As forças armadas

Em um primeiro momento, as forças armadas são a representação mais clara do segundo componente da Trindade Clausewitziana, por serem o principal ator que irá atuar no ambiente do acaso e da incerteza que caracterizam a guerra e os conflitos armados, valendo-se de toda a sua capacidade operativa e da criatividade dos comandantes e seus estados-maiores.

No entanto, as guerras e conflitos armados da “Era da Informação” não estão mais restritos a teatros de operações bem delimitados e inimigos facilmente identificáveis e distinguíveis. Esses inimigos podem ser tanto estados, quanto organizações não estatais, terroristas, criminosas ou mesmo indivíduos isolados. As ameaças à segurança são variadas e difusas e exigem do poder político a utilização de

meios que extrapolam o simples emprego do poder militar, resultando em uma combinação ilimitada de meios, como enfatizaram os coronéis Liang e Xiangsui, da Força Aérea Chinesa, em sua obra *Guerra além dos limites*:

Constituindo-se em um método de guerra em que “ir além dos limites” representa sua característica principal, o seu princípio básico consiste na reunião e combinação do maior número de meios para solucionar um problema, constituindo uma ambiência mais ampla que a do problema em si. Por exemplo, quando a segurança nacional é ameaçada, a resposta não consiste em, simplesmente, selecionar meios para enfrentar militarmente a outra nação, mas, em vez disso, trata-se de dissipar a crise através do emprego de “Combinações Supranacionais”... (LIANG; XIANGSUI, 1999, p.206)

Assim, podemos chegar ao entendimento de que o segundo componente da trindade é, em uma leitura atual, o ator ou conjunto de atores que se valerá de todos os meios e capacidades, incluindo o uso da força, para, em um ambiente de incerteza, atingir objetivos intermediários que contribuam para o objetivo político proposto.

Com esse último entendimento, podemos afirmar que tal componente da trindade não se limita mais unicamente às Forças Armadas de um estado-nação, mas a todos e quaisquer meios que sejam empregados para subjugar o oponente ou neutralizar uma ameaça com vistas à consecução de um objetivo político bem definido, seja esse objetivo traçado por um ator estatal, seja ele estabelecido por qualquer outro ator global não estatal, como, por exemplo, as já citadas organizações terroristas ou criminosas. Dessa forma, essa abordagem se contrapõe à tese, propagada por muitos estudiosos,

como Kaldor (1999) e Creveld (1991), de que os conflitos armados de baixa intensidade, levados a cabo por atores não estatais, empregando estratégias de ação indireta, não podem ser enquadrados na concepção clausewitziana da natureza da guerra.

O argumento central, tanto para Creveld como Kaldor, é que a reflexão de Clausewitz sobre a guerra está superada. Essa obsolescência se daria em dois aspectos: o primeiro, a guerra não seria mais um fenômeno da política interestatal e tenderia, cada vez mais, a ser um fenômeno que ocorre sem o controle do Estado, ou apesar do controle estatal. O segundo, a guerra do século XXI, em sua própria dinâmica interna também não refletiria mais a trindade de forças que Clausewitz postulou em *Da guerra*, seja em virtude do surgimento de novas realidades tecnológicas no campo de batalha, seja porque as “novas guerras” não são mais travadas por um Povo, um Exército e um Governo, que estes autores supõem que seja a referida trindade. (SILVA, 2003, p.133)

O governo

O governo é o componente da trindade que define o “objetivo político” ao qual o conflito ou guerra está racionalmente vinculado. Ao se levantar a concepção de que o delineamento de objetivos não é uma exclusividade de governos de estados-nação, mas algo que se dá em todo e qualquer grupo que se organize para um determinado fim, torna-se possível flexibilizar a definição de mais este integrante da trindade.

Atualmente, os estados-nação vêm cada vez mais dividindo espaço com outros atores na arena global. Exemplo disso é o grande poder econômico de algumas empresas mul-

tinacionais e mesmo de indivíduos — os quais chegam a superar o PIB de inúmeras nações — ou, ainda, o elevado poder de fogo de organizações terroristas e criminosas, que conseguem, em alguns casos, subjugar as forças armadas de alguns estados.

Esses novos atores, que compõem o complexo cenário internacional, possuem organização e metas muito bem definidas. Invariavelmente, seus organogramas preveem um grupo dirigente, responsável por estabelecer as diretrizes e definir as estratégias a serem trilhadas na consecução de seus objetivos. Tal constatação permite encaixar tais grupos dirigentes na Trindade Clausewitziana, ampliando o conceito anterior, que se restringia apenas ao “governo”, dando-lhe uma nova forma. Assim, em uma concepção mais atual, poderíamos denominar o terceiro componente da trindade como “grupo dirigente”, seja ele de que organização for.

O equilíbrio na trindade

Das observações realizadas nos itens anteriores, podemos afirmar que a concepção da natureza da guerra elaborada por Clausewitz, particularmente no que tange à Trindade, permanece muito atual. Creditamos tal conclusão ao fato de que Clausewitz, em sua obra *Da guerra*, exprimiu uma concepção filosófica acerca da guerra, extraíndo sua verdadeira essência. Por sua abordagem profunda sobre a teoria da guerra, é possível afirmar que o autor alcançou uma aspiração que ele próprio expôs no prefácio de sua principal obra:

A minha ambição era escrever um livro que não fosse esquecido após dois ou três

anos e que possivelmente pudesse ser consultado mais de uma vez por aqueles que estão interessados pelo assunto. (CLAUSEWITZ, 1984, p.65)

Uma vez confirmado que a teoria permanece atual, passaremos a observar sua aplicação nos recentes conflitos armados e guerras, considerando, obviamente, a abordagem realizada nos itens anteriores acerca da trindade, a qual podemos resumir no **Quadro 1**.

Não é objetivo do presente estudo tecer uma análise pormenorizada acerca dos conflitos e guerras que serão citados, mas tão-somente deter-se aos aspectos que relacionam esses conflitos à trindade apregoada por Clausewitz:

Estas três tendências são como três códigos de leis diferentes, profundamente enraizados em seu tema e, contudo, variáveis em sua relação uns com os outros. Uma teoria que ignore qualquer um deles, ou que procure estabelecer uma relação arbitrária entre eles, estaria a tal ponto em conflito com a realidade que, somente por esta razão, seria totalmente inútil.

A nossa tarefa é, portanto, elaborar uma teoria que mantenha um equilíbrio entre estas três tendências, como um objeto suspenso entre três ímãs. (CLAUSEWITZ, 1984, p.93)

Conceito Clássico	Proposta Atual
Povo	Força emanada do campo psicosocial, abrangendo desde um pequeno grupo social até a completa expressão psicosocial do poder nacional de um estado-nação.
Forças Armadas	Autor ou conjunto de atores, militares ou não, que irão valer-se de todos os meios e capacidades, inclusive o uso da força, para, em um ambiente de incerteza, atingir objetivos intermediários que contribuam para o objetivo político proposto.
Governo	Grupo dirigente, estatal ou não.

Quadro 1 – Trindade Clausewitziana

Fonte: o autor

Em suma, o objetivo é constatar que, se um conflito armado ou guerra fugir ao equilíbrio entre os três vértices da trindade, estará fugindo, por conseguinte, à essência da guerra. Tal desequilíbrio, por sua vez, poderá levar inúmeras dificuldades aos atores que se engajam em tais conflitos.

Observemos, por exemplo, a guerra do Vietnã. Essa guerra foi amplamente estudada pelos americanos, a fim de identificar as razões que levaram ao fracasso no atingimento do objetivo político. Segundo Strachan, o Gen Colin Powell combateu no Vietnam e foi um dos que buscaram respostas nos teóricos clássicos do pensamento militar ocidental. Ao ler Clausewitz, o Gen Powell identificou uma série de aspectos dissonantes da trindade, os quais buscou corrigir quando exerceu o cargo de chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Americanas, em 1990, aplicando-os rigorosamente na guerra que se seguiu com o Iraque, em 1991 (STRACHAN, 2008, p.8).

Dentre os aspectos dissonantes da trindade, que levaram ao insucesso americano na Guerra do Vietnã, a dificuldade em lidar com a emergência do ambiente informacional talvez esteja entre as principais. As imagens do teatro de operações, mostrando as agruras por que passavam os soldados americanos, chegavam diariamente aos lares de seus familiares na América, afetando diretamente seu moral e comprometendo seu apoio à causa da guerra, levando a um desequilíbrio na trindade.

Da observação dos fatos nessa guerra, também é possível afirmar que, quando um dos vértices da trindade é afetado, acaba por desequilibrar os outros. Nota-se, por exemplo, que, ao deparar com a perda do apoio da população, o governo americano, no afã de re-

solver rapidamente a questão, passou a ingerir diretamente nas ações no teatro de operações, diminuindo a liberdade de ação do comandante militar à época, Gen Westmoreland, prejudicando o andamento das operações.

Tomemos um outro exemplo a partir da observação da Primeira Guerra do Golfo, em 1991. Nesse caso, observamos um perfeito alinhamento dos três componentes da trindade:

- 1) o apoio da população dos países aliados e de grande parte da opinião pública mundial, que rechaçava a ideia de um estado ocupado militarmente por outro;
- 2) a organização de uma grande Força Conjunta Combinada, sob o comando unificado do Gen Norman Schwarzkopf;
- 3) um objetivo muito bem definido pelos aliados, liderados pelos Estados Unidos, que consistia na expulsão das Forças Iraquianas do Kwait.

O equilíbrio da trindade foi mantido do início ao fim da guerra, e observa-se que algumas decisões, tomadas no seu curso, contribuíram para tal. Um exemplo foi a decisão do presidente americano George H. Bush de interromper a campanha terrestre no 5º dia, imediatamente após as forças iraquianas realizarem uma retirada sob pressão do Kwait. Seu objetivo era manter a legitimidade da operação, atendendo ao objetivo proposto e evitando um massacre das Forças Iraquianas, o que poderia gerar uma comoção mundial contrária à intervenção aliada. Notemos que se buscou evitar um impacto no primeiro vértice da trindade, qual seja, a força emanada do campo psicossocial, o apoio da população à causa, ao mesmo tempo em que houve

um cuidado em manter a guerra subordinada à razão e ao objetivo estabelecido pelo grupo dirigente, nesse caso, os Aliados.

Muitos poderão afirmar que os dois exemplos citados são conflitos com amplo emprego de meios convencionais, passíveis da aplicação dos conceitos de Clausewitz, e que tal teoria seria de difícil aplicação nos conflitos atuais. Assim, tomaremos um exemplo de conflito irregular assimétrico bastante atual, para atestar que a trindade não só pôde ser transposta para a era da informação, como o seu equilíbrio constitui, ainda hoje, o fio condutor dos conflitos e da guerra.

Falaremos de um conflito que tem ocupado a mente de políticos, militares, cientistas políticos, sociólogos, imprensa e inúmeros estudiosos nos últimos dois anos: o conflito armado sustentado pelo Estado Islâmico no oeste da Síria e norte do Iraque.

Inicialmente, a primeira constatação é que estamos diante de um conflito armado multifacetado, com inúmeros atores e interesses envolvidos, e isso está correto. No entanto, é preciso um esforço para compreender a situação, estabelecendo um diagrama de relações, e, a partir desse diagrama, buscar identificar os componentes da Trindade Clausewitziana.

De maneira muito sucinta, poderíamos identificar no EI (Estado Islâmico) os três componentes:

- 1) o califa e seus apoiadores mais próximos, como o “Grupo Dirigente”, que estabeleceram o objetivo de fundar um califado, um novo estado teocrático guiado pela Sharia;
- 2) o “ideal” que motiva os recrutados para lutar em prol da construção desse novo estado e seus apoiadores como

sendo a “força psicossocial”; e
3) as operações militares convencionais, com a conquista de cidades, territórios e estruturas estratégicas, associadas ao terror e à violência e残酷度extremas, com ampla exploração no ambiente informacional, caracterizam uma “combinação de meios” empregados em prol de objetivos intermediários que visam ao estado final desejado, que é a criação do estado.

Em oposição ao EI, temos a OTAN, sob liderança dos EUA, apoiando o Iraque, além da Rússia, apoiando a Síria, e de outros atores, como os curdos. Enfim, temos um conjunto de atores atuando contra o EI. No entanto, não há sinergia entre suas ações, e não existe um objetivo político unificado, impactando diretamente no equilíbrio da trindade, por não haver unidade de pensamento naquele que deveria ser o grupo dirigente, ou seja, nos governos e líderes dos estados e grupos que lutam contra o EI.

Outro componente da trindade em desequilíbrio nesse conjunto de atores é o apoio de suas populações. Não há, com exceção dos curdos, motivação suficiente, segundo a perspectiva dessas populações, que justifique uma ação mais contundente, com envio de tropas para derrotar o EI. Dessa forma, os estados passam a limitar os meios empregados, priorizando ataques aéreos e operações especiais, em um conflito que tende a se prolongar no tempo.

Observamos, portanto, que um conflito armado recente, com todas as características da era da informação, permanece seguindo os preceitos da natureza da guerra segundo Clausewitz. E mais, observamos que o desequilíbrio em um dos componentes afeta diretamente os

demais, provocando distorções que afastam os envolvidos na guerra da essência da mesma, comprometendo seu êxito.

Guerra total e guerra limitada

É comum que boa parte daqueles que estudam Clausewitz automaticamente o associe aos conceitos da estratégia militar direta, à preponderância no emprego da expressão militar do poder e à busca da vitória militar por meio da destruição das forças armadas oponentes, como único meio de se atingir a vitória.¹ Outros, ainda, o associam à “guerra total”, imputando-lhe, injustamente, parte da responsabilidade na carnificina que se viu nas I e II Guerras Mundiais². No entanto, é preciso compreendermos o conceito de guerra total e não nos deixarmos levar por tal simplificação. Uma vez compreendido o que Clausewitz definiu como guerra total, teremos maior facilidade em compreender a guerra limitada e, a partir daí, sua ligação com a releitura que realizamos da trindade clausewitziana no item anterior.

Primeiramente, é importante enfatizar que os conceitos de guerra total e guerra limitada não estão relacionados diretamente à quantidade de meios empregados na guerra. A quantidade de meios pode variar sim, entre um tipo e outro, mas não é o que determina a diferença entre eles.

A fim de obter melhor compreensão desses dois conceitos, será necessário, inicialmente, o entendimento do que é o “conceito puro da guerra”, também definido por Clausewitz como a “guerra ideal” ou “guerra absoluta”.

O conceito puro da guerra ou guerra ideal

A guerra ideal não deve ser entendida como sendo uma forma ou padrão ideal de conduzir uma guerra, mas sim, deve ser compreendida no seu sentido filosófico, segundo a corrente filosófica do idealismo alemão. Tal corrente, que possui os prussianos Kant e Hegel como alguns de seus principais representantes, influenciou o estilo literário e o método de raciocínio de Clausewitz, fato que fica bastante evidenciado na dialética alemã presente em sua principal obra: *Da guerra*.

Segundo Utz (2012), o idealismo alemão, no sentido ontológico, estabelece que os conceitos derivam de reflexões por parte do sujeito, “do EU”, que, por sua vez, levam a sínteses — as ideias. Tal escola filosófica distingue-se da corrente realista justamente por desconsiderar a interação do objeto fruto da reflexão com a realidade. Significa dizer que o conceito de guerra ideal corresponde, na verdade, a uma ideia isolada do que seja guerra, desconsiderando a ligação com suas causas e consequências. Nesse caso, segundo Clausewitz, “a guerra é simplesmente um ato de força para obrigar o inimigo a fazer a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1984, p.75). Cabe ressaltar, ainda, que não há limites para o emprego dessa força:

A tese deve ser repetida, portanto: a guerra é um ato de força e não existe qualquer limite lógico para o emprego dessa força. Cada lado obriga, portanto, o seu oponente a fazer o mesmo que ele. Tem início uma ação recíproca, que deverá, em tese, levar a extremos. (CLAUSEWITZ, 1984, p.77)

A guerra ideal é, portanto, um duelo em grande escala e deve ser travada com o uso máximo da força. O que traz essa “idéia” para o mundo real é justamente a correlação que a

guerra tem com seu propósito, ou melhor, com o objetivo político traçado pelo grupo dirigente (CLAUSEWITZ, 1984, p.82).

Assim, a relação da guerra com o seu propósito resultará basicamente em duas possibilidades, que caracterizam sua dupla natureza: limitada e total.

A guerra total

A guerra total ocorre quando o objetivo político estabelecido é a própria destruição política do inimigo, ou ainda, quando o objetivo for garantir a sobrevivência própria contra a intenção do inimigo em nos eliminar politicamente. Nesse caso, teremos uma guerra muito próxima de seu conceito puro, ideal, a “guerra total” (CLAUSEWITZ, 1984, p.91).

Na guerra total, os objetivos militares e mesmo os objetivos traçados para os demais campos do poder confundem-se com os objetivos políticos, pois todos eles estarão apontando para a completa destruição do oponente. A fim de exemplificar, podemos citar as guerras árabe-israelenses como sendo guerras totais, pois visavam, de um lado, a destruição do Estado de Israel e, de outro, a sua sobrevivência como estado-nação. “Na Conferência do Cairo de 1964, a Liga Árabe declarou, pela primeira vez, que seu objetivo final era a destruição do Estado de Israel” (CAMARGO, 2006, p.430).

A guerra limitada

A guerra limitada ocorre quando o objetivo político é estabelecido aquém daquele explicitado no item anterior, ou seja, quando não visa à total eliminação política do oponente, ou melhor, quando há uma limitação desse objetivo. (CLAUSEWITZ, 1984, p.91)

Na guerra limitada, os objetivos militares, bem como os objetivos traçados para os demais campos do poder, contribuem para o atingimento do objetivo político.

Quanto mais distante o objetivo militar está do objetivo político, mais próximos estamos da guerra limitada. Dessa forma, será possível tornar claro que: quando um governo estabelece um determinado objetivo político e conclui sobre a necessidade do emprego do poder militar para atingir esse objetivo, **a limitação desse poder militar já estará pressuposta na definição do objetivo militar que contribuirá para o atingimento do objetivo político (estado final desejado)**. Uma vez estabelecido esse limite, Clausewitz afirmava que não deveria haver limitação no emprego da força para atingir esse objetivo militar, sob pena de prejudicar o atingimento do objetivo político.

Em 1804, Clausewitz já fazia uma distinção entre as guerras travadas para “exterminar o oponente e destruir a sua existência política”, daquelas travadas para enfraquecer o oponente o suficiente para que pudesse “impôr condições [a ele] na conferência de paz”. Quando ainda estava elaborando essa distinção, Clausewitz negava que o fato de os propósitos serem limitados justificasse uma limitação dos esforços. Ele argumentava que, mesmo que não se pretendesse mais do que obrigar o oponente a concordar com os termos, o seu poder e a sua determinação de resistir deveriam ser quebrados. Por motivos políticos e sociais, bem como por motivos militares, a melhor maneira de ocasionar a vitória era a mais curta e mais direta, e isso significava utilizar toda a força possível (PARET, 1984, p.21 e 22).

Clausewitz também ressalta que é direito do chefe militar exigir que, ao se traçar o objetivo político, seja levada em conta a capaci-

dade dos meios de que o poder militar dispõe para cumprir sua missão, condicionando, de certa forma, a definição do objetivo político.

A guerra, de uma maneira geral, e o comandante, em qualquer ocasião específica, têm o direito de exigir que o rumo e os desígnios da política não sejam incompatíveis com esses meios. (CLAUSEWITZ, 1984, p.91)

Tal teoria mostra-se muito atual, uma vez que, na maioria das guerras e conflitos armados recentes, os atores envolvidos estabeleceram objetivos limitados, embora tenham, equivocadamente, também limitado seus meios e força. Essa limitação de meios e força é justamente o ponto de dissonância entre a teoria da dupla natureza da guerra de Clausewitz e a realidade observada nos atuais conflitos. Destarte, é possível supor que tal dissonância seja um dos motivos, juntamente com o desequilíbrio na trindade, que têm levado tais conflitos a se prolongarem no tempo em meio a indefinições.

Em 1999, os coronéis Qiao Liang e Wang Xiangsui, da Força Aérea Chinesa, elaboraram uma teoria definida como “guerra além dos limites”, em que os meios empregados não devem obedecer a limites, mas os objetivos sim, mantendo um alinhamento com o conceito clausewitziano de guerra limitada.

Um general inteligente não irá limitar suas medidas levando em conta que os objetivos são limitados. Isso muito possivelmente produziria um fracasso à beira de um sucesso. Assim sendo, o limitado deve ser buscado através do ilimitado. (LIANG; XIANGSUI, 1999, p.240)

Conclusão

O presente artigo buscou resgatar a es-

sência da natureza da guerra, presente na obra do general prussiano Carl Von Clausewitz, a fim de lançar luz sobre a realidade atual dos conflitos armados, buscando compreender melhor os mecanismos que os regem.

Na primeira parte, concluímos que a Trindade Clausewitziana mantém-se atual, mesmo no complexo ambiente da era da informação. Ademais, vimos que o equilíbrio entre seus componentes representa a própria natureza da guerra e que, se algum deles ruir, terminará por desequilibrar os demais e comprometer o êxito na condução da guerra.

Na segunda parte, vimos que a guerra limitada pressupõe o estabelecimento de um objetivo limitado, não significando limitação de meios, nem tampouco da força empregada.

Podemos concluir, portanto, que o êxito de um determinado estado-nação na condução dos conflitos armados e da guerra vincula-se, necessariamente, à sua habilidade em estabelecer objetivos políticos claros e conjugar o equilíbrio da trindade com o emprego ilimitado de meios e o uso máximo da força, para atingir tais objetivos.

Sobre essa conclusão cabem, ainda, as seguintes reflexões: é concebível que um determinado governo de estado-nação empregue inadequadamente seus meios, entre os quais as Forças Armadas, deixando de realizar uma correta avaliação do cenário de crise e de definir objetivos políticos e militares claros e mensuráveis? Da mesma forma, é aceitável que não se garanta a um comandante militar o emprego ilimitado de meios e o uso máximo da força com o objetivo de atingir o objetivo militar? É prudente que não se busque o necessário apoio da força emanada do campo psicossocial para qualquer ação em que se decida empregar a

expressão militar do poder nacional?

Por fim, o presente artigo não teve a intenção de esgotar o assunto, mas apenas pres-

tar uma pequena contribuição com um tema de grande relevância para os profissionais que trabalham com defesa e segurança. ☀

Referências

CAMARGO, Cláudio. Da Autodefesa à expansão: A Guerra dos Seis Dias, 1967. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. 3 v. Tradução do original para o inglês por Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Rio de Janeiro: EGN, 1984.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução do original para o português por Maria Teresa Ramos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

CREVELD, Martin Van. **The transformation of war**. New York: The Free Press, 1991.

HART, Basil Liddell. **Strategy: The indirect approach**. Londres: Faber and Faber, 1954.

HOWARD, Michael. **Clausewitz**. Oxford: Oxford University Press, 1983.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **A Guerra Além dos Limites – Conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização**. Pequim: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

PARET, Peter. A Gênese de Da Guerra. In: CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. 3 v. Tradução do original para o inglês por Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Rio de Janeiro: EGN, 1984.

SILVA, Carlos Eduardo M. Viegas da. **A transformação da guerra na passagem para o século XXI. Um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz**. São Carlos – SP, 2003. 158 fl. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos.

STRACHAN, Hew. **Sobre a Guerra de Clausewitz (uma biografia)**. Tradução do inglês para o português por Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

UTZ, Konrad. **Sujeito e Liberdade – Investigações a partir do idealismo alemão**. Porto Alegre: EdiPU-CRS, 2012.

NR: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Ver a Nota 2.

² É provável que os que defendem tais idéias o façam motivados pela grande influência do historiador e militar britânico Basil Henry Liddell Hart (1895-1970) e de uma de suas principais obras — *Strategy: The indirect approach* — na formação do pensamento militar ocidental. Liddell Hart atribuía a Clausewitz os massacres ocorridos na Primeira Guerra Mundial, como enfatizou Strachan: “Em suas conferências Lees Knowles, proferidas em Cambridge em 1932-33, Basil Liddell Hart culpou Clausewitz pelo massacre da Primeira Guerra Mundial (Strachan, 2008, p.21)”. “Em 1933, Basil Liddell Hart reagiu à condução da Primeira guerra Mundial, atacando Clausewitz ferozmente por sua ‘doutrina da guerra absoluta, a teoria da luta decisiva’, que fez da ‘política a escrava da estratégia’ (Strachan, 2008, p.145).”

O estabelecimento das bases para um complexo militar-industrial brasileiro durante os governos militares

Marcelo Ambrósio*

Introdução

O termo “complexo industrial-militar” foi utilizado pela primeira vez em um relatório norte-americano e foi imortalizado pelo então presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, em seu discurso de despedida de 17 de janeiro de 1961, referindo-se à estreita ligação entre o poder político daquela nação e a indústria de materiais de defesa.

No ano de 1964, em face do cenário internacional da Guerra Fria, uma contrarrevolução cívico-militar encerrou uma profunda instabilidade política e institucional, advinda da tentativa do estabelecimento de um regime comunista no Brasil, e iniciou um período de governos militares, que perdurou até 1985.

O marechal Castello Branco, primeiro presidente desse período, assumiu o governo e, visando enfrentar a crise econômica, lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que introduziu certas reformas de médio e longo prazo, fundamentais para a construção de um capitalismo moderno no Brasil. Dessa

maneira, lançou as bases para o acelerado crescimento econômico do país.

De acordo com Perlo-Freeman¹ (2002), foi nesse período que os governos brasileiros passaram a seguir uma estratégia para estabelecer uma indústria de materiais militares. Essa estratégia tinha dois propósitos principais: uma indústria nacional de produtos de defesa era vista como essencial para as ambições do país de aumentar seu poder em âmbito internacional e também reduziria a dependência dos Estados Unidos em relação à aquisição de produtos de defesa.

A indústria de defesa do Brasil começou a ganhar destaque internacional na década de 1970. Em razão da crise do petróleo de 1974, que originou um quadro de dificuldades em nível global, o Governo Brasileiro criou uma estratégia política com vistas a adaptar o país ao momento difícil. O planejamento governamental projetou duas empresas do setor no exterior: a AVIBRAS e a ENGESÁ (DRUMOND, 2014).

Em vista disso, este artigo pretende realizar uma abordagem do estabeleci-

* Ten Cel Inf (AMAN/93), mestre em Operações Militares (EsAO/01); é piloto de helicópteros e possuidor do Curso de Comando e Estado-Maior. Atualmente, serve no Comando de Aviação do Exército.

mento das bases de um complexo militar-industrial brasileiro, ocorrido durante o período dos governos militares. Além disso, pretende realizar uma breve apresentação dos fatos que marcaram a trajetória da AVIBRAS e da ENGESÁ, duas empresas que alcançaram importante projeção internacional.

Os governos militares e o Milagre Econômico

Ao assumir o poder, Castello Branco colocou economistas liberais, como Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, à frente dos ministérios da Fazenda e Planejamento, respectivamente. Uma das primeiras medidas do novo governo foi revogar a lei de controle da remessa de lucros e aplicar um pacote de medidas econômico-financeiras para conter a inflação e o *deficit orçamentário*: compressão salarial e do crédito, corte nos gastos públicos, desvalorização cambial e redução da emissão monetária.

As reformas institucionais do PAEG, em particular as reformas fiscal/tributária e financeira, criaram as condições para a aceleração subsequente do crescimento. O Governo Castello Branco implementou diversas medidas no sentido de incentivar um maior grau de abertura da economia brasileira ao comércio e ao movimento de capitais com o exterior. O sistema cambial foi simplificado e unificado, foram modernizadas as agências do setor público ligadas ao comércio exterior e ampliada a integração com o sistema financeiro internacional. (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008)

Costa e Silva assumiu o poder em março de 1967, prometendo retomar o desenvolvimento econômico e liberalizar o regime. Hélio Beltrão e Delfim Neto foram nomeados ministros do Planejamento e Fazenda, respectivamente, e atenuaram a política monetarista de seus antecessores, retomando o desenvolvimento econômico, que atingiu um crescimento de 9,3% do PIB em 1968. O Programa Estratégico de Desenvolvimento do governo estabeleceu o controle dos juros, atenuou o aperto financeiro e favoreceu o setor da indústria pesada e energia. Consolidou-se o papel do Estado na economia, que, além de orientar e coordenar no plano macroeconômico, criava empresas estatais nos setores estratégicos. (VIZENTINI, 1998)

No governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a economia cresceu em torno de 10% ao ano entre 1970 e 1973. Consolidou-se o famoso tripé econômico: as empresas estatais encarregavam-se da infraestrutura, energia e das indústrias de bens de capital (aço, máquinas e ferramentas); as transnacionais produziam os bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos); e o capital privado nacional voltava-se para a produção de insumos (autopeças) e bens de consumo populares. A indústria automobilística tornou-se o setor mais dinâmico da economia, atingindo uma produção anual de um milhão de unidades. Longe de gerar rivalidade, o tripé estabelecia uma divisão de trabalho, e, uma vez que o crescimento era grande, havia lugar para todos.

Em 1974, tomou posse o general Ernesto Geisel. Seu governo teve de se defron-

tar com a primeira crise do petróleo, que teve o preço quadruplicado. A estratégia adotada perante a crise incluía um ajuste de longo prazo, a ser obtido pela realização maciça de investimentos voltados para a substituição de importações, a produção de bens de capital e a formação de infraestrutura bélica. O objetivo era superior à crise, tentou-se superar a barreira do desenvolvimento. As exportações cresceram a taxas de 4% ao ano entre 1974 e 1979. Essa diversificação da pauta de exportações contribuiu positivamente com a economia brasileira até 1984 (CYSNE, 1993).

Nesse período, pode-se destacar um novo posicionamento da política externa brasileira. Tal mudança pode ser confirmada pelo estreitamento das relações comerciais com países árabes produtores de petróleo; pelo encerramento do alinhamento com os EUA e a denúncia do acordo militar com aquele país; com o início das conversações com Argentina sobre as hidrelétricas na bacia do Prata; a construção da hidrelétrica de Itaipu (maior hidrelétrica do mundo à época) em parceria com o Paraguai; o acordo nuclear entre o Brasil e Alemanha; e a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica com mais sete países da América do Sul.

O governo do último presidente militar (1979-1985), general Figueiredo, foi marcado pelo processo da abertura política, em meio aos grandes problemas econômicos internos e externos, que pressionavam o modelo de desenvolvimento. A situação econômica e política mundial tornou-se dramaticamente adversa para o Brasil com o Segundo Choque do Petróleo (devido à revolução no Irã e à guerra com o Iraque). Além disso, durante os anos 1970, processou-se uma rearticulação da economia mundial, através da reestruturação das formas

de produção, do estabelecimento de uma nova divisão internacional da produção e do desencadeamento de uma revolução científico-tecnológica, que voltou a ampliar a distância entre os países capitalistas avançados e os em desenvolvimento. (VIZENTINI, 1998)

Industria de material de defesa no Brasil

Desde o início do período republicano, a responsabilidade pela fabricação de materiais de uso militar permaneceu com o Estado. O capital privado não mostrava interesse em investir nesse mercado, por falta de demandas atraentes, embora as Forças Armadas precisassem de equipamentos que não eram fabricados no país. (DRUMOND, 2014). Nesse período e até o final da primeira metade do século XX, a produção brasileira de materiais de defesa se limitava a armamentos de pequeno calibre e explosivos. Como exemplo desse cenário, pode-se citar a Fábrica de Pólvora e Explosivos de Piquete.

Pelo Decreto nº 7230, de 17 de dezembro de 1908, foi aprovado o primeiro regulamento da Fábrica de Pólvora sem Fumaça, fixando entre seus objetivos “abastecer o Exército e a Armada com seus produtos; entregar ao mercado as sobras destes, adaptadas no que convier aos usos correntes, criando assim uma fonte de receita para o Estado; e proceder a toda a sorte de estudos técnicos relativos a pólvoras e explosivos, não só em bem do serviço público, como também mediante indenização para fins particulares”. (CHAVES, 2009)

Foi Getúlio Vargas que conseguiu implementar uma indústria de base, fornece-

dora de matérias-primas intermediárias, capazes de abastecer uma base industrial de defesa inicial, para produzir equipamentos militares de maior valor agregado. A fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, Rio de Janeiro, no ano de 1941, é um marco significativo na evolução da capacidade de produção industrial brasileira. Durante os anos do governo de Juscelino Kubitschek, as instalações tanto industriais quanto tecnológicas criadas durante a era Vargas começaram a desenvolver projetos, visando atender o mercado consumidor nacional. (WELFER 2014)

Até o final da década de 1950, o Brasil permaneceu dependente da transferência de armamentos por parte do governo dos EUA, através do Acordo de Assistência Militar, firmado em 1952. Contudo, as transferências de armamentos realizadas nesse período não trouxeram quase nenhuma transferência de tecnologia, devido às restrições estratégicas impostas pelos norte-americanos. Esse fato gerou insatisfação entre a oficialidade brasileira, levando ao despertar, novamente, de um sentimento nacionalista e à necessidade de promover atividades de pesquisa de interesse militar dentro das próprias Forças Armadas (SILVA, 2012).

A política de substituição de importações, no período que sucedeu a Segunda Guerra, para fazer frente ao desequilíbrio externo decorrente da falta de dólares, acabou tendo efeitos positivos para o crescimento da indústria militar brasileira, pois incentivou a consecução de planos nacionalistas, conduzindo à criação, em 1946, do Centro Técnico da Aeronáutica (CTA), considerado por muitos o marco inicial da moderna indústria de

armamentos no Brasil (SILVA, 2012).

A demanda por produtos estratégicos de defesa teve um expressivo aumento ao longo dos anos 70 e início dos anos 80 em decorrência do contexto político e econômico nacional. Nesse período, a economia brasileira vivenciava o período do Milagre Econômico. Assim, deu-se início a um grande número de programas militares, que visavam a um profundo reequipamento e modernização das Forças Armadas, de modo a ampliar o poder dissuasório do Brasil.

- Entre os principais programas iniciados nesse período, podem-se destacar:
- Fragatas da classe Niterói: aquisição e posterior produção local, no AMRJ, sob licença do estaleiro britânico Vosper Thornycroft (1970).
- Programa nuclear da Marinha visando à propulsão naval (1979).
- Corvetas da classe Inhaúma: desenvolvimento e produção local, pelo AMRJ, com suporte técnico do estaleiro alemão Marine Technik (1981).
- Submarinos da classe Tupi: aquisição e posterior produção local, no AMRJ, sob licença do estaleiro alemão HDW (1985).
- Aviões de caça supersônicos Mirage III e F-5 Tiger II: adquiridos da empresa francesa Dassault (1970) e da norte-americana Northrop (1973), respectivamente.
- Aviões de treinamento avançado a jato Xavante: produzidos pela Embraer sob licença da empresa italiana Aermacchi (1971).
- Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo – SISDACTA: implantação do CINDACTA I (1972) e CINDACTA II (1982), com tecnologia da empresa francesa Thompson-CSF e participação da empresa brasileira Esca Engenharia.

- Aviões de treinamento básico turboélice Tucano: desenvolvidos e produzidos pela Embraer (1978).
- Aviões de caça subsônicos AMX: desenvolvimento e produção realizados pela Embraer, em conjunto com as empresas italianas Aeritalia e Aermacchi (1981).
- Mísseis ar-ar Piranha: início do desenvolvimento (1976).
- Veículos blindados de reconhecimento (EE-9 Cascavel) e transporte (EE-11 Urutu): desenvolvidos e produzidos pela Engesa (1970).
- Sistema de artilharia por foguetes de saturação (Astros II): desenvolvidos e produzidos pela Avibras (1983). (AMARANTE, 2012)

Para o desenvolvimento dessa nascente indústria de materiais de defesa, o apoio governamental foi fundamental, e, também devido ao baixo orçamento destinado ao setor militar, a exportação foi crucial para o sucesso dessa atividade de produção. O maior mercado para os armamentos brasileiros foi o Oriente Médio, em particular o Iraque, durante o conflito com o Irã, mas os produtos também foram exportados para a América do Sul, e ainda aviões produzidos pela EMBRAER foram vendidos para a Grã-Bretanha e a França.

Com efeito, em uma década (1975-1985), o Brasil tornou-se um dos dez mais importantes fornecedores ou provedores de armamento convencional avançado do mundo, sendo que foi um dos poucos países capazes de produzir simultaneamente as cinco categorias de armamento convencional avançado utilizadas pelo Stockholm International Peace Research Institute² (SIPRI) nos seus estudos: a) aeronaves; b) veículos blindados e artilharia; c)

sistemas de navegação e radar; d) mísseis e e) navios de guerra. (AVILA, 2008)

Cabe ressaltar que mais de 70% da produção brasileira de armamento convencional avançado eram destinados ao mercado internacional. Essas exportações foram realizadas em grande parcela por três empresas: a EMBRAER³, a ENGESÁ⁴ e a AVIBRAS.⁵

No final da década de 1980 e início da década de 1990, a indústria de armamento do Brasil foi afetada negativamente por inúmeros fatores externos. Em primeiro, o término da Guerra Irã-Iraque em 1998 encerrou um lucrativo mercado de armamento, particularmente para a ENGESÁ e a AVIBRAS. Segundo, o final da Guerra Fria determinou um declínio geral no comércio mundial de armamentos. E terceiro, a Guerra do Golfo de 1991 demonstrou a superioridade tecnológica dos produtos norte-americanos, tornando os produtos de defesa brasileiros de menor sofisticação muito menos atrativos. (KAPSTEIN, 1991)

Internamente, na segunda metade da década de 1980, o agravamento da crise econômica impôs severas restrições orçamentárias às Forças Armadas Brasileiras. O orçamento de defesa também foi afetado pela conjuntura da política interna, pois, ao término do período dos governos militares, as Forças Armadas perderam prioridade na alocação de recursos.

Essa conjunção de fatores — tanto políticos quanto econômicos — fez com que a maioria dos programas militares sofresse atrasos sucessivos, sendo que muitos deles foram total ou parcialmente cancelados. Mesmo projetos de elevada importância estratégica, como o dos submarinos da classe Tupi ou do avião de caça tático AMX, apresentaram atrasos e cortes or-

çamentários. [...] A quase totalidade dos demais programas militares continuou sofrendo com as demandas irregulares e os baixos volumes de recursos disponibilizados, de forma que, em muitos casos, as Forças Armadas brasileiras precisaram recorrer à aquisição de equipamentos militares usados, as denominadas “compras de oportunidade”, para manter a capacidade operacional. (ABDI, 2011)

Breve histórico de AVIBRAS e ENGES

AVIBRAS

A AVIBRAS é uma empresa de engenharia, totalmente brasileira. Possui um complexo industrial composto por três instalações, localizadas em pontos estratégicos e privilegiados do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo. Pioneira no Brasil no setor aeroespacial, alcançou grande sucesso ao equipar as Forças Armadas brasileiras e nações parceiras com sistemas avançados defesa.

Fundada pelo Engenheiro ITA João Verdi de Carvalho Leite, em 1961, produtora da primeira aeronave brasileira, o treinador Falcão, inovadora em muitos campos e mais conhecida pelo Sistema de Foguetes ASTROS (Artillery Saturation Rocket System). A única arma estratégica desenvolvida pelo Brasil e que foi reconhecida por quem teve que enfrentá-la, o US Army nas Operações Desert Shield e Desert Storm (1991). (DEFESANET, 2015)

De acordo com Paulo César Ladeira Júnior⁶ (2012) destacam-se alguns pontos que marcaram a história da empresa:

- O envolvimento da AVIBRAS com os foguetes começaria já em 1962. Com o sucesso de seu propelente, o Ministério da Aeronáutica solicitou

à empresa o desenvolvimento de foguetes e plataformas de lançamento. A Força Aérea contrataria a empresa para o projeto de desenvolvimento do foguete Sonda I.

- No início da década de 1970, quando trabalhava no foguete Sonda III, a AVIBRAS redirecionou sua capacitação para uma saída de emergência: a fabricação de foguetes menores, de emprego de defesa. Nesse contexto, surgia o Sistema de Foguetes Superfície-Superfície de 70mm de calibre, com lançadores de 36 foguetes e alcance de até 7km. Um dos foguetes mais importantes da época foi o SS07/SBAT, da família de foguetes que sucedeu o SBAT.⁷ Posteriormente, o SS-40⁸ foi desenvolvido por um programa conjunto, que contou inicialmente com o Exército. Um programa semelhante daria origem, em seguida, ao foguete SS-60.⁹
- Ainda na década de 1970, Verdi identificou uma lacuna no mercado internacional, que não dispunha de um sistema de foguetes de artilharia para saturação de área que utilizasse diversos calibres e alcances, lançados a partir de um mesmo veículo. O Exército identificou vantagens no emprego do sistema de foguetes multicalibre proposto e incentivou a AVIBRAS a prosseguir nesse desenvolvimento, com recursos próprios.
- Em 1981, a empresa firmou contrato com o Iraque para o fornecimento de nove baterias de lançadores de foguetes de saturação ao exército da-

quele país, em um negócio de cerca de US\$ 500 milhões, com o adiantamento de parte dos recursos. Esses recursos permitiram o investimento na construção de novas fábricas, na aquisição de equipamentos e na contratação da mão de obra. Os trabalhos resultaram na criação dos ASTROS (Artillery Saturation Rocket System).

- Em 1983, o Exército Brasileiro assinaria um contrato com a AVIBRAS para a produção nacional da primeira série de equipamentos de direção de tiro (EDT). O Exército intencionava adquirir mais de cem unidades do equipamento, visando atender às suas necessidades, e o projeto pareceu atrativo à AVIBRAS, que iniciou o desenvolvido do FILA (Fighting Intruders at Low Altitude).

A crise iniciada no final da década de 1980 derrubou as exportações da AVIBRAS e forçou a empresa a direcionar sua produção para a produção de produtos industriais para uso civil.

ENGESA

A Engenheiros Especializados S.A. foi fundada em 1963 e sua atividade inicial era a produção de equipamentos para refinarias de petróleo; entretanto, em 1970, se voltou para o mercado de defesa e começou a produzir veículos blindados sobre rodas e caminhões militares.

De acordo com a pesquisa conduzida por Ladeira Jr. (2012), podem-se citar alguns pontos marcantes da trajetória da empresa:

- O desenvolvimento da suspensão “bumerangue”. Esse sistema, desenvolvido e patenteado pela ENGESA,

foi uma das origens do sucesso dos primeiros veículos militares, e o início de suas atividades na área de defesa concentrara-se nessa inovação.

- Uma carta-contrato de desenvolvimento e preparação de protótipos entre a Diretoria de Ensino e Pesquisa Técnica do Exército e a ENGESA dá início a um carro de reconhecimento sobre rodas, equipado com canhão 37mm — e denominado pela ENGESA de Cascavel.
- Em 1971, outro veículo desenvolvido pelo grupo de trabalho do Exército e repassado para produção pela ENGESA foi o carro de transporte de tropas anfíbio denominado Urutu. O primeiro lote de Urutus, que viabilizou a produção de uma pré-série, foi encomendado pelo Corpo de Fuzileiros Navais. O Exército também encomendou algumas unidades do blindado.
- A ENGESA percebeu que o mercado das Forças Amadas brasileiras não era suficiente para garantir a expansão de seus negócios. Ocorreu, nesse momento, um interesse de empresas de Portugal em negociar, no exterior, os blindados da empresa. A ENGESA, então, fez a sua primeira incursão no mercado internacional, oferecendo seus Cascavéis e Urutus. Também foram desenvolvidos os caminhões militares EE-15 e EE-25, para serem oferecidos aos comerciantes portugueses.
- O Cascavel surgiu como uma alternativa ao blindado francês Panhard AML 90. A ENGESA providenciou uma versão do Cascavel dotada do canhão 90mm fran-

- cês. A partir daí, o Cascavel conquistou o mercado do Terceiro Mundo. A ENGESÁ assinou seu primeiro contrato de exportação com a Líbia para o fornecimento de 200 Cascavéis.
- Concomitantemente à Líbia, a empresa vendeu cerca de uma centena de unidades do Cascavel para o Chile. Após as entregas para Líbia e Chile, houve novas vendas para países da África, como o Gabão, a Tunísia, a Argélia e a Costa do Marfim, e da América do Sul, como a Bolívia, a Colômbia e o Equador. Começaram a surgir, ainda, novos contratos com países da África e Oriente Médio.
 - Com o ambiente favorável ao comércio Brasil-Iraque, a ENGESÁ fechou com aquele país um contrato de fornecimento de blindados de aproximadamente US\$ 200 milhões. Com a venda ao Iraque, os volumes de negócio cresceram, e a ENGESÁ passou a ser conhecida no mercado internacional.
 - Ainda na década de 1970, foi lançado o EE-17 Sucuri I. Um dos maiores blindados sobre rodas do ocidente, o Sucuri não chegou a ser produzido comercialmente. Em meados da década seguinte, a empresa desenvolveu uma versão aperfeiçoada, o EE-18 Sucuri II, dotada de nova suspensão e pneus mais largos, além de equipamento para medição de radioatividade na atmosfera. Outro projeto dos anos de 1970 foi o caminhão militar EE-50, o maior e mais robusto caminhão militar desenvolvido no país até aquele momento.
 - Em 1982, a ENGESÁ anunciou a sua intenção de desenvolver um carro de combate no país, apresentando ao Exército a proposta de construir o Osório. A principal motivação para a criação do Osório foi a concorrência internacional promovida pela Arábia Saudita. Os árabes queriam adquirir o blindado alemão Leopard 2, mas a Alemanha alegou que só venderia aos países pertencentes à OTAN. Em face da negativa, a Arábia Saudita resolveu procurar outro fornecedor para os seus carros de combate.

Apesar de o Osório ter-se destacado e apresentado desempenho superior aos correntes norte-americanos e britânicos, o poderoso *lobby* internacional não permitiu que o blindado tivesse sucesso comercial. Esse fato e o advento da crise levaram a ENGESÁ, apesar de ter tentado diversificar sua produção e lançar utilitários voltados para o mercado civil, a encerrar suas atividades.

Conclusão

O termo “complexo industrial-militar” representa o relacionamento das forças políticas de um estado, materializado pelo governo nacional e suas forças armadas, com a indústria de produtos de defesa.

Este artigo procurou apontar que o período dos governos militares, além de ter originado um robusto crescimento econômico, trouxe uma nova postura estratégica, que visava vencer a barreira do desenvolvimento através da diversificação da pauta de exportação, com a inclusão de produtos in-

dustrializados e a produção de materiais de defesa. Além disso, buscou-se o afastamento da dependência tecnológica e da influência dos norte-americanos.

Fica claro que, no período dos governos militares, houve um grande desenvolvimento da indústria de defesa nacional, impulsionado tanto pela necessidade de reequipar as Forças Armadas brasileiras quanto pela intenção estratégica de elevar a participação brasileira no cenário internacional. Esse desenvolvimento, com ampla participação do poder público, produziu empresas que alcançaram um razoável nível de sofisticação tecnológica, tais como a AVIBRAS, a EMBRAER e a ENGES, que posicionaram

o país entre os dez maiores exportadores de produtos de defesa do mundo.

Em 1985, já sob uma pesada crise econômica, a mudança do ambiente político que provocou a diminuição da participação dos militares no processo decisório e a redução do orçamento destinado às Forças Armadas colocou em dificuldade esse complexo industrial.

Mesmo assim, algumas empresas conseguiram sobreviver a esse panorama e proporcionaram ao país retomar o desenvolvimento industrial desse importante ramo da produção, quando da mudança do cenário político e econômico vivido pelo Brasil na primeira década do século XXI. ☰

Referências

- ABIMDE - Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança. **Panorama da Indústria Defesa e Segurança**. São Paulo: 2011. Disponível em: <<http://www.industriadedefesaabc.org.br/files/.pdf>>. Acesso em 12 Ago 2015.
- ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. (2011). **Diagnóstico da Base Industrial de Defesa**. Campinas: ABDI, NEIT-IE-UNICAMP, 2011.
- AMARANTE, J. C. A. DO. **A Base Industrial de Defesa**. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012.
- AVILA C. F. D. *O Brasil, a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEMEM – e o comércio internacional de armas: um estudo de caso*. **Revista Tempo**, v. 15, p. 221-241, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v16n30/a10v16n30.pdf>. Acesso em 29 Out 2015.
- AVIBRAS. **História**. Disponível em: <https://www.avibras.com.br/site/pt/historia.html>. Acesso em 29 Out 2015.
- BÉLANGER, Y. et al. *As mudanças na indústria de defesa: olhares cruzados sobre três continentes*. **Caderno do Institut de Recherche Stratégique de l'Ecole Militaire. Caderno da IRSEM**, Vol. 10. 183 f. Rio de Janeiro, RJ. 2012.
- CHAVES, A. C. M. *Piquete - Cidade Paisagem, História – Fábrica Presidente Vargas*. **Jornal “O Estafe-ta”**. Piquete, SP, Edição Comemorativa, Março de 2009. Disponível em: <http://www.mauxhome-page.net/piquete/historia/historia20.htm>. Acesso em 28 Out 2015.

CYSNE, R. P. **A economia brasileira no período militar.** 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/875/000061078.pdf?sequence=1>. Acesso em 27 Out 2015.

DEFESANET. **Crise na Avibras, qual crise?** Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/18195/EDITORIAL---Crise-na-AVIBRAS--Qual-crise-/>. Acesso em 29 Out 2015.

DRUMOND, C. D. **Indústria de Defesa do Brasil.** Guarulhos, SP: ZLC Comunicação 2014.

EMBRAER. **Histórico da Embraer.** Disponível em: <http://www.centrohistoricoembraer.com.br/pt-BR/HistoriaEmbraer/Paginas/Historico.aspx>. Acesso em 29 Out 2015.

FRANKO-JONES, P. *Public Private Partnership: Lessons from the Brazilian Armaments Industry. Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 29, n. 4, p. 41–68, 1988.

KAPSTEIN, E. B. *The Brazilian Defense Industry and the International System. Political Science Quarterly*, Winter 1990-91, pp. 579-595.

LADEIRA JUNIOR, P. C. **A ascensão e queda, e os desafios ao crescimento das empresas de defesa AVIBRAS e ENGEZA.** 2013. 299 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto COPPEAD de Administração, Rio de Janeiro. 2013.

PERLO-FREEMAN, S. **Offsets and the development of the Brazilian Armaments Industry.** 2002. Disponível em: http://www.ecaar.org/articles/offsets_abstracts.htm. Acesso em 29 Out 2015.

SILVA, M. R. **Base Industrial de Defesa do Brasil: um estudo sobre o período de 1970 a 2000.** 2012.104 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Universidade Federal Fluminense – UFF. Disponível em: http://www.uff.br/ppgest/page29/files/marcelo_rocha.pdf. Acesso em 29 Out 2015.

VELOSO F. A.; VILLELA A.; GIAMBIAGI F. **Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006. Acesso em 29 Out 2015.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A política externa do Regime Militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964 – 1985).** Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

WELFER R. L. **A História da Indústria Militar Brasileira: Organizações, Complexo Industrial e Mercado durante o século XX.** Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2727/rafael%20welfer%20tcc.pdf?sequence=1>. Acesso em 28 Out 2015.

NR: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Dr. Sam Perlo-Freeman é pesquisador do SIPRI Military Expenditure and Arms Production Program (nota 2), no qual ele monitora dados sobre despesas militares em todo o mundo. Ele é catedrático University of the West of England, onde faz pesquisa no campo da economia da defesa e da paz.

- ² SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute é um instituto internacional independente, que se dedica à pesquisa de conflitos, armamentos, controle de armas e desarmamento. Fundado em 1966, o instituto disponibiliza dados, análises e recomendações para decisões políticas, pesquisadores, jornalistas e público em geral. Localizado em Estocolmo, o SIPRI também tem presença em Pequim e é regularmente listado entre os mais respeitados institutos do mundo.
- ³ A EMBRAER, Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., foi criada em 1961 com o apoio do Governo Brasileiro. Sua primeira missão foi produzir e comercializar o Bandeirante, projetado pelo Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA). Em seguida, veio o pedido do Governo Brasileiro para fabricar o jato de treinamento avançado e ataque ao solo EMB 326 Xavante, sob licença da empresa italiana Aermacchi. Outros desenvolvimentos que marcaram o início das atividades da EMBRAER foram o planador de alto desempenho EMB 400 Urupema e a aeronave Agrícola EMB 200 Ipanema. Ao final da década de 1970, o desenvolvimento de novos produtos — como o EMB 312 Tucano e o EMB 120 Brasília, seguidos pelo programa AMX, em cooperação com as empresas Aeritalia (hoje Alenia) e Aermacchi — permitiu que a Empresa atingisse um elevado patamar tecnológico e industrial, sendo atualmente uma das maiores fabricantes de aviões do mundo.
- ⁴ A próxima seção deste artigo realizará uma breve apresentação da trajetória da ENGESA.
- ⁵ A próxima seção deste artigo realizará uma breve apresentação da trajetória da AVIBRAS.
- ⁶ Paulo César Ladeira Júnior é oficial da Marinha do Brasil. Possui graduação em Ciências Navais pela Escola Naval (1994) e mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública.
- ⁷ SBAT – Sistema Brasileiro Ar-Terra, designa uma família de foguetes fabricados pela AVIBRAS.
- ⁸ SS 40 – Foguete de Artilharia fabricado no Brasil pela AVIBRAS para equipar o sistema múltiplo de foguetes ASTROS-II.
- ⁹ SS 60 – Foguete de Artilharia fabricado no Brasil pela AVIBRAS para equipar o sistema múltiplo de foguetes ASTROS-II.

O ressurgimento do Grande Urso

Giancarlo Niedermeier Belmonte¹

Introdução

Para se entender o presente da Rússia e poder inferir sobre os atuais fatos ocorridos, faz-se necessário o mergulho na história desse país. A Federação Russa é um país localizado no norte-nordeste da Eurásia, sendo o país mais extenso do mundo. A história russa inicia-se com os eslavos do leste, que surgiram como um grupo étnico reconhecido na Europa entre os séculos III e VIII, passando pelas invasões mongóis, czarado e império, revolução bolchevista, União Soviética, queda do regime comunista, crises pós-desintegração até os dias atuais, diante da nova ordem mundial, que se desenhou a partir do início dos anos 2000.

Será exposta, a seguir, uma análise dos principais fatos que contribuíram para a formação política, econômica, social e militar da atual Federação Russa e seu papel no cenário mundial atual.

Da origem da Rússia ao fim da União Soviética

Segundo Angelo Segrillo¹ (2015), em sua obra *Os Russos*, o embrião da atual Rússia foi fundado e dirigido por uma classe nobre de guerreiros *vikings* e por seus descendentes — o primeiro estado eslavo, o Principado de Kiev, que surgiu no século IX e adotou o cristianismo ortodoxo do Império Bizantino em 988. A indicação dessa origem está calcada na chamada *Crônica primária russa*, que narra a epopeia dos fundadores da Rússia. A partir daí, houve o início da síntese das culturas bizantina e eslava, o que acabou por definir a cultura russa. O principado finalmente se desintegrou, e suas terras foram divididas em vários pequenos estados feudais.

No século XIII, os mongóis invadiram uma Rússia Kievana já fragmentada, impondo um domínio indireto sobre o povo russo, mantendo seus costumes e religião, que duraria até a Batalha do Rio Ugra, ocorrida no século XIV, decorrente do enfraquecimento dos Khanatos da Horda Dourada. O estado sucessor de Kiev foi a Moscovia, que serviu como a principal força no processo de reunificação da Rússia e na luta de independência contra a Horda de Ouro mongol.

Surgiu, então, o núcleo do que viria a ser o Império Russo. Muito do ordenamento político, militar e social, segundo alguns historiadores, advém do período de domínio mongol, principalmente, a centralização do poder. Tal característica auxiliou na expansão do Principado da Moscovia, reunindo as terras dos antigos Khanatos mongóis, em

¹ Maj Com (AMAN/98), mestre em Operações Militares (EsAO/06), especialista em Guerra Eletrônica (CIGE/11), em Bases Geo-Históricas para formulação Estratégica (ECEME/11) e em Ciências Militares com ênfase em Defesa Nacional (ECEME/15).

um processo que permeou os séculos XIV, XV e XVI, culminando com a fundação do Czarado da Rússia, no século XVI, por Ivan IV, o Terrível. Muito foi herdado do Império Bizantino, por causa de casamentos entre a nobreza russa e a bizantina. Como exemplo, destaca-se a Águia de Duas Cabeças, símbolo bizantino até hoje utilizado como símbolo das Armas Russas.

Com a sucessão de Ivan IV por seu filho incapaz, surgiu a oportunidade de a família Romanov, com Féodor Romanov, assumir o título de Patriarca de Moscou. Foi, então, exarado o Código de 1649, tornando o Czarado dono das terras e submetendo os camponeses a altos impostos e organização em comunas, sem o direito de ir e vir. Surgiram as primeiras revoltas lideradas por Cosacos e a expansão territorial com a anexação da Ucrânia e Sibéria.

Em 1721, Pedro I, o Grande, proclamou o Império Russo com a feição das principais monarquias europeias, de forma absolutista, e que permaneceu sob o domínio da família Romanov. O período Imperial caracterizou-se pela grande expansão territorial, modernização política, econômica e social e pela ocidentalização da sociedade russa. Apesar dos avanços, esse período caracterizou-se por uma política déspota, causando grande insatisfação popular em diversos períodos da dinastia Romanov.

Dentre os diversos episódios que marcaram o período imperial, destacaram-se a tentativa de invasão napoleônica à Rússia, a fundação de cidades como São Petersburgo, grande entreposto comercial entre o oriente e o ocidente, expansão em busca de saída para o mar, seja pelo Mediterrâneo, seja pelo

Índico, já indicando a vocação expansionista pautada pela geografia Russa, como sendo, segundo Halford J. Mackinder, o território russo parte do “Heartland”² do planeta, e demarcando o espírito eurasiano do povo russo. Isso ficou muito claro no período da Primeira Guerra Mundial, no qual o Império Russo ficou dividido entre as ações bélicas do lado ocidental, em favor da Tríplice Entente, e as ações de contenção contra a invasão japonesa e seus reflexos, anos antes, no extremo leste.

Durante o reinado do czar Nicolau II, o descontentamento popular e o enfraquecimento político, econômico e militar, decorridos de inúmeras ações simultâneas e derrotas, principalmente, contra os japoneses, fizeram surgir grupos político-ideológicos baseados nas teorias de Marx e Engel que, após uma conspiração orquestrada para insuflar as massas e causar uma luta armada do proletariado, conseguiram derrubar o czar Nicolau II, no que ficou conhecido como a Revolução Bolchevista de 1917, dando fim ao Império Russo.

Com o advento do novo modelo político, implantou-se o comunismo na Rússia e, em 1921, surgiu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), impondo uma economia planificada, com a divisão de trabalho em sovietes³ e comunas⁴, com o produto do trabalho enviado ao poder central, que, teoricamente, cuidava do repasse ao povo, o que muitas vezes não acontecia, gerando crise e fome generalizada por várias partes do território soviético.

A URSS permaneceu com o espírito expansionista do Império Russo, todavia, com outro viés, aglomerando novas repú-

blicas oriundas dos antigos “khanatos” e que faziam parte da zona de influência eurasiana soviética. Com a subida de Joseph Stálin ao poder, a ideia de se expandir o comunismo rapidamente para o mundo perdeu velocidade. Stálin aumentou o poder de domínio sobre a população, fortalecendo a URSS em seus territórios. A consequência desse fechamento foi a execução de medidas de contenção do governo soviético sobre suas áreas de interesse, fazendo surgir a “Cortina de Ferro⁵”.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo dividiu-se em dois polos — de um lado, os Estados Unidos da América (EUA); de outro, a URSS —, dando início à Guerra Fria. Nesse período pós-guerra, demarcou-se o grande desenvolvimento tecnológico soviético, o aumento das medidas de contenção da sua parte do *Hearland*, com o surgimento do Muro de Berlim, da “Cortina de Ferro” e do Pacto de Varsóvia, ao mesmo tempo em que o comunismo espalhou-se por outras partes do mundo, financiado inicialmente pela URSS, criando territórios amplificadores do modelo político-econômico soviético. Como exemplos, destacaram-se as revoltas populares na China, a Guerra da Coréia, a Guerra do Vietnã, a Revolução Cubana, as intervenções no Afeganistão e o fim do colonialismo europeu na África, com influência soviética nos principais movimentos populares africanos, além da Revolução Cubana, tornando Cuba o principal entreposto comunista do ocidente.

Notou-se um avanço tecnológico surpreendente na área militar, com o surgimento da “Corrida Espacial” entre Estados Unidos e URSS, dos foguetes e mísseis balísticos intercontinentais convencionais e nucleares,

satélites de uso comercial e militar, material bélico variado, como aviões de caça supersônicos, armamento portátil e coletivo. Tal avanço foi muito facilitado pelas constantes possibilidades de utilização do poder bélico soviético nas diversas áreas de conflito.

Com o fim do período stalinista, o sistema soviético sofreu várias transformações, sendo o fim da centralização do poder político a mais importante e evidente. Sucederam-se vários governos, que burocratizaram a política e a economia, além de fechar a URSS para os países não comunistas. Essa blindagem causou um atraso tecnológico e econômico da União, associado aos gastos exorbitantes da corrida armamentista, resultando na fragilização da economia soviética ao final da década de 1970, sucateando os principais projetos estratégicos da época.

No início dos anos 80, o próprio povo soviético percebeu que o sistema já estava ruindo. Mikhaïl Gorbachev, presidente da URSS, implantou várias medidas no sentido de abrir a União Soviética para o mundo, dentre elas destacaram-se a Perestroika⁶ (reestruturação) e a Glasnost⁷ (transparência), que tinham como finalidade abrir a economia e diminuir a intervenção estatal.

Tais medidas produziram uma cisão na sociedade soviética, opondo um grupo de conservadores e um grupo de liberais. O enfraquecimento soviético deu mostras com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e com a saída de tropas soviéticas do Afeganistão. Em 1991, houve uma tentativa de golpe militar, fracassada por ação do grupo liberal capitaneado por Bóris Yeltsin. As repúblicas começaram a tornar-se autônomas, sendo Estônia, Letônia e Lituânia, as primeiras re-

públicas. No fim de 1991, Yeltsin reuniu-se com os presidentes da Bielorrússia e Ucrânia. No encontro, foi assinado o Pacto de Beleveja, que anunciaava a dissolução da União Soviética e a formação da Comunidade dos Estados Independentes, a CEI. Em 1992, começou o governo do primeiro presidente da Federação Russa, após a era imperial russa.

A transição de modelo

A novel Federação Russa, sob o mandato de Bóris Yeltsin, passou por uma reestruturação profunda, incluindo a abertura de mercado, a política externa, privatizações, medidas macroeconômicas, a dissolução do Soviete Supremo, transferência da indústria bélica e do poder militar soviético das antigas repúblicas para a Rússia, entre outras reformas, acarretando uma hiperinflação, surgimento de uma oligarquia extremamente rica (oligarcas russos) em detrimento de um povo miserável, aumento da dívida externa, corrupção, quebra da moeda e da bolsa com várias moratórias, causando o denominado Colapso Econômico Russo.

Em seu governo, conseguiu impor uma nova constituição, entregando ao presidente amplos poderes para a escolha do primeiro-ministro, dissolução da Duma Federal⁸ — novo parlamento russo — e reformas por decretos. Ocorreram importantes conflitos, como a guerra da Chechênia e a de Kosovo, que o fizeram enfrentar duas tentativas de *impeachment*.

Entretanto, apesar dos desastres políticos e econômicos, Yeltsin conseguiu inserir a Rússia em outro modelo político-econômico, com os prós e contras dessa transforma-

ção, e preparar as bases para novas reformas futuras, renunciando ao mandato e colocando Vladimir Putin, seu primeiro-ministro, no controle da Federação Russa.

A nova direção

A partir de 2000, Vladimir Putin começou sua trajetória como líder da Federação Russa, caracterizado por uma série de reformas nos campos político, econômico, social e militar. Putin foi primeiro-ministro em 1999-2000, durante o governo de Yeltsin. De 2000 a 2004, cumpriu sua primeira etapa na presidência, sendo reeleito em 2004. De 2008 a 2012, continuou influenciando o presidente Dmitri Medvedev, sendo seu primeiro-ministro. Em 2012, após um período eleitoral controverso, foi eleito para um terceiro mandato de seis anos, após reforma constitucional que permitiu tal feito. Permanece no poder até 2018.

Como primeiras medidas executadas em seu primeiro mandato, Putin procurou sanear a economia, já que seu antecessor privatizou vários setores considerados estratégicos, que ficaram nas mãos de um seleto grupo de russos, conhecidos como “oligarcas russos”. Assim, procurou estatizar os setores de defesa, telecomunicações, gás e petróleo e, por último, a imprensa. Oligarcas como Boris Berezovski e Mikhail Khodorkovski travaram uma luta política e econômica com Putin, que procurou retomar o controle dessas empresas. Em uma disputa judicial, o governo conseguiu resgatar a empresa YUKOS, Petrolífera do Sul, importante fornecedora de gás e petróleo privada, pertencente a Mikhail Khodorkovski, sob a acusação

de mais de 27 bilhões de dólares em dívidas de impostos atrasados, além da prisão e condenação do oligarca por fraude, roubo e sonegação fiscal. A empresa foi leiloada e adquirida por outra empresa privada, que, mais tarde, seria comprada pela Rosneft, estatal do petróleo russo. Ao final, Putin detinha o controle totalitário das principais empresas desses setores, podendo usufruir uma liberdade de ação econômica, para fins sociais e políticos, além de militares.

Economia

Com o suporte financeiro da indústria do gás e petróleo, Putin conseguiu no primeiro mandato, diminuir a desigualdade social, seguindo uma cartilha macroeconômica, atingindo uma média de 7,5% de aumento do PIB anual por vários anos consecutivos.

Nessa guerra contra a oligarquia russa, muitos se alinharam ao governo, com medo de futuras represálias, fortalecendo o apoio das elites a Putin. Ainda no campo econômico, o governo estabeleceu reservas significativas com a venda de gás e petróleo, principalmente para o Cáucaso, União Europeia e China. Lançou o programa de projeção das empresas estatais no cenário regional e mundial, principalmente com o cunho político de projeção da nação. A Gazprom, Rosneft e a Corporação de Aviação Unificada são exemplos de empresas do programa.

Em 2004, foi criado o Fundo de Estabilização, baseado nos ganhos da indústria petrolífera, meio pelo qual Putin conseguiu sanear as dívidas herdadas do período soviético e da transição do regime na Era Yeltsin, em 2005. A partir de 2008, o fundo foi

dividido em dois: um para custear possíveis crises econômicas externas que possam atingir a Rússia e outro Fundo de Bem-Estar Nacional, contribuindo para o lançamento de diversos planos de subsídio ao bem-estar da população, como diminuição de impostos, saúde, educação e incentivo a pequenos empreendedores. O *superavit* adquirido pelo governo serviu também para alavancar outros setores, como o de defesa. Contudo, não houve um controle ou programas para conter o consumo e, por consequência, a inflação.

Apesar disso, a Rússia possui uma carteira diversificada de acordos internacionais bilaterais ou em blocos, como os BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul), procurando fortalecer seus vínculos e garantir apoio político e econômico.

Política

Putin impôs, desde o início, um caráter nacionalista e estadista no modo de conduzir os destinos da Federação Russa, sendo muitas vezes criticado por lembrar o regime soviético, o czarista do antigo Império Russo e, até mesmo, o nazismo. Entretanto, Putin vem seguindo uma política na busca dos valores nacionais do povo russo, austeridade e a prática, segundo alguns analistas, de um capitalismo de Estado, ao referirem-se às medidas tomadas na estatização de empresas como a YUKOS e no fortalecimento dos aglomerados estatais, utilizando o poder do Estado para conduzir o esforço nacional dos diversos setores para o atingimento de objetivos da nação.

Algumas medidas, como a reforma política de distribuição dos distritos, que

passou de 89 para 8, contribuíram para um melhor controle estatal. O poder de nomeação e exoneração dos governadores distritais pelo presidente tornou-o mais forte e capaz de enfrentar a oposição liberal. Dessa forma, Putin centralizou várias decisões políticas nas mãos da presidência. Essa forma de conduzir o poder é conhecida por Poder Vertical de Putin, sinalizando uma “união de comando”, partindo do presidente e caracterizando a liberdade de ação que usufrui, lembrando muito as características do czar Ivan, durante o Império, ou do ditador Stálin, no período da União Soviética.

O governo Russo procurou a cooperação externa de diversos países, participando de tratados de cooperação, como o de Xangai, com a China, bem como de blocos de países afins, como são os BRICS. O objetivo é procurar rotas alternativas de cooperação que não passem por países da OTAN ou diretamente alinhados com os EUA.

Social

Fruto das medidas implantadas e dos resultados obtidos no campo econômico, Putin possui uma popularidade em torno dos 80%. De acordo com a população, o presidente resgatou o orgulho russo, colocando a Federação Russa novamente na pauta internacional. Tal sentimento é mais evidente nos jovens russos, que voltaram a sonhar com um futuro melhor. Segundo dados do Ministério da Defesa russo, cresceu o voluntariado da população jovem para alistarem-se nas fileiras das Forças Armadas. Segundo Gilles Lapouge (2014), colunista e correspondente internacional do jornal O Estado de São Paulo, o patriotismo foi a chave para

esse aumento de popularidade. Os jovens identificam-se com a figura de Putin, pois lembram dos lamentos nostálgicos de seus pais lembrando dos tempos da URSS.

A melhora na capacidade de compra da população, além dos investimentos nas estruturas de base, como saúde e educação, trouxe o bem-estar para as casas russas, apesar de causarem um aumento descontrolado da inflação, agravados pelas constantes denúncias de corrupção que assolam o país.

Militar

No campo militar, a Rússia herdou grande parte do aparato militar da antiga União Soviética, principalmente na área de armamento estratégico, como os mísseis nucleares intercontinentais. Entretanto, com as privatizações e os colapsos financeiros dos anos 90, boa parte dos materiais bélicos entrou em obsolescência ou foi desviada clandestinamente pela máfia russa para, possivelmente, grupos terroristas. Além disso, as indústrias bélicas haviam sido privatizadas e descentralizadas pelas antigas repúblicas soviéticas, como é o caso das indústrias ucranianas de helicópteros e mísseis.

Em 2000, após assumir o poder, Putin iniciou o retorno do controle estatal sobre várias empresas, incluindo as de defesa. Em 2001, após os ataques terroristas de 11 de Setembro, o governo russo firmou um acordo de combate ao terror com os Estados Unidos e União Europeia, diminuindo as divergências geradas nos tempos da Guerra Fria.

Apesar dos avanços diplomáticos de cooperação no campo militar com o ocidente, a Rússia iniciou um programa de retomada de sua influência sobre as ex-repúblicas

soviéticas, principalmente, após a OTAN, capitaneada pelos EUA, retomando o programa de construção de escudos antimísseis na periferia das áreas de influência russa, com o respaldo de combate ao terror e aproximação por meio de tratados de cooperação com as repúblicas da antiga “Cortina de Ferro” e ex-membros do Tratado de Varsóvia, como é o caso da Ucrânia, Letônia, Lituânia, Estônia, entre outros.

A Rússia sentiu-se ameaçada por tais ações da OTAN, escalando uma crise que levou Putin a agir sobre a antiga área de influência soviética, transformando suas Forças Armadas, gerando um lastro econômico para seu esforço (gás e petróleo), aliando-se a parceiros não orientados com o ocidente (China, Irã, entre outros), assegurando, dessa forma, um equilíbrio da balança de poder, migrando do unipolar para o multipolar.

As ações sobre a Chechênia, em 2003, e Ossétia do Sul, em 2008, comprovaram a necessidade de transformação das FA russas. Muitas baixas ocorridas nessas ações demonstraram a oportunidade de melhoria em vários setores. Dessa forma, houve a retomada dos investimentos em defesa, que ficou comprovada no mandato do presidente Dmitri Medvedev, o qual aprovou a reforma da doutrina de emprego das Forças Armadas russas, enxugando o efetivo, melhorando o adestramento e lançando grandes investimentos nas indústrias de defesa, já iniciados por Putin nos mandatos anteriores.

Em 2010, a doutrina militar russa sofreu sua primeira grande transformação. Dentre essas várias mudanças destacam-se a junção da Força de Mísseis Estratégicos em uma Força de Defesa Aeroespacial, incluin-

do, além dos mísseis nucleares, unidades de defesa antiaérea, escudo antimísseis, sistema de radares de aviso prévio.

Recentemente, a doutrina militar russa sofreu outras grandes transformações, principalmente na área naval e de proteção aeroespacial. Em discurso, Putin (2014) anunciou:

Apesar de tudo, nossa doutrina militar não muda. Tem, como se sabe, um caráter exclusivamente defensivo, mas defendemos nossa segurança de maneira consequente e firme.

A grande novidade é a classificação da expansão da OTAN sobre a área de influência russa como ameaça. Apesar da modernização no material bélico convencional, a Federação Russa não abre mão de sua dissuasão nuclear.

Como sempre, a Rússia defenderá de maneira apropriada seus interesses e sua soberania, buscará fortalecer a estabilidade internacional, advogará por uma segurança paritária para todos os Estados e povos [...] Essas forças são um importantíssimo fator de contenção do equilíbrio (de forças) global e, praticamente, excluem a possibilidade de uma agressão a grande escala contra a Rússia. [...] Novamente, ressalto que não temos a intenção de nos dedicar à militarização do Ártico. Nossas operações nesta região têm caráter contido e racional em sua magnitude, mas absolutamente necessárias para garantir a capacidade militar da Rússia. (PUTIN, 2014)

A Rússia mantém uma aliança com alguns países que pertenciam à ex-URSS, por meio do Tratado de Tashkent, também conhecida como Organização do Tratado

de Segurança Coletiva (OTSC), firmado em 1992 e ratificado em 2002 entre Rússia, Bielorrússia, Armênia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadziquistão. Em 2006, o Uzbequistão entrou para a organização. Entre outros objetivos, os signatários não podem participar de outras alianças militares, ou quaisquer outros grupos de estados; além disso, qualquer agressão contra um dos membros deve ser vista como uma agressão contra todos. Como objetivo secundário, a OTSC procura manter os laços entre antigas repúblicas soviéticas, principalmente frente ao avanço da influência dos países ocidentais.

Com outro viés, a Rússia mantém a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), formada em 1996 por Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadziquistão, Uzbequistão e China, tendo Irã, Índia, Mongólia, Paquistão e Afeganistão como países observadores. Sua finalidade é cooperar para a segurança da região, em especial, contra terrorismo, separatismo e extremismo. Entretanto, para o ocidente, tal aliança fomenta o sentimento antioccidental, além de formar uma aliança de defesa antagônica à OTAN. Além disso, é acusada de manter um cartel de venda do gás natural, substituindo a exportação por dólar pelas moedas locais, como o rublo e o yuan.

Os dois tratados são indicativos de uma política de defesa voltada para o controle e manutenção do espaço geográfico eurasiano.

A Indústria de Defesa e as Forças Armadas Russas

A indústria de defesa russa é herança da forte indústria que deu suporte às tropas

da ex-URSS, sendo totalmente nativa. Com o fim da URSS, as indústrias bélicas foram absorvidas pela Federação Russa, permanecendo algumas indústrias remanescentes na Ucrânia e Bielorrússia, entre outras ex-repúblicas soviéticas. A história da indústria de defesa russa teve origem nos anos 20, com a criação de “empresas de fachada” na Europa e nos EUA, como a Armtong, comprava desde motores até peças de aeronaves. Com a crise de 1929, os EUA foram obrigados a abrir o mercado aos soviéticos, vendendo desde paraquedas até aeronaves completas. Dois famosos projetistas russos participaram desses eventos: A.N. Tupolev, o pai do famoso TU, e M.I. Gurevitch, o criador do MiG. Nasceu, então, a indústria de guerra soviética, dando mostras de seu poder durante a Segunda Guerra Mundial e durante os anos de Guerra Fria. Com o fim da URSS, ficou o legado tecnológico, contudo sem o suporte financeiro, principalmente durante os anos 1990. As antigas empresas soviéticas sobreviveram ao tempo por meio da exportação, principalmente de armamento individual e coletivo, para pequenos países em conflito interno ou entre nações, como os famosos fuzis AK-47.

Com o saneamento das finanças russas no governo Putin e a “caça” às empresas privadas da oligarquia russa, houve o aumento da compra de material de emprego militar para o mercado doméstico e, após a nacionalização de muitas empresas de defesa, formaram-se grandes aglomerados de indústrias por tipo ou vocação de produção, mas com o controle estatal em todas as fases de produção e venda.

Assim, a Comissão Industrial-Militar Russa ficou responsável por supervisionar a

distribuição e implementação de todos os pedidos de defesa. Em 2005, Putin deu início a um programa de consolidação da indústria para trazer as principais empresas produtoras de aeronaves sob uma única organização de cúpula, a United Aircraft Corporation (UAC). O objetivo era otimizar as linhas de produção e minimizar as perdas. A UAC foi considerada uma das campeãs nacionais e foi comparada à EADS, na Europa, desfrutando de considerável apoio financeiro do governo russo, projetando novos produtos de defesa, como as aeronaves Su-35, os helicópteros da série Mi e a aeronave de caça de quinta geração, o Sukhoi PAK-FA. O sucesso do implemento foi repassado a outros setores, como o naval, por meio da United Shipbuilding Corporation (USC), em 2007, que levou à recuperação da construção naval na Rússia. Toda essa transformação foi executada com produtos de uso civil atrelados, com o uso dual das tecnologias. Um exemplo é o lançamento do jato comercial Sukhoi Superjet 100, comprado por empresas de aviação civil.

Desde 2006, o governo vem se esforçando para consolidar e desenvolver a Rosatom Nuclear Energy State Corporation, que levou à construção de usinas de energia nuclear na Rússia, bem como a uma vasta atividade da Rosatom no exterior, comprando enormes partes nas principais empresas de produção de urânio do mundo. Com isso, foi possível projetar a indústria nuclear com a construção de usinas de energia nuclear em muitos países, incluindo a Índia, Irã, China, Vietnã e Bielorrússia. Em 2007, a Russian Nanotecnologic Corporation foi fundada, com o objetivo de impulsionar a indústria de alta tecnologia na Rússia. A essência do novo

sistema é incentivar a indústria a reduzir continuamente custos de produção e dependência de insumos de alto valor tecnológico do exterior, além de melhorar a gestão dos recursos.

As seis maiores empresas do setor de defesa, em 2009, com base na receita, foram: Almaz-Antey – sistemas de defesa aérea; United Aircraft Corporation – aviões de asa fixa; Tactical Missiles Corporation – mísseis aéreos e navais; Russian Helicopters – helicópteros; Uralvagonzavod – blindados e a United Shipbuilding Corporation – submarinos, corvetas, fragatas e navios-aeródromos.

Para exportar todo o material de defesa, o governo russo criou um consórcio chamado Rosoboronexport, que controla todo o trâmite de exportação de produtos de defesa russos. Todas as exportações devem ser realizadas por meio da Rosoboronexport, embora vinte e duas empresas estejam autorizadas a exportar, de forma independente, peças de reposição e componentes. Em 2010, o total de exportações de armas da Rússia elevou-se para US\$ 10 bilhões. Desse montante, a participação da Rosoboronexport foi de US\$ 8,6 bilhões.

Em 2015, já dentro da nova doutrina das Forças Armadas, houve uma grande parada militar, em comemoração ao dia da Vitória, referente à Segunda Guerra Mundial, na qual foi possível verificar as novas famílias de blindados Armata T-14 e T-15, os BMD -4M — blindados das tropas paraquedistas e aeromóveis —, além dos sobrevoos de caças Sukhoi e MiG, bem como o desfile de tropas muito bem equipadas, como forma de projetar poder por meio da dissuasão. Foi verificado, também, o desfile dos mísseis balísticos

intercontinentais e nucleares, além dos sistemas de defesa antiaérea e de mísseis estratégicos Topol-M e S-500, submarinos de propulsão nuclear com armamento nuclear “Vladimir Monomakh”, corvetas, fragatas e porta-aviões.

Apesar do grande esforço russo, existem vários gargalos para o pleno êxito. Os principais problemas na indústria incluem um elevado nível de dívida, inflação e falta de pessoal qualificado. Cientistas e engenheiros mais jovens, que são necessários na Rússia, para formar a próxima geração de *designers* de armas, estão deixando o país em massa. Além disso, a Rússia ainda é muito dependente do complexo industrial de defesa ucraniano — o Ukrboronprom, principalmente no setor de mísseis balísticos intercontinentais e componentes para a indústria aeroespacial. Nos tempos soviéticos, um terço das empresas da indústria de defesa da União Soviética se localizava no sudeste da Ucrânia. Destacam-se desse complexo as seguintes empresas: KMBD-BM, Antonov, Star, Spark, KEBDB, CSAP, dentre outras. Essas deficiências, principalmente a evasão de mão de obra, vêm sendo conduzidas por Putin dentro de uma propaganda nacionalista, cujo “core” é o renascimento do espírito patriótico russo. A mãe Rússia clama por seus filhos, no apelo sentimental, e o Grande Urso do Norte retorna para retomar seu posto no cenário mundial.

Putin, em reunião em sua residência próxima ao Mar Negro, com membros da defesa russa, disse o seguinte, em 30 Out 2015:

Precisamos fazer o possível para que qualquer coisa usada em nosso setor de defesa seja produzida em nosso território, de modo que não sejamos dependentes de ninguém.

Muito do apelo de Putin tem ressonância na juventude russa, que aumentou o número de voluntários para servirem nas fileiras das Forças Armadas (FA). Até 2014, as FA da Federação Russa eram formadas basicamente por três ramos — o Exército, a Marinha e a Força Aérea — e por três Forças independentes — Força Estratégica de Mísseis, Tropas Aeroespaciais e Tropas Aerotransportadas. Em agosto de 2015, houve a fusão da Força Aérea com as Tropas Aeroespaciais, transformando-se em Força Aeroespacial. O Exército divide-se em seis distritos — Moscou, São Petersburgo, Cáucaso do Norte, Volga, Sibéria e Extremo Oriente — e a Marinha em cinco frotas — Norte, Pacífico, Báltico, Negro e Cáspio.

Atualmente, com as novas reformas, o empenho na transformação é enxugar as fileiras em pessoal, porém aumentando o seu poder de combate com novas tecnologias. Com isso, o efetivo total do Exército Russo, em 2015, era de cerca de 300 mil homens.

A Marinha recebeu grande investimento, caracterizando um empenho do governo russo em fortalecer o seu poder naval, constituindo um meio de dissuasão no controle das poucas saídas para o mar. O efetivo total da marinha russa gira em torno de 135 mil homens.

A antiga Força Aérea Russa recebeu investimentos no sentido de avançar tecnologicamente para se contrapor às aeronaves da OTAN. Assim, foram desenvolvidos caças de multimissão, como o Su-35, de 4^a geração, e o Su PAK-FA, de 5^a geração, além do cargueiro de grande capacidade Antonov Na-124 e dos helicópteros Ka-50 e Mi-28N. A Força Aérea russa possuía um efetivo de 160 mil homens.

As Tropas Aerotransportadas ou VDV têm por finalidade executar operações especiais, como infiltração aeroterrestre, aeromóvel, ação direta de comandos e reconhecimentos especiais de forças especiais – os “SPETNAZ”. Segundo o lema das tropas VDV,

Onde houver um conflito que envolva os interesses da mãe Rússia, o Corpo Paracaidista de Elite Vozdushno-Desantnye (VDV) será sempre a ponta de lança em qualquer operação ofensiva.

Com a fusão das Tropas Aeroespaciais com a Força Aérea criando a Força Aeroespacial, esta se subdividiu em três partes: a Força Aérea, Forças Espaciais e Tropas de Defesa Aérea e de Mísseis. As Forças Espaciais têm por objetivo monitorar o espaço à procura de ameaças que extrapolem o poder de defesa antiaérea e de mísseis, lançar foguetes espaciais e satélites de uso militar. As Tropas de Defesa Aérea e de Mísseis têm por objetivo criar um escudo antiaéreo e contra mísseis, antecipando-se às ameaças.

Por último, a Força Estratégica de Mísseis, que inclui os silos de mísseis nucleares, tem por objetivo responder a qualquer ameaça nuclear contra a Federação Russa e seus aliados, dentro da Estratégia de Dissuasão Nuclear. Dentre os diversos materiais destacam-se os sistemas de mísseis TOPOL-M, RS-24 e UR-100.

A tríade Forças Armadas — Governo — Indústria de Defesa fica bem caracterizada na realidade atual russa. O alinhamento de pensamento, os objetivos traçados, o mercado doméstico aquecido e o investimento em tecnologia e inovação formam a equação

áurea para o êxito momentâneo encontrado por Putin.

O Neoeurasianismo de Dugin

Uma das maiores influências no modo de agir de Vladimir Putin está concentrada nas teorias criadas por Alexander Dugin sobre o Eurasianismo. Alexander Dugin é um cientista político russo conhecido por seus posicionamentos que unem fascismo, comunismo stalinista e conservadorismo. Foi um dos idealizadores do chamado nacional-bolchevismo e pertence à escola contemporânea de geopolítica russa, comumente designada por “neoeurasianismo” e fundador do Partido Eurásia.

O Eurasianismo foi um movimento cultural e político da Rússia, nos anos 1920, cultivado principalmente nas comunidades de emigrantes. O movimento defendia a ideia de que a civilização russa não pertencia à categoria europeia e que a Revolução de Outubro foi uma reação indispensável à rápida modernização da sociedade russa. Entretanto, eram contrários ao ateísmo e ao socialismo. Seus principais teóricos foram Nikolai Daniliévski e Konstantin Leontiev.

Dessa forma, Dugin resgata esse movimento, que encontra eco em muitos grupos étnicos e culturais da Rússia, agora com uma nova roupagem. Sua teoria considera que Moscou, Berlim e Paris constituem um eixo político “natural”, assentando no conflito eterno entre a terra e o mar, entre o atlantismo e o eurasianismo.

Dugin escreve em uma de suas obras: “Por princípio, a Eurásia e o nosso espaço, o coração da Rússia, permanecem como a área

na qual se encenará uma nova revolução antiburguesa e antiamericana”, de acordo com o seu livro *Fundamentos da Geopolítica*, publicado em 1997.

O novo império euroasiático será construído sob o princípio fundamental do inimigo comum: a rejeição do atlantismo, do controle estratégico dos EUA, e na recusa de permitir que princípios liberais nos dominem. Este impulso comum da civilização será a base da uma união política e estratégica.

Segundo o jornalista Jack Gilbert (2015), em seu sítio eletrônico e após entrevista com o geopolítico Alexander Dugin, é sabido que o gabinete presidencial tem financiado o movimento de Dugin, pois o mesmo é chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Relações Internacionais de Moscou e conselheiro de Sergei Naryshkin, membro chave do partido Rússia Unida, de Putin. Ele também passou os últimos vinte anos defendendo a restauração do Império Russo por meio da compartimentação das ex-repúblicas soviéticas — uma ideologia expansionista que alguns sugerem fazer parte da agenda do próprio Putin.

A visão política de Dugin está baseada em antiliberalismo, antiamericanismo e em um retorno ao imperialismo russo, com exacerbado cunho nacionalista. A realização dessas ambições levaria a um despertar do espírito russo, que, segundo ele, se perdeu em 1991 depois do colapso da União Soviética. “A Primavera Russa é o despertar da autoconsciência russa”, segundo o cientista. “Isso foi confirmado ideologicamente e conceitualmente pelo discurso de Putin na te-

levisão, e marcará uma retomada de nossa identidade cultural”.

Apesar dessas afirmações e de que Dugin seja o “cérebro” por trás de Putin, não está confirmada essa parceria, principalmente porque a teoria do neoeurasianismo de Dugin é muito radical, se comparada aos “lances de xadrez” jogados por Putin no campo da geopolítica. Entretanto, naquilo que é “soft”, as ações do governo russo muito se assemelham a essa teoria.

A geopolítica do oleoduto (pipeline)

Para o entendimento completo dos anseios russos e norte-americanos e de seus aliados (UE e OTAN), é importante discorrer-se sobre a política energética mundial, por meio da geopolítica dos oleodutos, conhecida como a “política dos *pipelines*” (petróleo e gás).

Na busca incansável por novas fontes de combustíveis fósseis (gás e petróleo), as grandes potências desencadearam vários conflitos no nível político-estratégico e alguns no nível operacional e tático.

A construção de oleodutos e gasodutos, transportando petróleo e gás por milhares de quilômetros de sua fonte até os consumidores finais, vem-se mostrando o meio mais barato para esse fim. Entretanto, para se desencadearem tais feitos, há a necessidade de interferência política e, muitas vezes, na soberania de alguns países fornecedores dessas matérias-primas, ou que estão no caminho da construção desses meios de transporte.

Assim sendo, o GUAM é um acordo militar entre a Geórgia, a Ucrânia, o Azerbaijão e a Moldávia, instituído em 1997. Desde 2006, com a retirada do Uzbequistão, o GUAM foi reba-

tizado: Organização para a Democracia e Desenvolvimento Econômico – GUAM (Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia). O significado da sigla tem pouco a ver com o seu verdadeiro propósito, que é o de ser um apêndice da OTAN. Tem sido usado pelos EUA e pela Aliança Atlântica para alargar as suas zonas de influência até o centro da antiga União Soviética.

O objetivo principal do GUAM, como aliança militar, é “proteger” os corredores energéticos e de transporte, em prol dos gigantes petrolíferos anglo-americanos. Os países do GUAM também recebem ajuda e treinamento militar dos norte-americanos e da OTAN.

Mais uma vez fica nítida a permanente necessidade de contenção de qualquer tentativa de expansão da influência russa sobre a região do Cáucaso e Oriente Médio. Mais para o leste, enxergando-se pelo mesmo prisma do GUAM, o Afeganistão sempre foi palco dessa mensuração de força de cada lado, sendo considerado o principal estado-tampão dessa disputa geopolítica.

A militarização desses corredores é uma característica central do planejamento dos EUA e OTAN. A entrada da Geórgia e da Ucrânia na OTAN faz parte da agenda de controle dos corredores energéticos e de transporte desde a bacia do Mar Cáspio até à Europa Ocidental.

Fortemente pressionada pelo consumo cada vez maior de petróleo e gás, a UE depende muito do fornecimento russo dessas fontes energéticas. O GUAM é uma alternativa a essa dependência com viés duplo — além de atender a UE em energia, enfraquece financeiramente a Rússia.

Em 2008, houve uma reunião entre os membros do GUAM em Ba-

tumi, com a presença dos presidentes dos países membros, entre eles, Ilham Aliyev, Mikheil Saakashvili e Viktor Yushchenko, do Azerbaijão, Geórgia e Ucrânia, respectivamente, além dos presidentes da Polônia e Lituânia. O principal objetivo era enfraquecer o poder de influência da Rússia no Cáucaso. Discutiu-se a colocação do Escudo Anti-Mísseis na Polônia, que foi fortemente criticada pelo governo russo, alertando que, caso o fizessem, seria um grave sinal de ameaça contra a existência do povo russo.

Para se entender melhor a “geopolítica dos *pipelines*”, é cabal descreverem-se e visualizarem-se essas rotas, quem as controla e suas consequências. O fato de a Rússia dominar os principais dutos de fornecimento de fontes energéticas para a UE impõe medidas por parte dos EUA para enfraquecer essa supremacia russa e diminuir a dependência europeia do gás e petróleo russo.

Na Figura 1, pode-se verificar o traçado de cada oleoduto.

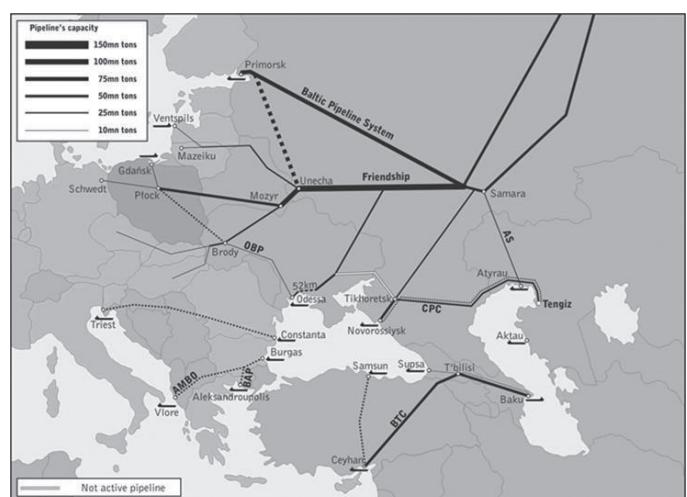


Figura 1 – Rotas de oleodutos estratégicos: BTC, da Amizade e sistema de oleodutos do Báltico

Fonte: <http://sind-geoblog.blogspot.com.br>

É possível identificar, pelo menos, os seguintes sistemas: oleoduto Druzhba (oleoduto da Amizade), oleoduto Odessa-Brody-Plotsk (OBP), Sistema de Oleodutos do Báltico (SPB) e Consórcio de Oleodutos do Cáspio (CPC), interligando a Rússia aos países consumidores europeus e sob o controle russo.

Do lado do GUAM, é possível verificar o Corredor de Transporte do GUAM (CTG) e o oleoduto Baku-Tíflis-Ceyhan (BTC), esse último controlado pelo consórcio da BP (British Petroleum). Esse último oleoduto aproxima a Turquia dos países ocidentais bem como de Israel, com a interligação do BTC ao oleoduto de Israel, que pretende abastecer os israelenses e fazer o transbordo de parte do fluxo para os países asiáticos, por meio de Eliat, no mar Cáspio.

Uma das estratégias de contenção norte-americana foi a assinada em 1999 — A Estratégia da Rota da Seda (ERS) —, que prevê o desdobramento de inúmeros oleodutos interligando a Europa aos países asiáticos pela antiga rota da seda, militarizando todo o percurso. O objetivo é desenvolver o império empresarial da América ao longo de um extenso corredor geográfico. Tal lei nunca foi aprovada, mas serviu de base para o intervencionismo na região, principalmente com a invasão do Afeganistão em 2001, sob o título de combate ao terrorismo:

O desenvolvimento de fortes ligações políticas, econômicas e de segurança entre países do Cáucaso do Sul, da Ásia central e do ocidente poderá assegurar a estabilidade nesta região, que é vulnerável a pressões políticas e econômicas do sul, do norte e do leste. [referindo-se à Rússia a norte, ao

Iraque, ao Irã e ao Oriente Médio a sul, e à China a leste]

Da mesma forma, a China entrou para o “Grande Jogo”, iniciando a construção do oleoduto Cazaquistão-China (PCC), que percorrerá mais de 7.000km no sentido oeste até o mar Cáspio. Assim como a OTAN assegura a defesa dos oleodutos ocidentais, a OCX e a OTSC garantem a segurança dos *pipelines* russos e chineses, gerando um embate entre as alianças antagônicas.

Em 2008, por causa das reuniões do GUAM e medidas buscando enfraquecer a Rússia no Cáucaso, vários exercícios militares foram realizados na Geórgia, com apoio da OTAN e EUA, que acabaram por invadir a Ossétia do Sul. Por sua vez, a Rússia executou exercícios no Cáucaso do Norte, na espera de um acirramento entre as forças. Em agosto de 2008, a Geórgia invade a Ossétia do Sul, que recebe apoio russo. Ao final do conflito, a Rússia vence, e a Ossétia do Sul e Abecácia são reconhecidas independentes pela Rússia.

Conflitos na Crimeia, Ucrânia e Síria

Crimeia e Ucrânia

A Ucrânia, ex-república soviética, após tornar-se independente, começou uma aproximação com o ocidente, no caso, a União Europeia. Entretanto, o país vive duas realidades. A oeste, uma população com anseios ocidentais, de desfrutar as vantagens de entrar para a UE. De outro lado, a parte leste e sul, que tem forte influência russa, sendo a Crimeia, ao sul da Ucrânia, berço dos Tártaros, que fazem parte da origem russa.

Em 2013, o presidente ucraniano Viktor Yanukovich, aliado da Federação Russa, decidiu recusar um acordo que aprofundaria os laços com a UE. Em troca, o presidente preferiu se alinhar com a Rússia. Na época, o presidente justificou a escolha por pressão russa, ao ameaçar boicotar produtos ucranianos e cortar o fornecimento de energia (gás e petróleo). Devido à decisão polêmica, parte da população foi para as ruas protestar. O objetivo era apoiar o movimento pró-UE e retirar o presidente do poder. Em 22 Fev 14, o presidente foi deposto, e novas eleições foram marcadas para 25 de maio. Assumiu a presidência, interinamente, o presidente do parlamento. A crise se acirrou na Crimeia, que possuía uma população quase 100% russa.

Assim, tropas russas foram mandadas para a Crimeia, a fim de estabilizar a região. Na península da Crimeia, ocorreu um referendo, que colocou em discussão a possível anexação da região à Rússia. Com 96%, foi aprovada a anexação, que foi ratificada pelo presidente Putin. A Ucrânia não reconheceu e declarou guerra à Rússia. A Rússia permaneceu com sua marinha no porto de Sebastopol. No leste da Ucrânia, que também tem maioria russa, ocorreram manifestações de rebeldes querendo a separação dessa porção do país. As cidades de Donetsk e Lugansk foram as que mais se manifestaram e ficaram fechadas para negociação. Grupos pró-Rússia dessa região apareceram encapuzados, trajados com uniformes sem insígnias nas manifestações na Ucrânia. Esses grupos, ditos paramilitares, ocuparam prédios e combateram as forças legais ucranianas ao lado da população rebelde. De acordo com fontes

internacionais, esses grupos pertenceriam ao Exército Russo, que, pela desconfiguração dos uniformes, não ficou clara a intervenção militar.

Paralelamente a esses eventos, EUA, UE e outros países do ocidente condenaram a ação impondo sanções e embargos comerciais à Federação Russa, principalmente em materiais de alta tecnologia. Por sua parte, a Rússia ameaçou cortar o abastecimento de energia (gás e petróleo) à UE.

O interessante nas características do conflito é que, no sudeste ucraniano, estão sediadas as principais indústrias de defesa do país, entre elas, muitas empresas de reposição e manutenção de componentes para o setor de mísseis balísticos e aeronaves.

Em 25 de maio de 2014, foram realizadas novas eleições, vencendo o considerado milionário do chocolate Petro Poroshenko. Após um ano e meio no poder, o atual presidente da Ucrânia pouco fez em favor de uma mudança no cenário ucraniano, ficando à mercê das disputas geopolíticas entre UE, EUA e Rússia. Poroshenko prometeu resolver a crise em Donbass, reaver a Crimeia, descentralizar o poder, aumentar salários e pensões, eliminar a corrupção e criar um novo sistema jurídico mais justo. Em vez de resolver a crise no leste da Ucrânia, o país foi envolvido em um conflito duradouro, que, apesar de todos os esforços de líderes mundiais, ainda está longe de ser resolvido.

Fica evidente a disputa entre a contenção ocidental e a expansão territorial e manutenção das áreas de influência russa. A Crimeia é um ponto estratégico para Putin posicionar seu poder naval e projetar poder sobre a Europa e Oriente Médio.

Síria

Em 2011, no contexto da “Primavera Árabe”, com a onda de manifestações populares em países árabes sob regimes totalitários, iniciaram-se os protestos em Damasco, exigindo melhores condições para o povo e a retirada de Bashar Al-Assad do poder, colocando a Síria em um processo de rompimento com o regime atual, na busca da democratização do país. Nesse mister, oposição e governo acirraram os combates, passando de uma simples contenção de manifestantes para agressão explícita de ambos os lados. Com o passar do tempo, o conflito adquiriu outra roupagem, incluindo nos embates grupos terroristas, como o Estado Islâmico (EI), em 2013, e diferenças sectárias entre Xiitas e Sunitas, mergulhando o país em uma guerra civil sangrenta, conduzida no meio do povo, criando uma destruição material e humana sem precedentes e a evasão de boa parte da população para outros países, formando a maior onda migratória, depois da Segunda Guerra Mundial.

O conflito ganhou uma dimensão maior com a presença do Estado Islâmico — grupo terrorista de caráter religioso — que atua em vários países da região, como Iraque e Líbano, e pelo viés humanitário, fazendo surgir um êxodo em massa de sírios para várias direções do planeta, que, atualmente já atingem o norte da Europa, criando outros conflitos de caráter xenófobo entre os países que recebem esses refugiados. O número de mortos, segundo a Cruz Vermelha, gira em torno de 220 mil pessoas, sendo mais da metade civis.

Em 2014, o EI instaurou um califado na Síria, proclamando Abu Bakr al-Ba-

ghdadi, como o califa. Em consequência, a OTAN, após comum acordo entre os países-membros, resolveu enviar tropas para a Síria, por meio de uma intervenção armada, com o intuito de conter o avanço e fortalecimento do EI na região.

Em 2015, a Rússia, que sempre apoiou o governo de Assad e a não intervenção nos assuntos internos, montou uma base militar na Síria e aporte financeiro, de armamento e suprimentos de guerra para as forças armadas sírias. Hoje no conflito existem as forças legais sírias, tropas da OTAN, rebeldes sírios, Estado Islâmico, tropas russas, entre outros grupos de menor expressão.

A intenção russa é, dentro do contexto de combate ao terrorismo, atuar contra o EI, justificando junto aos países do ocidente a intenção de auxiliar na erradicação do EI. Entretanto, como forma de fortalecer a posição do governo sírio, a Rússia intensificou seus ataques, também, contra os rebeldes sírios da oposição a Assad.

Em setembro, a Rússia começou as operações em solo sírio, principalmente com ataques de bombardeio aéreo e de mísseis de longo alcance, disparado de navios e submarinos. Em um mês de intensos ataques, a Rússia já matou mais de 600 pessoas, sendo um terço de civis.

Putin utiliza a campanha na Síria para demonstrar ao ocidente seus avanços na área militar, principalmente em armamento convencional. Essa é uma resposta à geopolítica de contenção armada pela OTAN contra a Rússia e também uma maneira de a Rússia aumentar sua influência no Oriente Médio, com tropas e navios estacionados no porto de Tartus, no noroeste de Damasco.

Conclusão

A Rússia tem atingido níveis satisfatórios de crescimento econômico, social e militar, fruto de décadas de alinhamento dos objetivos propostos pelo governo central.

Verifica-se que o saneamento econômico, aliado a uma política de Estado, permeando o bem-estar social e reavivando o espírito patriótico da nação, formaram uma receita exitosa, quando atrelados a objetivos geopolíticos impostos pela própria geografia russa, com o fortalecimento da indústria estratégica nos principais setores basilares do país — defesa, infraestrutura, tecnologia e energético. Quando o nível político visualizou a necessidade de fortalecer suas Forças Armadas, com o que há de mais moderno, para poder projetar poder em um ambiente de amplo espectro, multipolar, sob pressões externas de cunho político e econômico, Putin conseguiu dar respostas mais concretas, seja internamente, seja no cenário externo.

Foi possível notar que alguns óbices devem ser sanados pelo governo russo, como a inflação e a corrupção.

Verificou-se, também, que existem influências geopolíticas internas, além da imposição da própria geografia russa, que moldam a forma de pensar de Putin.

A dicotomia da contenção *versus* expansão, do Atlantismo *versus* Eurasianismo é notada no “Grande Jogo” travado entre EUA, OTAN, UE, Rússia, China e países do oriente médio, com o tabuleiro traçado pela

periferia eurasiana, pela Rota da Seda, pelos oleodutos (*pipelines*), com movimentos das peças de xadrez exaustivamente pensados e planejados de todos os lados.

Os conflitos recentes envolvendo as áreas de influência russa, semelhante ao que sempre foi enfrentado pelo Império Czariano, União Soviética e agora renovado na Federação Russa, demonstram a vocação bélica russa e que, historicamente, os ciclos se repetem, mantendo-se o tabuleiro e mudando os oponentes.

De todo o exposto, foi possível identificar, destacar e evidenciar aspectos que demonstram um renascimento ou ressurgimento da grande potência russa, inferindo-se que a direção tomada por Putin, querendo ele ou não, querendo o povo russo ou não, é o que impõe o seu espaço geográfico. Os reflexos derivados dessa atuação geopolítica são manifestados por um EUA projetando seu poder aeronaval sobre “os sete mares”, uma Europa extremamente dependente dos recursos energéticos russos e uma Rússia à procura de uma periferia que dê condições de controlar as saídas marítimas para todas as direções do planeta.

Dessa forma, infere-se também que o futuro global estará voltado para essas áreas de atrito nos anos vindouros, com elementos novos, mas com o mesmo cenário, até que os insumos energéticos que movem essas disputas mudem do controle do gás e petróleo para outro bem natural de impacto, como poderão ser as fontes hidrominerais. 

Referências

AGNEW, John. **Geopolitics – Re-visioning world politics.** Routledge. London, 1997.

AMINEH, Mehdi Parvizi. **Globalization, geopolitics and energy security in Central Asia and the Caspian region.** CEP, The Hague, 2003.

BBC BRASIL. **Cronologia: Rússia.** BBC BRASIL.com. 11 Dez 2001. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/011120_crussia.shtml. Acesso em: 06 Set 2015.

BERTONHA, Joao Fabio. **Rússia – Ascensão e Queda de um Império – Uma História Geopolítica e Militar da Rússia.** Editora Juruá, 2009.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The grand chessboard.** Basic Books, New York, 1997.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **The Eurasian Corridor: Pipeline Geopolitics and the New Cold War.** Global Research. Agosto, 2015. Disponível em <http://www.globalresearch.ca/the-eurasian-corridor-pipeline-geopolitics-and-the-new-cold-war/9907>. Acesso em 20 Out 2015.

CLOVER, Charles. **Dreams of the Eurasian Heartland: The Reemergence of Geopolitics.** Março, 1999. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1999-03-01/dreams-eurasian-heartland-reemergence-geopolitics>. Acesso em 20 Out 2015.

DAVIS, Elizabeth Van Wie & AZIZIAN, Rouben (editores). **Islam, oil and geopolitics.** Plymouth: Rowman & Littlefield, 2007.

DUGIN, Alexander. **A Grande Guerra dos Continentes.** Lisboa: Antagonista Editora, 2006.

_____. **Teoria do Mundo Multipolar.** Lisboa: IAEG, 2012.

DYOMKIN, Denis. **Putin quer indústria de defesa da Rússia autossuficiente.** Reportagem. Jornal O Globo on-line. 30 Out 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/putin-quere-industria-de-defesa-da-russia-autossuficiente-12483194>. Acessado em 30 Out 2015.

FORSYTHE, Rosemarie. **The geopolitics of oil in the Caucasus and Central Asia: Prospects for oil exploitation and export in the Caspian basin.** Adelphi Paper 300, IISS, Oxford University Press, 1996.

GEOBLOG. **Corredor Euroasiático – geopolítica dos pipelines.** Conteúdo Online. 2008. Disponível em <http://sind-geoblog.blogspot.com.br/2008/09/o-corredor-euroasitico-geopolitica-dos.html>. Acesso em 15 Out 2015.

GILBERT, Jack. **Conversamos com Aleksandr Dugin, o “Cérebro” de Putin, e Ele Quer a Volta do Imperialismo Russo.** VICE. Midia eletrônica on-line. Abril, 2014. Disponível em: http://www.vice.com/pt_br/read/falamos-com-aleksandr-dugin-o-cerebro-de-putin-e-ele-quer-a-volta-do-imperialismo-russo. Acesso em 19 Out 2015.

GLOBONEWS. **Entenda a Guerra Civil na Síria.** Conteúdo online. Disponível em <http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2013/08/entenda-guerra-civil-da-siria.html>. Acesso em 25 Out 2015.

HAHN, Gordon M. **The rebirth of Eurasianism.** The Russia Journal. 12 Jul 2002. Disponível em: <http://russiajournal.com/node/6388>. Acesso em 20 Out 2015.

HANSEN, Sander. **Pipeline politics - The struggle for control of the Eurasian energy resources.** Clingendael Institute, The Hague, 2003.

JOHNSON, David. **The Russia History – Timeline**. Disponível em: <http://www.infoplease.com/spot/russiatime1.html>. Acesso em 20 Out 2015.

LAPOUGE, Gilles. **A inabalável popularidade de Putin**. Conteúdo on-line. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: 27 Dez 2014. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,a-inabalavel-popularidade-de-putin-imp-,1612482>. Acesso em: 18 Out 2015.

MASTERS, Johnatan. **The Russian Military. Council on Foreign Relations**. Conteúdo online. Disponível em <http://www.cfr.org/russian-federation/russian-military/p33758>. Acesso em 20 Out 2015.

MILLERMAN, M. (2014). **Theory Talk #66: Alexander Dugin on Eurasianism, the Geopolitics of Land and Sea, and a Russian Theory of Multipolarity**. Theory Talks. Disponível em: <http://www.theory-talks.org/2014/12/theory-talk-66.html>. Acesso em: 20 Out 2015.

SEGRILLO, Angelo. **Os Russos**. 1ª Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

TERRA. **Entenda a Crise na Ucrânia**. Conteúdo online. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/crise-na-ucrania/>. Acesso em 30 Out 2015.

TOSTA, Octávio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

NR: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Angelo Segrillo é professor de História Contemporânea da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Rússia e URSS. É doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre em História pelo Instituto Pushkin de Moscou. Viveu muitos anos na Rússia e é autor de diversos livros sobre esse país.

² *Heartland* significa, literalmente, *Coração da Terra*. Mackinder situou o *Heartland* na zona territorial que abrange os continentes europeu e asiático, e que recebe a denominação de Eurásia ou Ilha Mundial.

³ Os Conselhos Operários ou Soviетes são colegiados, ou corpos deliberativos, constituídos de operários ou membros da classe trabalhadora, que regulam e organizam a produção material de um determinado território, ou mesmo indústria.

⁴ As comunas eram grandes unidades de produção rural, abrangendo a agricultura e pequenas indústrias. Cada comuna estruturava-se de forma coletiva e centralizada. Os lotes agrícolas familiares foram eliminados, e toda a terra, colocada sob controle das comunas. As comunas organizavam também a vida social e a educação das crianças. A implantação desse sistema teve forte impacto sobre a vida familiar, pois diminuiu a força tradicional da autoridade paterna.

⁵ Cortina de Ferro é uma expressão célebre utilizada para designar o domínio da extinta União Soviética sobre os países do leste da Europa.

⁶ A palavra *Perestroika* ou *Perestróica*, que literalmente significa reconstrução, recebeu a conotação de reestruturação (abertura) econômica. A chave principal da *Perestroika* era reduzir a quantidade de dinheiro gasta em defesa e, para fazer isso, Gorbachev sentiu que a União Soviética deveria: desocupar o Afeganistão, negociar com os Estados Unidos a redução de armamento e não interferir em outros países comunistas.

⁷ A noção da *glasnost* se associa à liberdade de expressão, entretanto a meta principal dessa política na URSS foi tornar o governo transparente e aberto para discutir. A *Glasnost* foi, portanto, um processo de abertura política.

⁸ A Duma Federal, junto com o Soviete da Federação, forma o Legislativo da Federação Russa. A Duma é a câmara baixa da Assembleia Federal, enquanto o Soviete da Federação é a câmara alta. Sua sede se encontra em Moscou. A Duma é composta por 450 deputados, eleitos para mandatos com a duração de quatro anos.

Os uniformes de combate da Força Expedicionária Brasileira

Contribuição para as atuais e futuras demandas logísticas de suprimento classe II do Exército Brasileiro

Julio Cezar Fidalgo Zary¹

Ivan Christie Barros de Araujo²

Introdução

AForça Expedicionária Brasileira foi a materialização da declaração de guerra formal do Brasil contra os países do Eixo: Alemanha, Itália e Japão. Era uma tropa constituída de cerca de 25.000 homens, provenientes de todos os estados da Federação, e que requereu muito esforço para ser organizada e preparada.

Como início da preparação material da Força Expedicionária Brasileira, e no intuito de se realizarem reconhecimentos no teatro de operações (TO), foi constituída uma missão militar precursora, que tinha por finalidade preparar o envio do contingente completo, composto por uma divisão de infantaria mais órgãos administrativos. A referida missão deveria buscar os entendimentos e ensinamentos necessários para completar a instrução e a preparação da

tropa ainda no Brasil, levantando as necessidades de fardamentos adequados e inteiramente novos, bem como a remodelação dos equipamentos individuais (CASTELO BRANCO, 1960).

Constituído por oficiais do Exército e da Força Aérea Brasileira, aquele destacamento estabeleceu os primeiros contatos com as forças aliadas em operações no Norte da África, em particular dos Estados Unidos, na cidade de Oran. Na sequência, o destacamento deslocou-se para o Mediterrâneo europeu, levantando aspectos condicionantes da missão, tais como terreno, clima, recursos locais, costumes, moedas corrente e de ocupação, transportes, comunicações, inimigo em presença, campos de treinamento disponíveis, uniformes, insígnias e distintivos usados pelos inimigos (alemães e italianos) e as condições de aclimatação necessárias (MORAES, 1960).

¹ Maj Inf (AMAN/97), mestre em Operações Militares (EsAO/05) e em Ciência da Motricidade Humana (UCB/04). Possui o Curso de Comando e Estado-Maior (ECEME/14) e o Curso de extensão em História Contemporânea (Universidade da Virgínia – EUA/14). Atualmente, serve no Comando Militar do Leste.

² Ten Cel Int (AMAN/95), mestre em Operações Militares (EsAO/03), pós-graduado em Gestão de Recursos Humanos (UFRJ/07). Possui o Curso de Comando e Estado-Maior (ECEME/14) e o Curso de Administração Financiera y Control del Sector Público Nacional (Ministério da Economia e Finanças Públicas – Argentina/15). Atualmente, serve no Centro de Controle Interno do Exército.

Apesar dos diversos dados levantados no reconhecimento, devido a problemas no processo de aquisição dos uniformes, mesmo a despeito das especificações para confecção terem sido estabelecidas de forma tardia, a FEB acabou partindo para a Itália com uniformes inadequados ao clima que encontrariam a partir de agosto de 1944, sendo igualmente inadequados por serem extremamente semelhantes ao uniforme alemão.

No inverno, as temperaturas chegaram a atingir a marca de 20°C negativos, inabilitando o uso dos uniformes brasileiros de inverno, que foram feitos de lã, especialmente para a FEB. Assim, a divisão brasileira foi obrigada a recorrer aos norte-americanos para suprir as necessidades latentes, pois os febianos sucumbiriam congelados dentro de seus *foxholes*, por toda a frente, durante a defensiva de inverno (Dez 44-Fev 45).

A partir da Segunda Guerra, os uniformes usados em combate passaram a ser um dos indicadores do nível de preparação de uma força armada para a guerra, e deveriam ser aprimorados de forma a potencializar as capacidades operacionais de uma força. Desse modo, essas capacidades estariam intimamente ligadas a uma série de exigências, as quais os uniformes de combate deveriam ter, tais como padronização, proteção, camuflagem, conforto, durabilidade, funcionalidade, rusticidade, resistência e adaptabilidade a ambientes diversos.

Os desafios enfrentados pelo Brasil, na Segunda Guerra Mundial, demonstram que qualquer exército que queira manter-se na vanguarda da prontidão operacional deve ser criterioso com a uniformização de seus soldados. A proposta deste trabalho visa

a evitar a repetição dos erros do passado, especialmente em face do surgimento de possíveis teatros de atuação advindos tanto de um futuro conflito como da possibilidade de criação de uma nova Força Expedicionária.

Desenvolvimento

No final do século XIX e no início do século XX, o Exército Brasileiro participou de duas experiências praticamente catastróficas: a guerra de Canudos (1896-1897) e a guerra do Contestado (1912-1916). Em ambas, ocorreu uma série de deficiências; entre elas, podem ser citadas: armamentos insuficientes e antiquados, equipamentos e fardamentos inadequados aos ambientes operacionais e logística praticamente inexistente (NASCIMENTO, 2010).

Considerando que o Exército, dentro do seu próprio território, teve de reorganizar a logística militar para, finalmente, ter condições de derrotar jagunços que não possuíam uma preparação militar específica, cabe mencionar que os ensinamentos colhidos naqueles anos de combate foram perdidos em pouco tempo. Assim, décadas depois, o Exército Brasileiro estaria, novamente, enfrentando semelhantes problemas logísticos militares, porém em escala bem maior, pois o novo inimigo seria a *Wehrmacht*, que fez a França e a linha Maginot sucumbirem em algumas semanas, e não apenas os bandoleiros de outrora.

Em 1942, ano da declaração de guerra pelo Brasil e da publicação do último Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (RUPE), os uniformes que poderiam ser utilizados em combate pela FEB eram os



Figura 1 – Uniforme 5º B

Fonte: RUPE (1942)

também verde-oliva (**Figura 1**).

A adequabilidade desses uniformes de campanha contemplava apenas as condições de clima tropical existentes no Brasil. A possibilidade de emprego de tropa em um TO com características climáticas diferentes das brasileiras levaria a uma dificuldade de adaptação do soldado expedicionário e, portanto, a uma mais que certa ineficiência operativa daquela tropa. Dessa forma, a missão precursora teve, com os resultados dos reconhecimentos realizados em 1943, de estabelecer parâmetros para a confecção de uniformes e equipamentos individuais inéditos no país e exclusivos para a FEB.

Como consequência, foram publicados, pelo Serviço de Intendência da FEB, respectivamente em março e em de outubro de 1944, o Plano de Uniformes e o Cadero de Encargos de Material de Intendência, ambos já com os padrões N. A. (norte-americano). Aquelas publicações especificavam

conhecidos como o 5º modelo, projetados em 1934. A variação 5º B (de campanha) era disposta da seguinte maneira: túnica e culote de brim verde-oliva, botas e perneiras de couro preto, capacete de fibra verde-oliva e equipamento Mills (fardo aberto em brim grosso, derivado do equipamento inglês),

técnicas fabris e industriais de produção dos fardamentos e equipamentos para a FEB.

Porém, há que se ressaltar que o primeiro escalão da FEB desembarcou em solo italiano em julho de 1944 e que as especificações técnicas e industriais do caderno de encargo de material de intendência só foram publicadas no Brasil em outubro, caracterizando, assim, um enorme contrassenso logístico para a indústria nacional, o que traria reflexos negativos para a uniformização do soldado da FEB e, consequentemente, para a sua capacidade de sustentar o combate em solo italiano.

O Plano de Uniformes da FEB foi o regulamento para o uso dos mesmos, constante no decreto 15.100, de 20 de março de 1944, e publicado no Diário Oficial da União do mesmo dia. Passou a vigorar e a gerar efeitos no Exército a partir de 31 de março. Tal regulamento foi o passo inicial para a preparação dos novos uniformes e equipamentos, não alterando os uniformes já em uso e previstos no RUPE de 1942, para o restante do Exército. No entanto, o documento trouxe novidades e modificações em alguns uniformes existentes, de modo

que algumas peças



Figura 2 – Uniforme 5º B-2

Fonte: acervo pessoal

foram abolidas, outras toleradas e algumas incorporadas, iniciando assim a mudança de similaridade para o padrão norte-americano, pelo menos quanto ao equipamento individual, naquele momento.

Entre os uniformes inéditos, pode ser citado o 5º uniforme tipo B-2: blusa e calça de lã V.O. (várias tonalidades, do verde ao cinza), capacete de aço e fibra tipo americano (modelo M-1, de 1941), gorro e luvas de lã V.O., borzeguins de couro preto ou botina de combate de couro marrom e perneiras em lona. Nota-se o novo padrão de equipamento individual na **Figura 2**, semelhante ao usado pelo exército dos Estados Unidos, adotado a partir de abril de 1944.

Como mencionado anteriormente, o Caderno de Encargos de Material de Intendência só foi publicado em outubro de 1944, o que leva a concluir que o uniforme visto na **Figura 2** (uniforme de capitão do 6º Regimento de Infantaria – 1º escalão) foi confeccionado sem as especificações contidas no referido Caderno, ou seja, sem todas as melhorias que poderiam advir dos resultados dos reconhecimentos realizados pela missão precursora. Nota-se, também, que os uniformes não sofreram significativas alterações nos escalões de embarque posteriores, ou seja, o Caderno de Encargos não influenciou significativamente na confecção dos uniformes de inverno da FEB.

Ademais, a partir de agosto de 1944, os problemas logísticos da FEB começaram a ficar latentes, especialmente quanto aos uniformes, pois o 5º Exército Americano deparou com uma grande barreira montanhosa, chamada de montes Apeninos, os quais se estendem desde o mar da Ligúria até o mar Adriático. Sua largura é de, pelo menos, cerca de 80km, possuindo diversas elevações com altitudes

superiores a 2.000m (STARR, 1948), o que a tornava, sob todos os aspectos, um formidável obstáculo para o avanço de tropas rumo ao vale do Pô (FIFTH ARMY, 1944).

Para que a FEB pudesse operar na região, foi necessária, então, a sua adaptação para a guerra de montanha, tendo em vista que a mesma era uma divisão de infantaria regular (ZARY, 2015). E parte dessa adaptação referia-se justamente à troca de uniformes, pois os fabricados no Brasil mostraram-se ineficazes.

O emprego da FEB em terreno montanhoso foi motivado pela necessidade de os aliados controlarem as altitudes que dominavam a estrada SS 64, que liga Pistoia a Bolonha. Com a posse dos referidos picos, entre eles, Monte Castello e Belvedere, os aliados teriam um ponto forte para prosseguir na direção de Bolonha e, consequentemente, do vale do rio Pô, manobra que ficou conhecida como a ofensiva da Primavera (NORTON *et all*, 1984).

Segundo o próprio comandante do 5º Exército, durante o inverno de 1944/45, os homens da linha de frente não tinham trégua. Eles estavam cansados, mergulhados com neve até a cintura em atividades de patrulha, suportando um clima úmido, com lama escorregadia de gelar os ossos, o que tornava muito difícil a vida diária, particularmente pela inadequabilidade dos uniformes utilizados pelas tropas brasileiras (TRUSCOTT JR, 1945). Foi nessas condições que os soldados brasileiros passaram alguns meses, suportando as agruras do clima, pela ineficácia do processo de confecção dos uniformes destinados à FEB.

A situação das tropas ficava ainda pior do ponto de vista da logística de suprimentos classe II (material de intendência: fardamento, equipamento individual, barraca, material de

escritório), pelo fato de alguns materiais serem inadequados desde sua concepção e origem no Brasil bem como os mesmos estarem em situação crítica na cadeia de suprimento norte-americana. Itens como sobretudos, galochas, meias, cobertores, *boots* de combate e ponchos (US ARMY, 1945) foram distribuídos em dezembro de 1944, ou seja, no auge do inverno. Tal fato ainda atrasou a adaptação da FEB ao frio, tornando-a penosa e diminuindo assim seu poder relativo de combate.

Em decorrência da estagnação das operações ofensivas de vulto durante o inverno, também ocorreu o aumento das baixas hospitalares, devidas principalmente ao pé de trincheira, evidenciando influência negativa das intempéries sobre o soldado brasileiro. Apesar de a Peninsular Base Section (PBS) já estar voltada para o suprimento da divisão brasileira, pelo menos, desde 19 de setembro de 1944 (US ARMY, 1945), por meio da distribuição de material norte-americano, a adaptação dos brasileiros somente começou a ser solucionada a partir do conteúdo do Boletim Interno Nº 645, do Serviço de Intendência da FEB, de 29 de dezembro de 1944, que regulou a distribuição de peças de uniformes de inverno à FEB.

A partir daquela ordem, houve a distribuição de 25.000 cobertores, além de pares de meias e luvas de lã para todo o efetivo da FEB, porém essa distribuição ocorreu somente após terem sido realizados vários ataques a Monte Castello. Apesar das medidas paliativas, como a iniciativa de se produzirem capas de inverno no Depósito de Intendência da FEB, em Livorno, elas não foram eficazes contra o frio, servindo apenas como camuflagem na neve. Tal realidade acabou por levar aproximadamente 5.027 soldados da FEB (praticamente 1/3 da

força combativa) a serem retirados da linha de frente e levados a tratamento médico, devido aos congelamentos e doenças respiratórias, durante o inverno (MAXIMIANO, 2010).

O problema só foi sanado quando os estoques americanos permitiram a distribuição de diversas partes de uniformes para o frio, como as jaquetas de campanha M-41, os forros da jaqueta de campanha M-43, as galochas e os casacos, entre outros.

Atualmente, o Brasil participa em diversos organismos, fóruns e blocos políticos e econômicos internacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA), o que confere ao país grande responsabilidade nas decisões internacionais e na manutenção da paz mundial.

As Forças Armadas brasileiras (FA), de acordo com a Carta Magna de 1988, Artigo 142, destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. O Exército Brasileiro, como segmento terrestre, tem suas missões previstas em diversos documentos, tais como a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

Dessa forma, o Brasil necessita de FA preparadas e equipadas para emprego imediato, tanto internamente como no exterior, ou seja, o Exército Brasileiro (EB) necessita desenvolver diversas capacidades, entre elas, a capacidade de enviar tropa para o exterior, em caráter expedicionário.

Atualmente, os uniformes em vigor no EB são normatizados pelo Regulamento de Uniformes do Exército (RUE), aprovado pela portaria Nº 1.424, de 8 de outubro de 2015. O RUE contém as prescrições sobre os uniformes

do Exército Brasileiro em suas disposições gerais e uniformes básicos e especiais, nas peças complementares, insígnias, distintivos e condecorações, regulando sua posse, composição, uso e descrição geral. Os anexos àquele regulamento tratam da descrição das peças integrantes dos uniformes e das peças complementares; das prescrições relativas aos uniformes especiais dos estabelecimentos de ensino e dos uniformes históricos adotados por organizações militares do Exército Brasileiro.

O uniforme tipo 9º C2 é o único uniforme de combate que pode ser usado pelo EB, de acordo com o novo RUE. O seu uso contempla todos os cenários em que o EB atua, bem como os possíveis onde ele poderá futuramente vir a ser empregado, tanto internamente como no cenário internacional, nas mais diversas possibilidades de missões e de emprego da tropa.

Isso se constitui em fator limitador da eficiência operativa, uma vez que o atual uso do uniforme de combate do EB foi concebido para uso a partir no início da década de 1990 e, prioritariamente, para as condicionantes de clima tropical, sendo, portanto, uma deficiência para as atuais e futuras missões em vista do EB, com reflexos para a logística militar terrestre.

A atual fase de emprego do uniforme de combate do EB em muito se assemelha à realidade anterior à constituição e envio da FEB para o TO Europeu. O Exército, em 1942, trocou o regulamento de seus uniformes, mas em 1944, teve de expedir regulamento próprio de uniformes para a FEB, de forma a mudar radicalmente o perfil de uniformes a serem empregados na Itália, deixando o EB com dois padrões de uniformes em vigor, naquele momento.

Ultimamente, se discute sobre novas mudanças do uniforme camouflado, às véspe-

ras da constituição de uma nova força expedicionária, operativa em 2017. Contudo, essa realidade ocorre sem se avaliarem as características dos possíveis TO nos quais o EB poderá vir a atuar bem como os seus reflexos para a constituição de novos fardamentos e equipamentos de combate do EB. Por exemplo, se a nova força atuar em clima frio, com temperaturas abaixo de 0°C, a japonêsa de campanha, prevista no capítulo III do RUE (2015), não atende às necessidades. Portanto, o Exército teria de recorrer, novamente, a outros países ou encomendar, com a premência do tempo, à indústria nacional, que não tem experiência no assunto.

O atual uniforme 9º C2 (Figura 3) passou por um processo de revisão de sua funcionalidade e emprego, pois apresentava as seguintes características, conforme Araújo (2014):

1. Negativas:
 - desbotamento prematuro;
 - baixa resistência ao rasgo; desgaste prematuro nas regiões do joelho, cotovelo e fundilho;
 - secagem demorada;
 - baixa dissipação de calor;
 - assaduras nos usuários;



Figura 3 – Uniforme 9º C2
Fonte: RUE (2015)

- pouca variedade de tamanhos;
- bolsos inferiores da blusa com pouca utilidade, quando se utiliza o cinto N.A.;
- falta de drenagem nos bolsos;
- regiões do joelho e cotovelo não oferecem proteção adequada;
- cadarço de ajuste da blusa causa má apresentação e atrapalha o movimento;
- falta de praticidade dos botões, além da inutilização do bolso, caso os mesmos se desprendam;
- fechamento das mangas e golas ineficiente;
- falta de bolsos laterais e traseiros na calça; e
- falta de bombacha fixa na calça.

2. Positivas:

- padrão de camuflagem único para todo o EB;
- camuflagem adequada ao ambiente de selva;
- símbolo de reconhecimento do EB, nacional e internacionalmente;
- bolso da manga esquerda permite guardar eficientemente e ter fácil acesso a objetos pequenos de uso frequente; e
- pregas nas costas facilitam a abertura dos braços.

O possível substituto do 9º C2³ foi testado, de acordo com os relatórios de desempenho de material (RDM) realizados pelo Centro de InSTRUÇÃO de Guerra na Selva (CIGS) e pela Companhia de Precursores Paraquedista (Cia Prec/Bda Inf Pqdt), e foram verificados aspectos como rusticidade, conforto, ergometria, facilidade de uso, facilidade de manutenção, acabamento, apresentação e tingimento do novo

uniforme de combate, apenas para uso em ambientes em que a realidade e características de emprego se assemelham com as do clima tropical. Tais testes não contemplaram a possibilidade de emprego desse uniforme em condições como frio intenso, calor extremo, aridez desértica, precipitação de neve ou resistência à areia.

Dessa forma, mais uma vez, a Força Expedicionária poderá ter problemas em relação a uma troca de uniformes e equipamentos às vésperas de um possível embarque; ou, pior, na região de destino, como ocorreu com a FEB há 70 anos. Até 2022, o Estado-Maior do Exército e demais Órgãos de Direção Setorial deverão ter realizado as seguintes tarefas, de modo a criar uma força combativa, conforme Araujo (2014):

- realizar estudos de viabilidade;
- emitir diretriz de implantação
- realizar seminários sobre o tema;
- elaborar nota de coordenação doutrinária;
- aprovar declaração de escopo; e
- elaborar diretriz de experimentação doutrinária.

Todas essas fases do processo de implantação serão oportunidades de correção de problemas e de aprimoramento de soluções. Para se obterem melhores resultados e realizar economia de recursos financeiros, seria interessante que, desde já, os testes com uniformes de combate a serem usados pelo EB em missões internas e externas já contemplassem os futuros ambientes operativos em que a Força poderá vir a ser empregada, mesmo que sejam estudos-piloto, viabilizados por observadores militares

³ Uniforme camuflado em estudo pelo EB, de forma a mudar a confecção da blusa de combate e da calça.

espalhados pelo globo, aproveitando-se das diversas missões sob a égide da ONU.

Como exemplo, podem ser citadas as missões de paz do Congo ou da República Centro-africana. Porém, há demandas da ONU para países do Oriente Médio, como Líbano e Síria, onde o uniforme 9º C2 pode vir a ser um fator a mais de desgaste para o combatente brasileiro, pois oferece baixa proteção, tanto contra frio, como para o calor de regiões com características climatológicas desérticas.

Por fim, ressalta-se que, tanto no atual RUE quanto nos atuais RDM, há uma destacada preocupação com a apresentação individual dos uniformes de combate do EB, principalmente com relação ao desbotamento dos tecidos. Tal problema tem certamente sua importância e relevância; porém, aspectos que gerem maior conforto e resistência às intempéries diversas (selva, urbano, montanha, deserto etc.) devem ser igualmente observados e repensados, especialmente quando há a possibilidade de se enviar tropa de vulto para territórios extracontinentais.

Conclusões

Caso o Brasil necessite enviar uma nova força expedicionária para atuar em local que se assemelhe às condicionantes climáticas que foram encontradas pela FEB (inverno rigoroso, neve e montanhas) ou em novas condições para emprego do EB em regiões desérticas (calor, areia, frio, baixa umidade etc.), essas experiências do passado podem ter contribuído para que, atualmente, sejam tomadas as medidas necessárias para se terem fardamentos adequados, testados e aprovados para os novos ambientes operativos, já licitados, estocados e

com previsão de fornecedores credenciados e/ou mobilizáveis.

Na década de 1940, as especificações de material da FEB foram estabelecidas e demoraram a chegar até as fábricas, que não produziram material adequado, mesmo que à época detivessem conhecimento técnico para tal, o que gerou um grande problema logístico para a FEB. Além de ter fabricado tecidos com tonalidades semelhantes às dos uniformes do inimigo, o material foi produzido sem a especificação correta e, ainda, de baixa qualidade, sendo inadequado ao inverno europeu.

Atualmente, à semelhança do que aconteceu às vésperas da Segunda Grande Guerra, a indústria têxtil brasileira possui capacidade tecnológica e parques fabris em condições de atender às diversas demandas que o EB venha a ter, em função de suas futuras demandas. No entanto, a Força não possui experiência logística para tal, de forma imediata, o que exige solicitação com certa antecedência.

Usar o conhecimento de outros países que operam seus exércitos em áreas com características climatológicas adversas é uma opção que o Brasil poderá fazer. Porém, como recomendação, deverá evitar dependência de material importado de outros países, assim como ocorreu com relação ao fornecimento de material feito pelos EUA, por meio da Peninsular Base Section, na Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, o EB pode aproveitar os ensinamentos colhidos de suas próprias experiências, da experiência adquirida por militares que cumpriram missões como observadores militares, como integrantes de tropas da ONU ou que realizaram cursos no exterior, bem como de outros exércitos, para o desenvolvimento de uniformes e equipamentos adequa-

dos. Isso para atender, nas melhores condições, as necessidades da nova força expedicionária.

Por fim, conclui-se que o presente trabalho buscou, nas experiências da FEB, a inspiração para que o EB possa superar os desafios da era tecnológica. A nova dinâmica das informações traz reflexos para todos

os campos do poder, o que gera necessidades cada vez mais urgentes para os Estados, que confiam em suas Forças Armadas grande responsabilidade para a solução de conflitos. Dessa maneira, o EB deve buscar estar em condições de operar nos mais diversos ambientes existentes. ☀

Referências

- Araújo, Ivan Christie Barros. **Os uniformes de combate da Força Expedicionária Brasileira: Contribuições para atuais e futuras demandas logísticas do Exército Brasileiro.** Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.
- Castelo Branco, Manoel Thomaz. T. **O Brasil na II Grande Guerra.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.
- Fifth Army. Fifth Army History – 16 August – 15 December 1944. **The Gothic Line.** Chapter 1: The Arno Line, p. 4.
- Maximiano, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Grua, 2010.
- Moraes, Antônio Henrique Almeida. **No Teatro do Mediterrâneo,** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.
- Nascimento, Fernanda de Santos. **A Revista a Defesa Nacional e o Projeto de Modernização do Exército Brasileiro (1931-1937).** Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.
- Norton, Steve; *et all.* **Operation Encore – The 10th Mountain Division in action. Limited offensive in mountains. 19 February to 5 March 1945.** CSI Battlebook. Combat Studies Institute. Fort Leavenworth: Kansas, 1984.
- Starr, Chester G. **From Salerno to the Alps – A history of the Fifth Army 1943 – 1945.** Washington: Infantry Journal Press, 1948.
- Truscott Jr, Lucian King. **19 Days from Apennines to the Alps. The story of the Po Valley Campaign.** Milan: Pizzi and Pizio, 1945.
- US Army – a. Peninsular Base Section – Italy. **G-4 Periodic Report.** 9 Jan 1945.
- US Army – b. Peninsular Base Section – Italy. **Administrative Order.** 21 Mar 1945.
- Zary, J. C. F. A adaptação da FEB à guerra de montanha. In: **FEB em Lisboa: célebre passagem das tropas brasileiras em Portugal.** 1^a ed. Lisboa: Aditâncio do EB e FAB da Embaixada do Brasil em Lisboa, 2015, v.1, p. 43-47.
- NR: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Da Royal Navy do século XIX à U.S. Navy do século XXI¹

(O século XXI é a definitiva ocupação da terra, de seus mares, dos leitos oceânicos, do espaço exterior e das calotas polares)²

Adolfo Koutoudjian*

A única verdade é a realidade.

ARISTÓTELES

Introdução

Em geopolítica, houve duas grandes teorias que buscaram explicações para a problemática mundial do século XX e para o problema do poder mundial. Essas teorias foram conhecidas, genericamente, como a do Poder Naval como determinante da política mundial — formulada pelo estrategista norte-americano Alte Alfred Mahan em 1890 — e a do Poder Terrestre — formulada pelo geógrafo inglês Prof. Halford Mackinder em 1904 e desenvolvida pela Inglaterra a partir da Batalha de Trafalgar, em 1805, no domínio dos mares.

A teoria do Poder Naval tem sua máxima expressão na obra intitulada *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*, escrita por A. Mahan e publicada em 1890. Nela, o autor entende que o que engrandeceu o Império Britânico foram sua supremacia marítima e

as estratégias consequentes e, por isso, destaca que era imperioso para os Estados Unidos contar com uma potente Força Naval no século XX. Para Mahan, quem dominasse as ondas do mar dominaria o mundo. Sustentava que o êxito na supremacia estava em contar com uma eficiente marinha mercante, capaz de aproveitar um próspero comercio exterior; colônias que proporcionassem as matérias-primas requeridas pela metrópole; marinha de guerra capaz de proteger a marinha mercante; e bases para reparar e abastecer os navios. Segundo esse autor, o destino dos Estados Unidos, por sua condição geográfica, seria converter-se em uma potência naval no século XX, semelhante à Grã-Bretanha do século XIX.

Por sua vez, o Prof. Halford Mackinder apresentou, em julho de 1904, na Sociedade Geográfica de Londres, um trabalho intitulado *O pivô geográfico da História*, no qual desenvolveu o conceito do “Heartland” (coração da

* Licenciado em Geografia, pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Professor de Geopolítica na Escola de Defesa Nacional (Argentina), professor de Geopolítica e Geoestratégia na Escola Superior de Guerra Conjunta das Forças Armadas e professor de Geopolítica na Escola de Guerra Naval. É professor convidado do Departamento de Geografia da UBA. Gerente de Planejamento da Coordenação Ecológica Área Metropolitana Sociedade do Estado e Consultor Técnico da Subsecretaria de Planificação Territorial do Investimento Público da Nação (Argentina).

terra euroasiática), máxima expressão teórica do Poder Terrestre. Essa teoria assinala que, em boa medida, a história da civilização moderna é a história da luta contra os povos que vêm do coração da Ásia, ou seja, de uma região que denominou o Heartland.



Figura 1 – O mundo segundo Mackinder (1904)

Fonte: Vincens Vives, J. (1961). Tratado General de Geopolítica

Em síntese, Mackinder assinalava que, de alguma maneira, a história do mundo estava marcada em função da pressão dos povos que vinham do centro da Ásia. Explicava que o poder desses povos se apoiava no fato de que a área de onde surgia o grosso das invasões era inalcançável para os povos marítimos ou costeiros, de onde as grandes distâncias davam a essas cavalariais — fundamentalmente mongóis — um poder de mobilidade terrestre absolutamente decisivo do ponto de vista militar, como nos casos de Gengis Khan, Tamerlão e outros. Direta ou indiretamente, eles levaram à queda do Império Romano do Ocidente (século VI) e do Oriente (Constantinopla, 1453) e à emigração dos povos do leste em direção às margens da Europa. Já no século XX, esse poder fático era possuído

pela Rússia e seu sistema de alianças com a Alemanha, a China etc.

Atualmente, a região à qual nos referimos é a soldadura entre a Eurásia, a África do Norte e o Oriente Médio e é o assento dos principais recursos energéticos mundiais, ou seja, do combustível que move a economia mundial.

O objetivo do presente trabalho é estabelecer, através da análise da História, como o Poder Terrestre, que soube prevalecer sobre os demais poderes na Eurásia durante todo o século XX, sucumbe diante do triunfo do Poder Aeronaval neste século XXI. Da mesma forma, fazendo referência aos Estados Unidos, restará esboçado que as explicações para a problemática mundial e para o problema do poder no século XXI não se devem a um só fator — o poder militar —, mas também ao poder econômico, ao financeiro, ao tecnológico e ao cultural.

É claro que a visão geopolítica não pretende dar um sentido totalizador à História Contemporânea, mas é uma perspectiva muito ausente no debate acadêmico, político, ideológico e cultural e que vale a pena ser retomada.

Mahan ou Mackinder

Em nossa perspectiva, de maneira sucinta, os principais acontecimentos geopolíticos do século XX se destacam por:

1. Luta pela hegemonia na Eurásia

O século XX, tal como o descrevera Mackinder, foi um período histórico no qual a luta para alcançar a hegemonia, ou a neutralização do Heartland, estava na ordem do dia, e o dever do Poder Naval Britânico era conter os “continentalistas”. Seus principais representantes foram, antes do século XX, Napo-

leão (França), recriando uma *Magna-Europa*, e Bismark, recriando o Primeiro Império Alemão (1º Reich), que unificou todos os estados alemães na Europa Central (Mitteleuropa). Já no século seguinte, se destacaram os Estados “continentalistas” Alemanha (Hitler) ou Rússia (URSS). Em seguida apresentaremos fatos que comprovam a presente afirmação.

2. Guerra Russo-Japonesa: limitar a Rússia no Pacífico

Durante os anos 1904 e 1905, aconteceu uma guerra entre a Rússia e o Japão, cujo teatro de operações centrou-se principalmente na península de Liaodong e Mukden, nos mares da Coreia e do Japão e no Mar Amarelo.

A Rússia buscava obter uma saída de águas mornas no Oceano Pacífico para uso de sua Armada e para seu comércio marítimo. Por sua parte, o Japão decidiu entrar em guerra para manter seu Protetorado sobre a Coreia e o Mar Amarelo. Inesperadamente, o Japão, um povo asiático, venceu uma potência imperialista europeia, mudando então o equilíbrio de poder no Leste Asiático. O Império Russo viu sua esquadra derrotada no Oceano Pacífico e sua esfera de influência limitada.

3. A Royal Navy propulsada a petróleo (1912) – O two-power standard da esquadra britânica

A Royal Navy (ou Marinha Real Britânica) foi fundada no século XVI, convertendo-se na força armada mais antiga do Reino Unido. Desde finais do século XVIII, após a Guerra dos Sete Anos, e, em especial, depois da Batalha de Trafalgar (1805), até a Segunda Guerra Mundial, foi a marinha mais poderosa do mundo,

ocupando um papel chave no estabelecimento da Grã-Bretanha como potência dominante em nível mundial. Seu domínio, em boa medida, foi o suporte das independências americanas e do equilíbrio na Europa.

A Lei de Defesa Naval, promulgada no ano 1889, foi uma lei do Parlamento do Reino Unido, cujo objetivo foi adotar formalmente o chamado *two-power standard* (padrão de duas potências). Mediante ele, foi estabelecido que a Royal Navy deveria contar com uma quantidade determinada de barcos de guerra que deveria ser, pelo menos, igual à força combinada das duas maiores marinhas do mundo (naquele momento: França e Rússia). Em outras palavras, a quantidade de barcos de guerra do Reino Unido devia ser igual ou maior que a quantidade de barcos que tinham, conjuntamente, a França e a Rússia.³ Paralelamente, buscou-se manter um equilíbrio na Europa, que não permitisse nem um novo Napoleão, nem uma Alemanha atlântica, nem uma Rússia atlântica central.

Cabe mencionar, como fato transcendental, a mudança na propulsão da esquadra britânica, a qual, a partir de 1912, começou a utilizar o petróleo como meio de impulsionamento. Isso levou à valorização do petróleo em todo o Oriente Médio, em particular, e no mundo, em geral, mudando a logística do mar e as estratégias geopolíticas associadas, em especial no Oriente Próximo e Médio.

4. Corrida para a Índia entre a “linha marítima inglesa” (Gibraltar-Malta-Suez-Bab-el-Mandeb-Socotra-Omán) e a Ferrovia Berlim-Bagdá (contramanobra continental alemã)

A Índia era, para o Reino Unido, assim como também para outras potências eu-

ropéias, como Portugal, uma joia comercial. Em meados do século XIX, a Índia estava sob o controle da Companhia Britânica das Índias Orientais. Devido a que era de suma interesse para o Império Britânico manter ali intacta sua influência, a Grã-Bretanha foi conquistando certos territórios geopoliticamente estratégicos para desenvolver e manter a denominada “linha marítima para a Índia”. Para isso, utilizou e reforçou suas conquistas seculares, para citar alguns exemplos, em:

- Gibraltar, capturada em 4 de agosto de 1704, durante a Guerra de Sucessão Espanhola, e cujo estreito comunica o Mar Mediterrâneo com o Oceano Atlântico.
- Malta, arquipélago situado no centro do Mediterrâneo e concedido ao Império Britânico em 1814 por meio do Tratado de Paris.
- O Canal de Suez (Egito), via artificial de navegação que une o Mar Mediterrâneo com o Mar Vermelho. Em 1875, o Império comprou a parte das ações do governador egípcio Pachá, assegurando assim o domínio do canal.
- A Ilha de Socotra, no estreito de Bab-el-Mandeb, do Mar Vermelho, e as costas adjacentes, em fins do século XIX.
- Omã, que embora sempre tenha sido independente do Reino Unido, este último teve e tem ali uma forte influência. Omã possui uma localização estratégica, nas proximidades do estreito de Ormuz.

Como resposta aos interesses britânicos, o Império Alemão decidiu impulsionar, em 1903, a denominada Ferrovia Berlim-

-Bagdá (ou ferrovia de Bagdá). O objetivo desse projeto, finalizado em 1940, era conectar Berlim a Bagdá (no então debilitado Império Otomano) ou Hamburgo a Basra, através de 1.600km de vias. Bagdá possuía uma importância estratégica para o Império Alemão, por seu acesso ao Porto de Basra, o qual permitiria o comércio de produtos alemães com o resto do mundo, desde o Golfo Pérsico, o que significava uma ameaça direta ao domínio econômico britânico no comércio colonial. Da mesma forma, o projeto buscava prover petróleo ao Império Alemão, proveniente das bacias petrolíferas do Iraque e do Irã. De igual modo, a projeção alemã em direção à fronteira com o Cáucaso e para o norte da Pérsia ameaçava a posição dominante do mercado russo, outro império afetado por dita ferrovia. As potências centrais, nesse caso os impérios Alemão, Austro-Húngaro e Otomano, alinharam-se contra as potências marítimas, como o Reino Unido, França e o respaldo continental da Rússia.

5. Primeira Guerra Mundial.

Ano crucial: 1917

A Primeira Guerra Mundial começou em 28 de julho de 1914 e finalizou em 11 de novembro de 1918, quando a Alemanha pediu o armistício. Finalmente, em 28 de junho de 1919, os países em guerra firmaram o Tratado de Versalhes.

Embora este ensaio não busque adentrar-se nos fatos que aconteceram durante a Primeira Guerra Mundial, cabe mencionar um ano em particular, 1917, ocasião na qual a Guerra deu uma virada, abrindo a possibilidade de uma eventual vitória estratégica alemã, ao se produzir a Revolução Russa,

auspiciada pela Alemanha. O clima de instabilidade produzido por aquele evento permitiu aos alemães avançar consideravelmente em território russo. Finalmente, em 1918, os bolcheviques firmaram a Paz de Brest-Litovsk, dando virtualmente aos impérios centrais o domínio do continente, desde o Rio Berezina até o Rio Reno.

Entretanto, naquele mesmo ano, voltou a ocorrer outra virada, quando os EUA declararam Guerra aos impérios centrais. Muitos historiadores entendem que um dos fatos que motivaram o ingresso dos Estados Unidos na contenda foi o afundamento do Lusitânia, em 7 de maio de 1915. Esse episódio provocou um forte repúdio nos Estados Unidos, país que, desde então, começou a se preparar para lutar oficialmente ao lado dos Aliados. Finalmente, a circunstância que provocou a entrada dos EUA na Guerra foi seu conhecimento do Telegrama Zimmermann, por meio do qual a Alemanha propunha ao México uma aliança anti-EUA. O desembarque massivo do Exército norte-americano na Europa em 1918 provocou uma nova mudança no tabuleiro estratégico, assegurando a derrota estratégica alemã.

6. Entreguerras: Desenvolvimento da Escola Geopolítica de Munique (1933), dirigida pelo Geopolítico, Gen Prof Karl Haushofer, cuja tese era uma Aliança estratégica amigável com a Rússia: Pacto Ribbentrop-Mólotov (1939). Eixo Berlim-Roma-Tóquio (1940)

Karl E. Haushofer, importante geopolítico alemão, é conhecido por ser um dos principais propositores das ideias do *Lebensraum* (espaço vital), tomadas de Ratzel (1892).

Essas ideias analisam a relação existente entre o espaço físico e a população, argumentando que a própria existência do Estado fica assegurada quando este dispõe de suficiente território para atender e prover todas as necessidades de seu povo. O conceito do *Lebensraum* foi tomado por Adolf Hitler para justificar a expansão territorial do Terceiro Reich. Só que, em vez de fazê-lo por alianças, Hitler o fez por conquista militar a partir de 1941 (Operação Barbarossa), selando sua derrota estratégica em Moscou, Stalingrado e Kursk.

Em fins de 1936, a Alemanha e o Japão firmaram um tratado anticomunista, chamado Pacto anti-Komintern. No ano seguinte, se uniu ao tratado a Itália, país que já havia assegurado seus interesses expansionistas no Mediterrâneo, mediante um tratado com a Alemanha. Dessa maneira, foi criado o Eixo Berlim-Roma-Tóquio, que logo daria lugar a uma aliança militar entre aquelas nações. O Eixo contou com a aquiescência da URSS (até 1941), que o via como uma aliança euroasiática anti-saxã.

Por outra parte, o Tratado de não Agressão entre a Alemanha e a URSS, também conhecido como Pacto Ribbentrop-Mólotov, foi firmado em Moscou em 23 de agosto de 1939, pelos ministros de Assuntos Exteriores da Alemanha e da União Soviética, Joachim von Ribbentrop e Viacheslav Mólotov respectivamente. Um fato que cabe destacar é que esse tratado foi firmado nove dias antes de se iniciar a invasão da Polônia e, por consequência, a Segunda Guerra Mundial.

O objetivo do tratado, tal como seu nome sugere, foi estabelecer cláusulas de não agressão mútua. Não obstante, o real objetivo do Tratado foi fixado em um Protocolo Adicional secreto, no qual o Terceiro Reich e a URSS fixaram

suas respectivas zonas de influências sobre a Europa Oriental, logrando deste modo uma aliança continental que deixava de fora a Grã-Bretanha e os EUA.

O Tratado durou até a primavera de 1941, quando os alemães invadiram a URSS, mediante a denominada “Operação Barbarossa”, quando Hitler contrariou os princípios da doutrina geopolítica alemã, que não propunha a luta contra a Rússia, mas exatamente o contrario.

7. O ano decisivo, 1941: Hitler invade a URSS (desastre estratégico alemão); Japão ataca os EUA (derrota estratégica japonesa)

A Segunda Guerra Mundial começou em 1º de setembro de 1939, com a invasão alemã da Polônia, ato que produziu a imediata declaração de guerra por parte da França e do Reino Unido. Durante os dois primeiros anos, a Alemanha logrou conquistar grande parte da Europa continental, mediante a táctica militar da *Blitzkrieg* (Guerra relâmpago).

Hitler — que via o Pacto Ribbentrop-Mólotov como algo meramente circunstancial — decidiu pôr em execução a Operação Barbarossa. Com essa operação, entendida como a última das guerras relâmpago, deu-se inicio a mais extensa operação de guerra terrestre da história.

Os alemães lograram conquistar com êxito vastas porções do território soviético. Entretanto, os efeitos dessas vitórias não se revelaram estratégicos. Com a chegada do inverno, os limites logísticos dos alemães começaram a se mostrar cada vez mais evidentes. A frente alemã estava muito distendida, e isso dificultava o abastecimento.

Em dezembro de 1941, o Exército Vermelho conseguiu vencer os alemães pela primeira vez, na Batalha de Moscou. O fracasso da Operação Barbarossa mostrou ser inevitável, em especial depois de Stalingrado, em fevereiro de 1943.

Enquanto a Operação Barbarossa foi um marco das operações terrestres durante a Segunda Guerra Mundial, com respeito às operações marítimas, cabe mencionar que, em fins de 1941, com o fim de se expandir, o Império do Japão começou uma série de ataques sobre as possessões europeias ou norte-americanas no Oceano Pacífico. O mais conhecido foi o ataque a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941. Esse ataque provocou tal comoção nos Estados Unidos que levou o país a declarar Guerra ao Japão e entrar na contenda do lado dos Aliados. Muitas foram as batalhas travadas no Pacífico, mas a sorte mudou a partir de Midway (1942).

Em meados de 1945, durante a Conferência de Potsdam, os Aliados decidiram dar um ultimato ao Japão, exigindo sua rendição incondicional. Naquela ocasião, estava sendo travada a Batalha de Okinawa, entre o Reino Unido e os EUA contra o Japão, conhecida como o maior assalto anfíbio durante a guerra no Pacífico. O então presidente dos EUA, Harry Truman, entendendo que a batalha ia significar uma grande quantidade de baixas e ante a falta de resposta do Japão ao ultimato, decidiu usar uma nova arma, a atômica, para acelerar o fim da Guerra, embora muitos suspeitem que fosse mais uma advertência à vitoriosa URSS. Foi assim que ocorreram os ataques sobre Hiroshima (em 06/08/1945) e sobre Nagasaki (09/08/1945). Entre ambos os ataques, a URSS iniciou a invasão da Manchúria, ocupada pelo Japão, logrando o Exército Vermelho chegar até a Coreia.

Finalmente, o Império Japonês anunciou sua rendição em 14 de agosto de 1945.

8. 1945: Yalta-Potsdam: O Exército Vermelho se estende do Elba ao Pacífico (é o dono do Heartland euroasiático)

A URSS logrou seu apogeu logo após a Segunda Guerra Mundial, ocupando, com os países associados, quase 25 milhões de quilômetros quadrados de superfície, sem contar a China, que se converteu ao Comunismo em 1949. Chegou a medir aproximadamente 10.000 quilômetros desde Kaliningrado ao oeste (próximo ao mar Báltico), até a Ilha de Ratmanova, localizada no Estreito de Bering. Dessa maneira, logrou ser o grande vencedor pela hegemonia na Eurásia.

Já em 1946, o Mundo se dividia em duas áreas de influência: a URSS na Eurásia, com o impulso ideológico do comunismo, e os EUA, grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial, donos de todos os mares e de 2/3 do capital econômico e financeiro do mundo. Nascia assim uma Guerra Fria ou Paz Armada, que duraria desde 1947 até 1991.

9. 1946: Guerra Fria – Estratégia Anaconda (de cerco) – G. Kennan-Truman: cercam a URSS

O conceito de “anaconda” foi utilizado pela primeira vez durante a Guerra Civil dos Estados Unidos. O Plano Anaconda, concebido pelo general da União Winfield Scott e posto em execução em 1862, baseou-se em um bloqueio naval dos rios Mississippi e



Figura 2 – Estratégia Anaconda

Fonte: TUROVSKY, Rostislav. Geografía política. Cátedra de Geografía Política. Universidad de Moscú (2000)

Tennessee, cujo objetivo era cercar e dividir totalmente a Confederação.

Quase um século depois, a mesma ideia foi denunciada pela URSS, que repudiava a política de contenção ao expansionismo soviético por parte dos EUA.

10. Guerras periféricas da Guerra Fria – 1947 a 1991

Durante a Guerra Fria, prevaleceram as contendas territoriais periféricas em vários Estados, preeminente mente europeus. A seguir, citamos alguns dos conflitos e guerras periféricas:

- Guerra Civil na Grécia, com triunfo britânico: 1947.
- Bloqueio de Berlim: 1948.
- Criação da OTAN: 1949.
- Guerra da Coreia: 1950 a 1953.
- Conformação do Pacto de Varsóvia (anti-OTAN): 1955.

- Rangidos do desenho comunista (continental) na: Hungria, 1956; Crise de Suez (com intervenção dos EUA e da URSS), 1956; Checoslováquia, 1968; Indochina – Batalha de Dien-Bien-Phu (e a expulsão dos franceses), 1954; Cuba – Crise dos Mísseis (principal confrontamento direto entre os EUA e a URSS), 1959 a 1963; Vietnã (expulsão dos EUA), 1955 a 1975; Independências africanas anticoloniais (lutas por influências entre EUA-URSS), 1960 a 1980; América Latina – alinhamento com os EUA (Doutrina do TIAR); Peronismo e Terceira Posição,⁴ 1947 a 1955; Cuba – alinhamento com a URSS, 1961; Colômbia – Bogotazo liberal, 1948; Revolução Boliviana Nacionalista, 1952; Aliança para o Progresso de Kennedy, 1960 a 1965; Ciclos de ditaduras militares anticomunistas, auspiciadas pelos EUA – desde 1954 na Guatemala, até o Brasil, 1964, Argentina, 1966, e Chile, 1973; Ilhas Malvinas (choque conceitual no Ocidente), 1982.
- Oriente Médio: luta pela hegemonia entre Oriente e Ocidente. Objetivo: 66% da energia mundial.
- Afeganistão – o princípio do fim do Poder Terrestre (expulsão da URSS), 1979 a 1988.
- Berlim – Queda do muro: implosão da URSS, 1989 a 1990.
- Luta pelo “Crescente Interior”⁵ do Heartland: a Rússia perde suas áreas de influência na Europa do Leste, no Báltico, na Ucrânia e na Ásia Central.

Como conclusão, embora hajam ocor-

rido importantes acontecimentos geopolíticos relacionados com o Poder Naval, ao longo do século XX predominaram os de poder continental. Não obstante, a situação começou a mudar no final do século, sobretudo com a queda e dissolução da União Soviética, a grande potência terrestre por excelência. Segundo Brezezinsky (1998), o Poder Mundial se definiria pelo controle da Eurásia, fato geopolítico controlado pelos EUA e discutido pela Rússia e pela China.

Fim da Guerra Fria e suas consequências no século XXI

A desintegração incruenta da União Soviética representou o exemplo mais claro de que o Poder Terrestre mais importante do século XX, aquele vitorioso nas lutas pelo Heartland, havia sido derrotado. Da mesma forma, com a dissolução da URSS em 1991, evidenciou-se que o Sistema Econômico Capitalista (representado pelos EUA) havia ganhado a Guerra Fria.

Francis Fukuyama, cientista político norte-americano de origem japonesa, escreveu em 1989 um ensaio intitulado *O fim da História?*. Nesse ensaio, seu autor expõe que, com o fim da Guerra Fria, a democracia liberal se impôs no mundo ante outras formas de governo e que isto levara ao fim das guerras e das revoluções sangrentas.⁶

A partir daquele momento, começava a consolidação do Poder Militar dos EUA, visualizado na presença de sua Marinha em todos os mares. Segundo o exposto por A. Mahan, é possível afirmar que dita nação domina as ondas dos mares, utilizando a OTAN como sua tropa de fuzileiros navais na Eurásia. Enquanto

isso, o que agora é a Rússia refugiava sua esquadra em suas águas continentais, terminando com os desafios aos EUA.

No marco da luta estratégica pelo domínio mundial no pós-guerra, os EUA passaram do controle oceânico no Hemisfério Norte ao controle oceânico no Hemisfério Sul. Assim, consolidaram um cinturão de Ilhas, bases, portos e instalações navais em todo o mundo, tanto suas como da Grã-Bretanha e de seus aliados da OTAN (também no Hemisfério Sul):

- Guam, desde 1944 (Oceano Pacífico)
- Okinawa, desde 1945 (Costas frente à China)
- Ascenção, desde 1960 (Atlântico Médio)
- Ilha da Páscoa, 1980 (Oceano Pacífico)
- Ormuz (no Golfo Pérsico) 1980
- Diego Garcia, 1971 (Oceano Índico)
- Ilha Socotorá, 1990 – (Bab-el-Mandeb) (Mar Vermelho)
- Omã, 1990 (Mar Arábico)
- Malaca em 1985/1990 (com Singapura) (Oceano Pacífico – Oceano Índico)
- Além de um sem-fim de bases e instalações aeronavais em todo o mundo, próximas ao milhar.

Quanto ao Atlântico Sul cabe mencionar, entre outros:

- Ilha de Santa Helena, 1981
- Ilha Tristão da Cunha
- Ilha de Gough
- Ilhas Malvinas, 1982
- Boias oceânicas nos principais leitos oceânicos estratégicos dos passos estratégicos e outras instalações aeronavais na América do Sul, África do Sul e Oceania.

Crescente Interior ou Marginal

Se analisarmos aqueles conflitos periféricos ocorridos entre os anos de 1990 e 2016, é facilmente destacável que nenhum deles questionou o Poder Naval dos EUA. Este tem centrado seus esforços, nas últimas décadas naquelas regiões estratégicas do “Crescente Marginal” da Eurásia, ou seja, onde se encontram os principais recursos gasíferos e petroleiros de nosso planeta: Ásia Central (35% dos recursos gasíferos do Mundo) e Oriente Médio (60% dos recursos petroleiros e 40% dos gasíferos).

Desde então até agora, tem-se mantido a marginalidade estratégica do continente africano, assim como também a da América do Sul, salvo como abastecedores de matérias-primas e objetivo de influências comerciais.

Um fato geopolítico de considerável importância nos últimos anos se configura no crescimento explosivo da China e da Índia (40% da população mundial), que provocou o auge de consumo de matérias-primas durante 10 anos (2003-2014), hoje claramente em declínio.

Crescente exterior ou insular

A título ilustrativo e sintético, pode-se assinalar, com respeito ao papel do “Crescente Exterior” da Eurásia,⁷ que a Oceania foi integrada ao domínio aeronaval dos EUA.

A África Subsaariana ainda se encontra em busca de seu destino.

O Mediterrâneo se converteu em um “lago da OTAN”, onde os desafios por nacionalismos étnicos se encontram na ordem do dia (focos terroristas).

A China, por sua parte, é a grande potência emergente, que se encontra ante a busca de romper o cerco estratégico dos

EUA. Para lográ-lo, tem seguido e busca seguir os seguintes passos:

- 1) Aliança estratégica com a Rússia;
- 2) Assegurar as linhas marítimas;
- 3) Disputar suas águas continentais (mar da China Meridional); e
- 4) Assegurar mercados periféricos da África e da América Latina.

O Japão e a Índia se converteram nas potências de contenção da China, através da assinatura de acordos estratégicos com os EUA.

Finalmente, a Rússia, única potencia capaz de aniquilar os EUA por seu poder nuclear, busca manter ou recuperar sua esfera de influência ex-soviética e afastar a OTAN de suas fronteiras, ainda que com enormes dificuldades macroeconômicas e tecnológicas.

Estrutura da US Navy

O Poder Naval se expandiu para o espaço, as comunicações e a economia.

A US Navy tem contado com 12 distintas esquadras desde a Segunda Guerra

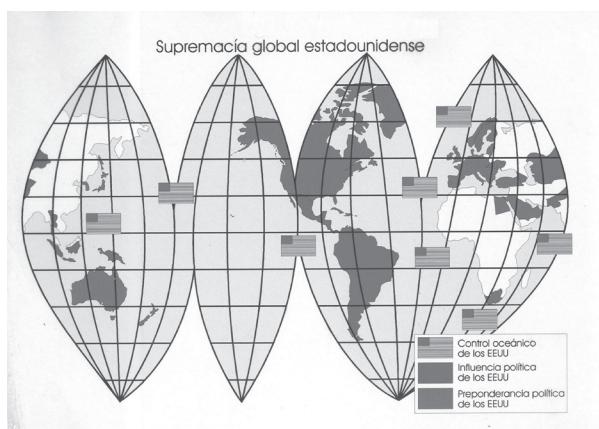


Figura 3 – Supremacia norte-americana

Fonte: Zbigniew Brezinski. El Gran Tablero Mundial: la supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos (1998)

Mundial. A Primeira e a Segunda encontram-se atualmente inativas. Com respeito à Primeira, representava a Esquadra do Pacífico. Existiu desde 1947 até 1973, quando foi substituída pela Terceira Esquadra. Quanto à Segunda, abarcava o Oceano Atlântico, mas foi desativada em 2011.

A Terceira Esquadra representa atualmente a Esquadra do Pacífico. A Quarta ocupa-se do Comando Sul, a Quinta, do Comando Central, a Sexta, da Europa, a Sétima, também do Pacifico. A Oitava Esquadra, que se localizava no Atlântico, encontra-se inativa; ela operou no Mediterrâneo durante a Segunda Guerra Mundial. A Nona Esquadra teve a mesma sorte da Oitava, só que no Pacífico. A Décima Esquadra ocupa-se do Cibercomando, a Décima-Primeira nunca existiu e, finalmente, a Décima-Segunda, confinada à Europa, foi desativada logo após a Segunda Guerra Mundial. Em resumo, atualmente os EUA contam com seis esquadras distribuídas por todo o mundo.

Entretanto, é mister agregar, não obstante, que o poder hegemônico dos EUA não

provém somente de sua supremacia militar, mas que, atualmente, é facilmente observável um quadrinômio, composto pelo Poder Militar, o Poder Econômico-Financeiro, o Poder Tecnológico e o Poder Cultural.

Os EUA têm sabido substituir o poderio outorgado, outrora, pelas colônias, por um desdobramento estratégico de bases militares por todo o mundo. Atualmente, possuem 40% do gasto militar mundial. Da mesma forma, constituem a potência financeira do século XXI. O Setor Financeiro Mundial incrementou em torno de um terço sua participação no

Produto Bruto Mundial total nas últimas três décadas (baseado principalmente em Wall Street, Londres e os paraísos fiscais).

O produto bruto dos Estados Unidos é um quarto do produto bruto mundial. Menor que há meio século, mas ainda decisivo na Economia Mundial.

Século XX: Poder Naval. Virada norte-americana em direção ao Poder Aeronaval?

A partir do ataque de 11/09/2001 nos EUA, o então presidente George W. Bush decidiu travar um tipo de guerra no Oriente Médio que soube diferenciar-se de suas predecessoras. Naquela ocasião, o inimigo não estava representado nem por uma nação, nem por uma ideologia, mas por uma tática, a do terrorismo. Na ocasião, o Pentágono possuía, fora de suas fronteiras, ao redor de mil bases militares localizadas em uma vasta quantidade de países. O objetivo das Forças Armadas norte-americanas era poder fazer-se presente de imediato naquela zona de crise que lhes representasse, ou pudesse representar, algum perigo.

A respeito das guerras do Iraque e do Afeganistão, cabe mencionar que a Marinha ocupou um papel silencioso, mas importante para os EUA, como foi, por exemplo, com os Navy SEALS, principal força de operações especiais da Marinha, que conta com equipes de mar, ar e terra (daí seu nome, um acrônimo para *sea, air and land*), os quais, em 1º de maio de 2011, encontraram o paradeiro e mataram Osama bin Laden em Abbottabad, Paquistão, e outros líderes terroristas da Al Qaeda e do ISIS.

Durante a administração Bush, cresceu enormemente o número de soldados norte-americanos nos campos de batalha.

Embora nenhuma das guerras anteriormente mencionadas tenha obtido os resultados esperados, e apesar dos repetidos reveses, o certo é que, quando Barak Obama assumiu a presidência, o potencial militar de EUA continuava sendo incontestável.

Entretanto, conforme passavam os anos, foi possível observar um processo de reestruturação interna das bases militares fora das fronteiras. Estas, antes enormes instalações, passaram a formar bases muito menores, chamadas “nenúfares”, cuja característica específica era que podiam servir de plataforma para tropas altamente móveis.

Já durante a presidência de Barak Obama, os EUA começaram observar a China como seu novo rival internacional. A partir de então, e com o começo do fim das guerras do Iraque e do Afeganistão, as Forças Armadas norte-americanas começaram a ser transferidas para a Ásia. Foi a própria Hillary Clinton, então secretária de Estado, quem, em 2011, publicou na revista de política internacional Foreign Policy um artigo intitulado *America's Pacific Century* (*O século do Pacífico Americano*, em uma tradução literal).⁸ Paralelamente, buscam acordos comerciais com a China, que implicam uma virtual instalação do G-2 por sobre o G-7 ou o G-20.

Obama, entre outras ações militares, enviou tropas à Austrália e levou a cabo manobras navais conjuntas com as Filipinas e com o Vietnã.

Em relação à estratégia bélica no pivô asiático, os EUA desenvolveram o conceito de “batalha aeronaval”, cujo objetivo era coordenar as forças aeronavais para responder à crescente capacidade da China na região. Como resposta, o então presidente chinês Hu Jintao pronunciou um discurso no qual solicitou à Marinha que começasse a se preparar para uma guerra.⁹

Também desenvolveu as maiores manobras militares da História com a Rússia em 2014.

Tanto dinheiro havia sido gasto pelos EUA durante as guerras iniciadas por George W. Bush, que não causou surpresa que em 2011 a administração Obama anunciasse um plano de corte orçamentário em matéria de Defesa. Entretanto, interessa destacar que, durante a defesa desses cortes, a administração procurou deixar claro que a reestruturação não afetaria de modo algum as aspirações norte-americanas na Ásia.

Um ano mais tarde, em 2012, Obama assegurou que os EUA poderiam garantir a segurança com menos unidades convencionais terrestres.¹⁰ A aposta parecia ser agora pelas forças aeronavais, os *drones* e as novas tecnologias.

Leon Panetta, então secretário de Defesa dos EUA, anunciou o começo de um novo equilíbrio mundial para as Forças Armadas: realocar unidades navais do Atlântico, logrando para o ano 2020 contar com 60% do Poder Naval no Oceano Pacífico.¹¹

Qual é o papel da América do Sul (e Caribe)?

Seguindo o exposto por Mahan, a estratégia naval para os EUA consistia, no inicio do século XX, entre outros aspectos, em poder ter a capacidade de trasladar-se rapidamente de um oceano a outro (por isso a importância do Canal do Panamá como centro nevrágico de seu plano), assim como também exercer um total controle sobre o Golfo do México e o Caribe.

Cabe fazer então uma menção especial à Quarta Esquadra da US Navy, criada durante a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1943. Embora tenha sido dissolvida em 1950, foi restabelecida em 2008. Essa esqua-

dra é responsável por todas as operações no Caribe, América Central e América do Sul. Claramente, suas competências asseguraram a presença de toda América sob o guarda-chuva dos EUA, especialmente no Caribe.

Conclusão

O presente ensaio refletiu, por meio da análise da História, sobre o lugar que o Poder Terrestre ocupou na Eurásia, durante todo o século XX.

Da mesma forma, descreveu-se a passagem que se está dando, neste século XXI, sobretudo nos EUA para o Poder Aeronaval.

Finalmente, esboçou-se neste estudo que as explicações para a problemática mundial e para o problema do poder no século XXI já não podem analisar um só elemento, o poder militar, mas que também devem abordar o econômico, o financeiro, o tecnológico e o cultural.

São muitas as reflexões e conclusões que se podem obter deste ligeiríssimo voo por entre as elucubrações das doutrinas geopolíticas precedentes no último século. Mas, a fim de propor para a reflexão e as devidas conclusões para nossos países, cabe pontuar, sem pretensão de esgotar o tema, qual entendemos que há de ser o papel de nossa região sul-americana:

- Garantir sua integração física terrestre interior.
- Controlar seu espaço aéreo e exercer o máximo possível de soberania.
- Controlar seu espaço marítimo e exercer o máximo possível de soberania.
- Controlar a exploração de seus recursos naturais.

- Monitorar a presença e exploração de seus recursos econômicos estratégicos.
- Desenvolver a Ciência e a Tecnologia para a Quarta Revolução Industrial e lograr uma cidadania participativa no desenvolvimento nacional.

A modo de síntese, cabe finalizar afirmando que é fundamental, entre os seto-

res políticos, acadêmicos, empresariais e estratégicos, discutir o mundo atual com uma visão centrada em INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA e CULTURA, que conte cole, de forma realista, as grandes tendências mundiais da economia, da tecnologia e da sociedade.

Não cabe analisar o mundo com falsas utopias ou ilusões. ☺

Referências

- BONIFACE, Pascal. **La Géopolitique. Les relations internationales**. París: Eyrolles, 2011.
- BREZEZINSKI, Zbigniew. **El Gran Tablero Mundial: la supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos**. Paidós: Barcelona, 1998.
- CLINTON. Hilary. *America's Pacific Century. The future of politics will be decided in Asia, not Afghanistan or Iraq, and the United States will be right at the center of the action.* **Foreign Policy**, Octubre 11, 2011. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>. Acesso em 23/03/16.
- CHALIAND, Gérard ; RAGEAU, Jean Pierre. **Startegic Atlas. A comparative geopolitics of the world´s powers**. New York: Harper Perennial, 1992.
- COUTANSAIS, Cyrille P. **Géopolitique des Océans. L'Eldorado maritime**. Paris: Ellipses, 2012.
- TUROVSKY, Rostislav. **Geografía política**. Cátedra de Geografía Política. Moscú: Universidad de Moscú, 2000.
- FUKUYAMA. Francis. *The End of the History?*, **The National Interest**. Verano 1989. Disponível em https://www.embl.de/aboutus/science_society/discussion/discussion_2006/ref1-22june06.pdf. Acesso em 27/04/16.
- HU TELLS NAVY to prepare to fight.* **Hobart Mercury** (Australia), 8 de diciembre de 2011.
- JAFFE, Greg. *Obama announces new, leaner military approach.* **The Washington Post**, 5 de enero de 2012.
- KOUTOUDJIAN, Adolfo. *Determinantes Geoeconómicos de la Política Mundial.* **Revista Manual de Informaciones**. Nro.1, Vol. XLVIII, Enero/Marzo, 2006. Buenos Aires.
- KOUTOUDJIAN, Adolfo. *Determinantes geo-económicos de la política mundial.* **Revista de la Escuela de Guerra Naval**. Nº 51, de Diciembre 2001. Buenos Aires. (actualizado en 2014).
- LACOSTE, Yves. Geopolítica. **La larga historia del presente**. Madrid: Editorial Síntesis, 2008.
- MCLEARAY, Paul. *Securing the Western Pacific.* **Defence Technology International**, Jun 2010, Vol. 4, Issue 6, p4.

ONTIVEROS, Emilio; GUILLEN, Mauro. **Una nueva época. Los grandes retos del siglo XXI.** Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2012.

RATZEL; et. al. **Antología Geopolítica.** 2º Edición. Buenos Aires : Pleamar, 1975.

ROYES, Pierre. **Géopolitique des mers et des océans. Qui tient la mer tient le monde.** Paris: Puf, 2012.

SARNO, Hugo. *La Puja Geopolítica Mundial (según Brzezinski).* **Boletín de Difusión Académica.** EDN, N° 2, 2000. Buenos Aires.

VICENS VIVES, Jaume. **Tratado General de Geopolítica.** Barcelona: Vicens Vives, 1961.

WAN, William. *Panetta in Speech in Singapore, seeks to lend heft to U.S. Pivot to Asia.* **The Washington Post**, 1 de junio 2012.

NR: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Tradução de Fernando Velôzo Gomes Pedrosa.

² O presente ensaio é o resultado de um trabalho preliminar para um estudo que se encontra em andamento. Com a colaboração da Ma. Samanta Curti.

³ Hoje, provavelmente, a Marinha dos EUA é mais poderosa que as marinhas da Rússia e da China juntas.

⁴ Terceira posição é o nome dado às correntes políticas contrárias tanto ao comunismo como ao capitalismo, sendo, simultaneamente, antimarxistas e antiliberais. Pretendia apresentar-se como alheia ao espectro político que posiciona os partidos políticos entre a esquerda e a direita. Na Argentina, esteve identificada com o peronismo (nota do tradutor).

⁵ Segundo o definido por Mackinder, é a região que bordeia, em forma de meia-lua, o Heartland. Compreende desde as Ilhas Britânicas até o Japão, passando pela Europa Oriental, Oriente Médio, o Hindustão e o Sudeste Asiático.

⁶ FUKUYAMA, Francis. "The End of the History?", The National Interest. Verão, 1989. Disponível em https://www.embl.de/aboutus/science_society/discussion/discussion_2006/ref1-22june06.pdf. Último acesso em 27/04/16.

⁷ Conceito também definido por Mackinder. Representa uma meia-lua ainda maior que a do crescente marginal, que compreende todo o continente americano, o que fica ao sul do Saara e a Oceania.

⁸ Ver CLINTON, Hilary. America's Pacific Century. The future of politics will be decided in Asia, not Afghanistan or Iraq, and the United States will be right at the center of the action. Foreign Policy, October 11, 2011. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>. Último acesso em 23/03/16.

⁹ MCLEAR, Paul. "Securing the Western Pacific", Defence Technology International, 1 de junio de 2010; "Hu tells navy to prepare to fight" Hobart Mercury (Australia), 8 de diciembre de 2011.

¹⁰ JAFFE, Greg. "Obama announces new, leaner military approach". The Washington Post, 5 de janeiro de 2012.

¹¹ WAN, William. "Panetta in Speech in Singapore, seeks to lend heft to U.S. Pivot to Asia" The Washington Post, 1 de junho 2012.

A possibilidade de atividades terroristas em território brasileiro¹

Leandro Noveli Espindola*

A principal tarefa da estratégia contraterrorista é identificar as futuras grandes ameaças.

WALTER LAQUEUR

Introdução

Durante milênios a humanidade esteve envolvida em conflitos bélicos. O desenvolvimento e a aplicação de novas e eficazes técnicas de combate conduziram para a manutenção ou subjugação de um povo. Muitos desses embates foram realizados com a infusão do terror. Nesse ambiente, o emprego de métodos terroristas vem acompanhando a evolução da arte da guerra.

Há certa dificuldade em se definir o início histórico das atividades terroristas. Pode-se interpretar que começaram com os Sicários, no primeiro século da era cristã (LAQUEUR, 2001), ou com Sansão, há mais de mil anos Antes de Cristo (CARVALHO, 2005). Uma das causas para a mencionada indecisão é a falta de uma definição da palavra terrorismo sob concordância mundial. Muitos países não têm harmonizado em sua nação o conceito e o entendimento para este termo.

O Brasil também não possui consenso sobre o significado preciso do vocábulo *terrorismo*, e este artigo busca caracterizá-lo antes de tratar de sua possibilidade de ocorrência em território nacional. Na tramitação do projeto de lei visando à

sua definição,² Senado Federal e Câmara dos Deputados apresentam discordância quanto à sua aplicação a movimentos sociais e manifestações. Brian Jenkins (1980) já observava que o terrorismo é definido pela natureza do ato, não pela identidade do perpetrador ou a natureza de sua causa, sendo crimes todos os atos terroristas. Para MLR Smith (2005), o juízo moral é um erro clássico, que prejudica a compreensão do fenômeno, pois comentaristas o utilizam de modo pejorativo para estigmatizar um ator de cujos objetivos ou ações eles discordam.

Generalizações relacionadas ao terrorismo são extremamente difíceis, pois os movimentos são usualmente pequenos, com validade limitada devido à dependência das condições política e social de sua ocorrência, do contexto histórico e cultural, do propósito e característica do terror e de seus alvos (LAQUEUR, 1987). Agrega-se o fato de o significado dessa palavra ter mudado com o tempo (HOFFMAN, 2006), fato provável de tornar a acontecer. Assim, o terrorismo apresenta dificuldades peculiares para sua explicação, classificação, resolução ou extinção.

Para Laqueur (1987), a ausência de uma definição consensual não impede o estudo do

* Ten Cel Cav (AMAN/96); operador de Forças Especiais (1º BFEsp/99); mestre em Ciências Militares (EsAO/04) e doutor em Ciências Militares (ECEMÉ/15).

terrorismo. O caráter mutante de seu significado também não, embora requeira alguns cuidados, como o estudo temporal próximo ao momento atual e o entendimento de sua aplicabilidade em período findável. Para este artigo, define-se o ano de 2030 como validade do conhecimento produzido, pois utilizou documentos relacionados às tendências de futuro para este período delimitado.

Eventos ocorridos nos Estados Unidos da América (EUA) no ano de 2001 renovaram a relevância do tema, com os Atentados do 11 de setembro se tornando um marco do terrorismo mundial. Tal fato histórico acarretou a percepção de mudança nas características desse fenômeno. Isso conduziu governos a declararem o terrorismo como um problema de segurança, sendo essa ideia aceita pela sociedade. Sua avaliação como baixa ameaça à segurança internacional padeceu, sendo constatada sua importante influência nas Relações Internacionais. Segundo Buzan e Wæver (2009), terrorismo foi lançado como candidato a ocupar o topo da lista das ameaças.

A velocidade e os avanços das atuais inovações tecnológicas representam um aumento exponencial no conhecimento em todos os campos da atividade humana. O fenômeno da globalização tem levado à eliminação de barreiras, acarretando a universalização da cultura, das tecnologias e também dos problemas, incluindo o terrorismo. Assim, as perspectivas futuras contêm oportunidades e ameaças surgidas em um universo complexo e incerto, sem o devido controle das instituições e do governo.

As características das guerras e dos conflitos atuais vêm sendo alteradas nas últimas décadas. Visacro (2009) assinala a substituição do confronto militar formal pelas guerras ir-

regulares, como terrorismo, guerrilha e insurreição. Liang e Xiangsui (1999) afirmam que diversas ações militares serão conduzidas por guerreiros não profissionais e organizações não estatais, havendo um tipo de guerra não militar com guerreiros não militares, componentes do terrorismo internacional.

O Estado Brasileiro tem consciência da evolução da arte da guerra e da relevância dessa temática, buscando estar capacitado para atuar nos novos ambientes operacionais. A Política Nacional de Defesa traça medidas políticas e estratégicas para atingir tal objetivo, incluindo em uma de suas orientações a importância da prevenção e repressão ao terrorismo por meio de estrutura ágil imprescindível (BRASIL, 2012).

Pode-se pensar que o Brasil está livre de ser vitimado por atentados terroristas. O risco desse raciocínio pode levar a consequências danosas. Por exemplo, quem imaginaria que a Argentina sofreria um grande atentado terrorista em 1994?³ Ou que a residência do embaixador japonês no Peru fosse tomada por terroristas, em 1997, em uma festa que previa a participação do presidente peruano?⁴ Ou que a potência hegemônica mundial, os EUA, sofreria os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 em seu próprio território, causando cerca de três mil mortes?

A importância crescente do terrorismo no mundo moderno decorre do aumento de suas ações e da gravidade de suas consequências. Assim, este artigo analisa a ameaça de tais atividades, identificando sua possibilidade de ocorrência no Brasil até o ano de 2030. Nesse sentido, o conhecimento produzido fornece subsídios para diminuir os riscos de possível atuação terrorista em território nacional, cooperando com sua prevenção e repressão.

Descrevendo o terrorismo

Para compreender qualquer fenômeno, é necessário defini-lo e descrevê-lo. Ao se tratar de guerra e terrorismo, deve-se levar em conta a variedade de formas verificada em qualquer período histórico e as mudanças ocorridas nessas conformações durante o passar dos anos. O estudo de definições não consensuais do termo terrorismo por meio de suas palavras constituintes fornece subsídios para seu melhor entendimento.

O Departamento de Defesa dos EUA define terrorismo como sendo

o calculado uso da violência ou da ameaça de sua utilização para inculcar medo, com a intenção de coagir ou intimidar governos ou sociedades, a fim de conseguir objetivos, geralmente políticos, religiosos ou ideológicos. (WHITTAKER, 2005, p.18)

No Brasil, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) elaborou uma definição genérica:

ato com motivação política ou religiosa, que emprega força ou violência física ou psicológica, para infundir terror, intimidando ou coagindo as instituições nacionais, a população ou um segmento da sociedade. (PANIAGO *et al*, 2007, p. 14)

Ainda sobre definições de terrorismo, Schmid e Jongman (1988)⁵ analisaram 109 delas, identificando a existência de 22 categorias de palavras e sua frequência. As doze primeiras estão contidas no **Quadro 1**.

Ordem	Elemento definidor	Frequência (%)
01	Violência, força	83,5
02	Política	65
03	Medo, terror enfatizado	51
04	Ameaça	47
05	Efeitos psicológicos e reações antecipadas	41,5
06	Diferenciação vítima-alvo	37,5
07	Ação sistemática, organizada	30,5
08	Método de combate, estratégia, tática	30,5
09	Quebra de regras, sem restrições humanitárias	30
10	Coerção, extorsão, indução de submissão	28
11	Propaganda	21,5
12	Arbitrariedade; caráter aleatório; indiscriminação	21

Quadro 1 – Frequência de elementos definidores em 109 definições de terrorismo

Fonte: Schmid e Jongman (1988)

A análise das definições de terrorismo e dos elementos definidores contidos no **Quadro 1** fornece algumas ideias-chave para a caracterização das ações terroristas. Elas serão expostas abaixo, com breve explicação de sua relação com o termo. Na comparação com uma definição de terrorismo, a identificação de tais componentes em um ato, feita por partes, facilita sua interpretação ou negação como terrorista. A ausência de um dos conceitos citados não implica a descaracterização de um fato como terrorista, sendo necessário avaliar o contexto do ocorrido.

- **Violência ou sua ameaça** – Os atos terroristas são normalmente agressivos e imprevisíveis, causando danos à integridade física e/ou psicológica da vítima. A ameaça pode ser caracterizada pela intenção de se realizar o ato violento ou sua incitação, havendo coação direta e sendo tipificada penalmente no Brasil⁶. A realização de um ato violento e sua divulgação com a finalidade de evitar que outros indivíduos adotem o mesmo comportamento da vítima possui efeito demonstrativo. A utilização de material radioativo, químico ou biológico contra a integridade física de um local ou ser vivo pode não ser interpretada como ato violento, o mesmo ocorrendo

com um ataque financeiro ou cibernético a um país de modo a desestabilizar um sistema, porém esses atos podem ser caracterizados como terrorismo. De qualquer modo, não se pode aceitar a realização de um ato violento ilegal sob qualquer interesse ou motivação.

• **Agente perpetrador** – Indivíduo, grupo ou instituição que planeja ou executa atos terroristas, normalmente sem restrições humanitárias ou com valores morais e éticos corrompidos ou distorcidos. Possui força psicológica intrínseca, que o conduz ao objetivo estratégico do grupo, denominada motivação. Apoiado ou não, é o responsável por quebrar as regras legais, vivendo em um ambiente de clandestinidade ou vida dupla. “Terroristas são fanáticos, e fanatismo frequentemente produz crueldade e sadismo” (LAQUEUR, 2001, p. 125). Para Haynal, Molnár e Puymège (1983), das duas classes de fanáticos, há uma que quer reinar e massacrar. É nessa categoria que os terroristas estão incluídos.

• **Alvo e público-alvo** – Entende-se como alvo o indivíduo, grupo, propriedade ou outro bem material atingido diretamente por uma ação terrorista imediata. Pode ser: selecionado ou indiscriminado, civil ou militar, combatente ou neutro, inocente ou inimigo dos terroristas. Alguns autores, como Schmid e Jongman (1988), definem tal descrição como vítima, enquanto que alvo é a audiência atingida pelo efeito psicológico do ato. Para esse autor, alvo e vítima são entendidos como sinônimos, ao passo que público-alvo delimita o conjunto influenciado ou coagido psicologicamente visando à alteração de comportamento.

• **Medo** – O ato violento possui duas consequências distintas: o dano causado à integridade do alvo e a atmosfera de medo. Em um

ato comum, muitas vezes criminoso, o dano é o objetivo principal, e o temor, o secundário; mas, em uma ação terrorista, tais resultados alteram a posição de importância. O ambiente de medo é a meta principal do atentado terrorista, irradiador do efeito psicológico intimidador que coagirá as pessoas e instituições ou influenciará suas atitudes, contribuindo para a aceitação das necessidades ou exigências do agente perpetrador. A possibilidade de qualquer indivíduo ser vítima ou alvo de um ataque transmite a sensação de insegurança e potencializa o efeito emocional do fenômeno. A intenção dos terroristas nesse sentido pode ser resumida na conhecida frase “Mate um, assuste dez mil”. Nessas ações, o efetivo de assustados e intimidados é mais importante que o número de mortos, causando um efeito de terror generalizado.

• **Estratégia e método de combate** – Em um ambiente de conflito, estratégia pode ser entendida como “a utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra” (CLAU-SEWITZ, 1984, p. 138). O propósito da guerra influencia o perpetrador a incrementar sua motivação e está determinado pelos objetivos a serem alcançados, dentro dos campos político, econômico, religioso e/ou social. “Operações terroristas sistemáticas envolvem planejamento cuidadoso” (LAQUEUR, 1987, p. 93). Os engajamentos costumam ser repetitivos, traduzidos por combates táticos metodizados, expressos por meio dos atos terroristas. Na relação entre esses conceitos, as metas de um grupo ou ação nem sempre estão claras, havendo necessidade de identificá-las de modo a dificultar as ações táticas realizadas pelos métodos de combate.

• **Propaganda** – Muitos atos terroristas são planejados para atrair a atenção do público-alvo para a situação dos perpetradores e suas

causas, com amplitude proporcional à magnitude da ação. Para Laqueur (1987), a propaganda é necessária para dar conhecimento do protesto, reforçando uma pressão política. No mesmo sentido segue Hoffman (2006), afirmado que os terroristas querem o máximo da publicidade gerada por suas ações, visando intimidar e subjugar terceiros a fim de atingir seus objetivos. Tal fato é concretizado pela cobertura e divulgação da mídia, anunciando e estendendo o poder dos terroristas. Além desse poder de projeção da causa, a propaganda influencia diretamente no recrutamento e no apoio à organização, principalmente financeiro. Os órgãos de imprensa veiculam atentados terroristas devido à atenção e importância que seus espectadores dão ao assunto. “O jornalista e o câmera de televisão são os melhores amigos dos terroristas” (LAQUEUR, 1987, p. 121). Na ausência da cobertura da mídia ou em seu complemento, os grupos atuais utilizam a internet como veículo publicitário. Sintetizando a ideia com Laqueur (1999), o terrorismo é a propaganda pelo ato, permitindo exposição máxima às operações terroristas, e propaganda é impossível sem o uso dos meios de comunicação.

- **Política** – O ambiente político é formado por um conjunto de leis, regras e normas, necessário para administrar uma atividade ou instituição, em sentido restrito, ou uma coletividade ou país, em aspecto mais amplo. A expressão política é um componente do poder nacional, responsável por conduzir a atuação e o destino dessa nação, tanto no aspecto doméstico quanto no cenário internacional. Um indivíduo ou grupo terrorista realiza suas ações com o objetivo de provocar a mudança no sistema de governança conforme seu interesse, podendo incluir leis e normas. Essa conquista



Figura 1 – Ideias-Chave do terrorismo

Fonte: o autor

está acima do lucro financeiro, corriqueiro nos crimes comum.

As idéias-chave explanadas fornecem condições para classificar um ato como terrorista. Por outro lado, ações podem ser caracterizadas de modo antagônico conforme a parte interessada, sendo um feito revolucionário heróico ou um ato bárbaro de terror (VISACRO, 2009). Uma interpretação enviesada ou distorcida, sem a neutralidade necessária, nada tem a somar no conhecimento relacionado ao assunto e em suas formas de prevenção.

Possibilidade de ações terroristas no Brasil

Para formar políticas de prevenção ao terrorismo, é necessário identificar as formas de manifestação do fenômeno. O cruzamento do estudo histórico relacionado ao assunto, da análise das características nacionais e da identificação das tendências do futuro permite reconhecer possibilidades de eclosão ou ressurgimento de ações terroristas em território brasileiro. Nessas condições, o processo analítico gerou possibilidades de

ocorrência de ações terroristas no Brasil com base em sua origem nacional ou internacional, que passam a ser explanadas abaixo.

Terrorismo de origem endógena *Presença de narcoterrorismo em território nacional (expansão ou surgimento)*

A exploração ilegal de narcóticos é atividade econômica que movimenta vultosas somas de dinheiro no Brasil, direta ou indiretamente. Para obter lucro e conservar a subsistência de um grupo, é necessário manter recursos, como mão de obra, segurança e mercado consumidor. Uma facção pode realizar atos terroristas para manter seus bens, levar medo e destruição a seu concorrente ou coagir órgãos governamentais, tudo a fim de manter o *status quo* ou promover mudanças conforme seus interesses.

No Peru, o grupo terrorista Sendero Luminoso (SL) focou suas atividades do início do terceiro milênio na produção e tráfico de drogas para obter recursos para conduzir seus ataques (UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE – USDOS, 2009).

Na Colômbia, o M-19 [Movimento 19 de Abril] era ligado ao narcotráfico e realizou imponentes ações terroristas, como a tomada do edifício do Ministério da Justiça em 1985 (SLOAN; ANDERSON, 2009). As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), relacionadas ao tráfico de drogas nas atividades de cultivo, distribuição e taxação, podem ser caracterizadas como organização terrorista por realizar sequestros, atentados a bomba e assassinatos (USDOS, 2009). A prisão de Fernandinho Beira-Mar em 2001⁷ escancarou a relação entre o tráfico de drogas brasileiro e as FARC.

Recrudescimento de movimentos sociais em suas reivindicações, passando a empregar a violência e a administração do pânico para atingir seus objetivos

Os movimentos sociais possuem demandas legítimas, tendo o direito de reivindicá-las, dentro dos limites da lei, aos órgãos responsáveis e a seus governantes. Indivíduos ou grupos podem empregar meios violentos e gerar pânico para atingir seus objetivos na hipótese de não serem atendidos os anseios populares, tais como:

- participação nos destinos do país, causado por *deficit* democrático;
- erradicação da miséria e dos bolsões de pobreza;
- redução de disparidades sociais, desigualdade e má distribuição de renda;
- manutenção ou ampliação de programas sociais; e
- reivindicações de grevistas.

Conforme Laqueur (1987, p. 303) observa, “remova as queixas, pobreza, injustiça, desigualdade e falta de participação política, e o terror cessará”. Eliminar tais problemas em escala absoluta é utopia, porém sua mitigação contribui para que ações reivindicatórias não estimulem o emprego da violência e muito menos do terrorismo.

Surgimento/ampliação e agravamento de xenofobia, racismo ou intolerância religiosa, social ou de gênero

A sociedade possui integrantes com problemas de compreensão e aceitação de diferenças em relação a nacionalidade, raça, religião, nível social ou gênero de terceiros. Tais pessoas podem passar a humilhar ou ser contrários a ações afirmativas destinadas a proteger indi-

víduos com uma ou mais dessas características não admitidas. Do outro lado, também é possível que pessoas ou grupamentos com essas particularidades busquem reação e vingança contra os considerados opressores. Qualquer dessas divisões pode passar a empregar meios violentos a fim de atingir metas políticas e defender seu interesse ou ponto de vista, causando temor no público-alvo, que pode ser a própria sociedade.

O grupo norte-americano Nações Arianas, ao pregar a supremacia branca, ataca alvos considerados racialmente inferiores. O próprio governo dos EUA, por meio de lista do FBI, considera-o como grupo terrorista⁸.

Aumento da criminalidade, incluindo o tráfico de drogas

A criminalidade é um grave problema de segurança pública no Brasil, relacionando-se diretamente com a violência e sem perspectiva de grandes reduções em médio prazo. Grupos delitivos podem realizar ações terroristas, metodizadas ou assistemáticas, a fim de administrar medo na sociedade e garantir condições mais propícias para coagir o governo a aceitar suas demandas políticas. De modo análogo à atividade criminosa do narcoterrorismo, tais atos podem ser realizados para atacar a concorrência ou garantir a não contraposição de pessoas ou organizações. Além de criminosos, os contraventores, como os envolvidos com o jogo do bicho ou máquinas caça-níqueis, também podem utilizar-se de atentados terroristas para atingir seus objetivos. Vale recordar a morte do filho de um contraventor e neto do famoso bicheiro Castor de Andrade em um atentado com explosivos em um veículo (FIGUEIREDO, 2010).

Marcus Reis (2013) caracteriza o PCC



Figura 2 – Matéria sobre campanha terrorista promovida pelo PCC em 2006

Fonte: Revista Veja

[Primeiro Comando da Capital] como um grupo do crime organizado que comete atos terroristas devido ao uso da violência contra alvos civis e estatais para atingir o fim político da melhoria do regime prisional de seus líderes. “Os laços entre grupos terroristas e organizações criminosas tornaram-se uma ameaça transnacional mais perigosa que nunca” (PINHEIRO, 2006, p.16), advertindo que o terrorismo criminal possa não ocorrer apenas por origem endógena.

Separatismo ou divisionismo de grupos étnicos com terras demarcadas

O Brasil possui grupos étnicos, como indígenas ou quilombolas, com terras legalmente demarcadas. A Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, da ONU (2008), garante amparo para que estes reivindiquem direitos como autodeterminação, condição política e manuten-

ção do território. Tais direitos, se equivocadamente interpretados, podem gerar motivações para a realização de atos terroristas visando à independência desses grupos do Estado, sob o pretexto de não pertencerem à Nação Brasileira. Isso também pode ser fomentado por meio de apoio externo de estados ou organizações não governamentais (ONG).

O Irgun, em Israel, e a Frente de Liberação Nacional (FLN), na Argélia, realizaram campanhas terroristas que conduziram a êxitos políticos no processo de independência (HOFFMAN, 2006).

Surgimento de indivíduo que planeja e executa ações terroristas solitariamente sob motivação ou influência de qualquer pensamento ou ideologia

O Brasil não está livre de sofrer ataque(s) terrorista(s) de um cidadão que julgue ter um motivo justificando a realização desses atos. Algumas pessoas manifestam contrariedade e revolta contra algum assunto e advertem quanto à intenção de realizar atos violentos a fim de vingar-se ou realizar a justiça sob seus termos. Felizmente, a quase totalidade desses anúncios não se realiza. Por outro lado, a identificação de ameaças desse tipo, tanto relativas à segurança pública quanto ao terrorismo, apresentam peculiaridades que dificultam sua prevenção. A confirmação da intenção e dos meios necessários para conduzir um ato violento está relacionada a tais obstáculos. A dificuldade em identificar a atuação de um *lobo solitário*⁹ antes de seu ataque torna suas ações uma grande ameaça.

Em diversas partes do mundo, a violência é manifestada em assassinatos por perpetrador solitário, sem necessariamente classificar o ato como terrorista. Como exemplo, em 2011, um atirador

entrou em uma escola em Realengo, no Rio de Janeiro, matou 12 estudantes e suicidou-se.

De 1978 a 1996, Theodore Kaczynski (o Unabomber) enviou cartas e pacotes bombas acompanhados por mensagens com seus motivos, causando ferimentos e mortes (LAQUEUR, 1999). Em 2001, Bruce Ivins remeteu cartas com esporos de antraz para cidadãos americanos, incluindo senadores e membros da imprensa (THE UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE, 2010; WILLMAN, 2011). Ambos provocaram pânico em sua nação.

Acirramento de conflitos políticos, com grupos/partidos passando a realizar ações terroristas para atingir seus objetivos

As disputas políticas em território nacional ocorrem em contexto legal e democrático. Não há indícios de que partidos políticos estejam se preparando para desencadear ações terroristas visando atingir suas metas, embora haja a ligação de algumas dessas organizações com grupos empregando métodos extremistas violentos. Também há o compartilhamento de filosofias e interesses entre os mesmos, conduzindo à não condenação de atitudes fora do escopo legal e aceitável. Por conta disso, e dos exemplos históricos mundiais, há a possibilidade de surgimento de atividades terroristas ligadas a partidos políticos decorrentes de ressentimentos, desordem ou identificação de ferramenta objetivando o poder.

Walter Laqueur (1999) afirma que o terrorismo pode aparecer na estrutura de uma campanha política. Para o autor, a “experiência passada mostra que o terrorismo frequentemente ocorre onde há alternativas políticas não violentas” (IBID, 2001, p. 7).

Disputas internas entre grupos e agremiações

O Brasil possui organizações e agremiações que demonstram a devoção por determinados símbolos ou suas representações. Exemplos podem ser encontrados em torcidas esportivas ou outras práticas envolvendo competições, como escolas de samba. Tais atividades possuem capacidade de causar impacto internacional, decorrente da admiração apresentada por estrangeiros em relação ao futebol ou ao carnaval nacionais.

O uso de armas letais e a barbárie já se expuseram em eventos esportivos, causando óbitos no Brasil, como, segundo Pimenta (2004), os dezoito mortos na década de 1990, ocorridos por aumento significativo da gravidade dos confrontos. A violência começa a ser utilizada como marca registrada de torcedores fanáticos, organizados para tumultuar e buscar confrontos baseados em estratégias militares (*Ibid*). O fanatismo e a violência são características encontradas em perpetradores de ações terroristas, demonstrando a aproximação de seus métodos e crenças com os apresentados por torcedores extremistas.

Terrorismo de origem exógena

Utilização de grupos terroristas (ou suas táticas) por Estados como meio de guerra substituta

O terrorismo “pode ter lugar em um contexto de guerra, em um contexto insurgência e em um contexto puro” (SCHMID; JONGMAN, 1988, p. 16). Assim, ele pode fazer parte da guerra, complementá-la ou ser a própria guerra. O terrorismo moderno patrocinado pelo estado ressurge na década de 1980, com a adoção do terrorismo como um instrumento

deliberado da política externa por alguns governos (HOFFMAN, 2006), com emprego nos níveis estratégico e tático. Há a possibilidade de um Estado buscar seus interesses políticos em território brasileiro, como revisão de acordos ou contratos, por meio de ações terroristas. Isso pode ser feito de modo direto, com o emprego de organizações, ou indiretamente, por meio de patrocínio a grupos nacionais ou internacionais. Por outro lado, deve-se ressaltar a crescente desaprovação mundial ao apoio de Estados a movimentos terroristas, fator contribuinte para a diminuição deste risco.

O presumível apoio do governo iraniano a grupos e ações terroristas levou o país a ser considerado patrocinador do terrorismo, tendo recebido a alcunha de integrante do Eixo do Mal¹⁰.

Reação ao aumento da atuação do Brasil no cenário mundial

A realização de grandes eventos (não só esportivos) e a ampliação na participação em fóruns mundiais expandem a importância política do país, atraindo a atenção externa e a possibilidade de reação a tal condição. O aumento da influência no território africano e o protagonismo na América do Sul podem angariar descontentamento de grupos ou Estados. A política externa brasileira pode sofrer alterações, como a mudança no apoio à criação da Palestina para o suporte a Israel. A modificação de postura apresenta possibilidade de ocasionar retaliações violentas de indivíduos ou instituições com fins políticos, resultando em ações terroristas.

O emprego do poder militar brasileiro em operações internacionais pode atrair a atenção de terroristas contrários a tal atuação, provocando reações em território nacional ou em

ambiente internacional. O país busca a reformulação do Conselho de Segurança da ONU a fim de ocupar assento permanente nesse órgão, que acarretará maiores responsabilidades em nível mundial. O comportamento nesse organismo também tem capacidade de atrair reações de grupos terroristas internacionais.

Aproveitamento de deficiências de segurança, proporcionando facilidades para a atuação de grupos estrangeiros em território nacional

O território nacional pode ser utilizado para a realização de ações terroristas por grupos estrangeiros, considerando o país como palco para atuação contra alvos desses atores. A ineficiência no controle do território é condição contribuinte para a seleção do local de atuação, pois facilita a entrada e a permanência de recursos humanos e materiais necessários a um atentado. Outro fator com capacidade de contribuir com a escolha do terreno é o carente controle de armas, explosivos e implementos que podem ser utilizados na fabricação de artefato químico, biológico, nuclear ou radiológico (QBNR), como fontes radioativas, fertilizantes e agrotóxicos.

O atentado nas Olimpíadas de Munique, em 1972, ocorreu em território alemão contra alvo israelense. Em 1975, em Viena, onze ministros árabes do petróleo ficaram reféns de um grupo germânico-palestino, que exigia comprometimento mais firme na aniquilação de Israel (STERLING, 1981).

Chegada de imigrantes terroristas

No apoio às operações, o território pode ser utilizado para fuga ou homizio de terroristas de modo temporário ou permanente,

transformando o país em base do terrorismo. A globalização promove o intercâmbio de pessoas, mantendo a atração de imigrantes como tendência até 2030 (NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL, 2012, p. 24), também fomentada com acordos de livre trânsito, como o do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A chegada de terroristas facilita o recrutamento de brasileiros visando à ampliação ou transnacionalização de um grupo, além de favorecer a transmissão de filosofias e conhecimentos relativos à organização, planejamento e execução de atentados. A realização de suas ações pode ocorrer tanto em terreno nacional quanto internacional.

Ibrahim Hussein Berro, que conduziu e detonou um carro-bomba na AMIA, residia na cidade brasileira de Foz do Iguaçu (STERN, 2013). A ação realizada na Argentina poderia ter ocorrido em território nacional.

Reação ao desenvolvimento econômico ou tecnológico

A venda de material bélico a países que irão utilizá-lo contra interesses de terceiros tem a capacidade de provocar descontentamento e fomentar vingança ou retaliação. A ampliação da capacidade tecnológica no Brasil, principalmente nos setores aeroespacial ou atômico (como no projeto submarino nuclear), pode resultar em reações de grupos contrários à utilização de determinado tipo de tecnologia, como a energia termonuclear. O bioterrorismo consegue diminuir a concorrência econômica no setor alimentício e energético, podendo ser empregado como arma econômica. Há a possibilidade de instituições ou Estados patrocinarem ou realizarem ações terroristas que impactem esse desenvolvimento para manter assimetrias

ou reserva de mercado, afetando diretamente o progresso do país.

Surgimento do ecoterrorismo

A preservação ambiental possui grande apelo emocional, com o Brasil sendo o país com maior biodiversidade do mundo. A utilização de meios ilegais com o pretexto de proteger o meio ambiente é expediente presente no mundo e em território brasileiro, como a invasão ao Instituto Royal¹¹. Existe a possibilidade de indivíduos ou grupos realizarem ações terroristas a fim de coagir cidadãos, instituições ou governos a conservar e proteger a diversidade biológica. A revolta com as mudanças climáticas também pode motivá-los, induzindo ao emprego da violência para obrigar políticos a alterar normas, decretos e leis visando à salvaguarda do meio ambiente. Tais formas de pressão podem ocorrer de modo endógeno ou exógeno, com ou sem o apoio de governos.

O grupo Animal Liberation Front (ALF) causou danos a instalações de pesquisa e empresas britânicas, além de realizar

atentados contra pessoas, como colocar uma bomba sob o carro de um pesquisador de câncer (LIDDICK, 2006).

Conclusão

O objetivo deste artigo foi levantar possibilidades de ações terroristas em território nacional. Para isso, foram apresentadas características definidoras do terrorismo e de seus atos, produzindo conhecimento capaz de delinear seus formatos. A análise conjunta do Brasil e das tendências mundiais permite a identificação de aspectos e situações com maiores condições de ocorrer no país em período definido de tempo. A integração desses aspectos gera a construção de possibilidades de ações terroristas no Brasil até 2030.

O Brasil não é, atualmente, alvo de ações terroristas, diferente de outros Estados, que convivem esporádica ou diariamente com essa ameaça. No entanto, conforme abordado, pode ser palco de realização de um ato com tal classificação. Ante o exposto, o esforço inicial de prevenção deve ser feito para impedir que a nação seja



Figuras 3 e 4 – Fotos do resultado de invasão ao Instituto Royal

Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2013/11/instituto-royal-relata-nova-invasao-em-sao-roque.html>

impactada por tal fenômeno. Identificar sua configuração e a possibilidade de ocorrência em território nacional embasa a formulação de políticas destinadas à redução de riscos, consubstanciando a aplicabilidade do conhecimento produzido.

Mesmo com o terrorismo sendo um problema de segurança endêmico no mundo, o temor em relação a esse fenômeno não é grande preocupação para os brasileiros e suas instituições¹. A baixa percepção de ameaça não pode conduzir ao tratamento do tema de modo ineficaz e imprudente. Por seu caráter transnacional, as organizações terroristas operam a partir de países diversos. Como as Forças Armadas brasileiras constitucionalmente destinam-se à defesa da Pátria e à ga-

rantia da lei e da ordem, devem estar prontas para defender o país de agentes perpetradores que optem pela realização de ações terroristas, sendo ameaças externas ou à lei e à ordem. Tal instrumento de neutralização, assim como demais instituições nacionais afetas ao tema, deve manter-se preparado, mesmo sem ameaças concretas e visíveis.

O terrorismo é um problema de Estado, cuja ocorrência está relacionada a todas as expressões do poder nacional. A gravidade das consequências de um ato terrorista impõe que sua prevenção e contenção não sejam decididas pela casualidade. A definição de programas e estratégias voltados a sua prevenção e combate forma a base real do sucesso do enfrentamento ao terrorismo. ☀

Referências

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 dez. 1940. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 22 jan. 2013.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 373, de 2013. Brasília, 2012. Arquivo digital.

BUSH, George W. **President Delivers State of the Union Address**. Washington: The White House, 29 Jan. 2002. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Macrosecuritisation and security constellations**: reconsidering scale in securitisation theory. British International Studies Association, 2009.

CARVALHO, Lejeune M. G. X. A questão do terrorismo e suas raízes históricas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 51, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/051/51carvalho.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2012.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução de Luiz Carlos do Valle. Versão inglesa de Michael Howard e Peter Paret do original. 1984. Arquivo digital. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

DIARIO EL SOL. **Chavín de Huántar**: Modelo de estratégia frente al tercer milenio. Lima (Peru): La Gaceta, 1999. 139 p.

¹ NR: O artigo foi escrito antes do atentado de 14 Jul 16, em Nice, França (ver nota de fim número 1).

FIGUEIREDO, Talita. Atentado com granada mata um no Rio. **O Estado de São Paulo**. 08 de abril de 2010. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,atentado-com-granada-mata-um-no-rio,535677>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

FRANCE PRESSE (Bogotá). Captura de Fernandinho é duro golpe à aliança narcotráfico-FARC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u27481.shtml>>. Acesso em: 27 maio 2013.

HAYNAL, André; MOLNÁR, Miklós; PUYMÈGE, Gérard de. **Fanaticism**: a historical and psychoanalytical study. New York: Schocken Books, 1983.

HOFFMAN, Bruce. **Inside terrorism**: revised and expanded edition. New York: Columbia University Press, 2006.

JENKINS, Brian. **The study of terrorism**: definitional problems. Santa Monica: Rand Corporation, 1980.

JORNAL NACIONAL. Invasão ao Instituto Royal. Direção de Ali Kamel. Produção: Adriana Caban *et al.* Edição de 18 de outubro de 2013. Brasil: Rede **Globo**, 2013. Arquivo digital.

LAQUEUR, Walter. **A History of Terrorism**. 3rd ed. New Jersey: Transaction Pub, 2001. Impresso em 2002.

_____. **The age of terrorism**. 1st ed. Boston: Little Brown, 1987.

_____. **The new terrorism**: fanaticism and the arms of mass destruction. 1st ed. New York: Oxford University Press, 1999.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **A guerra além dos limites**: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização. Beijing: Pla Literature and Arts Publishing House, 1999. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/GUERRAALEMPLIMITES.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

LIDDICK, Don. **Eco-terrorism**: radical environmental and animal liberation movements. Westport: Praeger, 2006.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. **Global Trends 2030**: Alternative Worlds. United States of America, 2012. Arquivo digital.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Centro de Informação das Nações Unidas: Rio de Janeiro, 2008.

PANIAGO, Paulo de Tarso *et al.* Uma cartilha para melhor entender o terrorismo internacional: conceitos e definições. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 13-22. Brasília: Abin, 2007.

PIMENTA, Carlos Alberto M. Torcidas organizadas: Brutalidade uniformizada no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. (Org.). **Faces do fanatismo**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 262 - 282.

PINHEIRO, Álvaro de S. **Narcoterrorism in Latin America**: a Brazilian Perspective. Joint Special Operations University (JSOU): Hurlburt Field, 2006.

REIS, Marcus. **O PCC atua como uma organização terrorista**. 17 out. 2013. Disponível em: <<http://marcusreis.com/2013/10/17/o-pcc-atua-como-uma-organizacao-terrorista/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

SCHMID, Alex P.; JONGMAN, Albert J. **Political Terrorism**: a new guide to actors, authors, concepts, data bases, theories, and literature. 3rd ed. New Jersey: Transactions Books, 1988. Impresso em 2008.

SLOAN, Stephen; ANDERSON, Sean. **Historical Dictionary of Terrorism**. Maryland: Scarecrow Press, 2009.

SMITH, M.L.R. Strategy in an age of 'low-intensity' warfare: why Clausewitz is still more relevant than his critics. In: DUYVESTYN, Isabelle; ANGSTROM, Jan (Ed.). **Rethinking the Nature of War**. New York: Frank Cass, 2005. p. 28-64.

STERLING, Claire. **A rede do terror**. Rio de Janeiro: Nôrdica, 1981.

STERN, Gilard. Jewish Community Center (Buenos Aires) bombing. In: Peter Chalk (Ed.). **Encyclopedia of Terrorism**, v. 1. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2013. p. 375-378.

THE UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE. **Amerithrax Investigative Summary**. 2010. Disponível em: <<http://www.justice.gov/amerithrax/docs/amx-investigative-summary.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2012. Arquivo digital.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE (USDOS). Office of the Coordinator for Counterterrorism. **Country Reports on Terrorism 2008**. Washington: Government Printing Office, 2009.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

WHITTAKER, David J. **Terrorismo**: um retrato. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

WILLMAN, David. **The Mirage Man**: Bruce Ivins, the Anthrax Attacks, and America's Rush to War. New York: Random House Publishing Group, 2011.

NR: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ O presente artigo foi extraído e adaptado de tese apresentada pelo autor à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no ano de 2015, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Ciências Militares.

² Lei não sancionada até o envio do presente artigo para submissão.

³ Atentado terrorista na Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), em 18 de julho de 1994, em que 83 pessoas morreram, e mais de 300 ficaram feridas.

⁴ Integrantes do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) invadem a residência do embaixador japonês no Peru, em 17 de dezembro de 1996, fazendo inicialmente cerca de 700 reféns. A crise durou 126 dias. (DIARIO EL SOL, 1999)

⁵ Walter Laqueur (1987) considera a pesquisa de Schmid e Jongman, originalmente publicada em 1984, como um excelente guia para os conceitos e teorias do terrorismo político.

⁶ A ameaça é qualificada no Artigo 147 do Código Penal como crime contra a liberdade pessoal, descrita como "Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave." (BRASIL, 1940).

⁷ O narcotraficante mais procurado da América Latina, que estava sob proteção das FARC, trocava cocaína por armas (FRANCE PRESSE, 2001).

⁸ Afirmação disponível em <<http://www.fbi.gov/news/testimony/the-terrorist-threat-confronting-the-united-states>>. Acesso em 07 fev 13.

⁹ indivíduo que executa atos de terrorismo sem outras pessoas, isolado de organizações/associados.

¹⁰ Eixo do mal: para Bush (2002, tradução nossa), o Irã exportava o terror, a Coreia do Norte possuía armas de destruição em massa e o Iraque continuava a apoiar o terror; e Estados como esses, e seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal.

¹¹ Em 2013, ativistas de proteção aos animais invadiram o Instituto Royal, depredando o local e levando cães e documentos de pesquisa, mesmo com a presença da polícia (GLOBO, 2013).

O papel da Diplomacia Militar do Exército Brasileiro na prevenção ao terrorismo transnacional

Hiallyson Eller Gonçalves Cruz Landim¹

Diplomacia é o instrumento de poder que desenvolve uma vontade política e fortalece a cooperação internacional.

EMBAIXADOR JOSEPH COFER BLACK, COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA PARA CONTRATERORISMO

Introdução

O termo Diplomacia Militar ainda é pouco usual e causa um certo desconforto em boa parte da comunidade que lida com a Ciência Política e com as Relações Internacionais de uma maneira geral. A dificuldade em aceitar essa terminologia justifica-se pelo fato de que o uso da expressão do poder militar de uma nação tem sido, ao longo dos anos, estudado e entendido como o instrumento dissuasório e/ou coercitivo da Política Externa de um Estado na condução de guerras, e não como parte integrante de sua diplomacia (LANDIM, Hiarlley, 2015, p. 25).

As profundas transformações ocorridas no mundo tornaram a arquitetura global mais complexa e incerta. Observa-se, com isso, que a dinâmica do poder e da influência se molda com maior fluidez e de forma híbrida, ou seja, os Estados devem estar cada

vez mais preparados para estabelecerem relações e cooperações interestatais imersos no clássico sistema westfaliano de poder e, ao mesmo tempo, preparados para se relacionarem com atores não estatais, explorando diversas capacidades de suas diplomacias de forma simultânea.

Além disso, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA) provocaram mudanças significativas na ordem mundial e conduziram a maior potência bélica e seus aliados a declarar uma “Guerra Global contra o Terror.” Passados quase 15 anos desse fatídico episódio, observou-se que as ações unilaterais contra o terrorismo se mostraram ineficazes e incapazes de produzir respostas definitivas, seja no campo militar ou no campo político, para neutralizar as organizações terroristas que continuam aterrorizando e intimidando as massas com seus atos indiscriminados e arbitrários.

¹ Maj Inf (AMAN/99), especializado em Ações de Comandos (CIOpEsp /04) e em Forças Especiais (CIOpEsp/05), mestre em Operações Militares (EsAO/08); participou de diversas operações de prevenção e combate ao terrorismo transnacional. Atualmente, é aluno do segundo ano da ECHEME.

Baseado nessa assertiva, diversos Estados, entre eles o Brasil, têm procurado adequar seus diversos instrumentos para combater o terrorismo transnacional em melhores condições. Para tal, eles desenvolvem capacidades por meio do preparo e adequação de suas instituições internas e buscam, no âmbito externo, a integração e a cooperação internacional por meio de suas diplomacias.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a Diplomacia Militar exerce um papel significante por promover relações cooperativas sustentáveis que facilitam a prevenção de conflitos e de ameaças terroristas.

Dentro dessa perspectiva, pode-se elencar como principal objetivo da Diplomacia Militar, que no Brasil não é diferente, a concretização dos objetivos políticos de segurança e defesa externa, introduzindo transparência nas relações de defesa e reforçando percepções de interesse comum; mudando a mentalidade fixa de parceiros; e incluindo cooperação em outras áreas, que sustentarão o ambiente pacífico e seguro no concerto das nações (MUTHANNA, 2011, p. 3).

Este artigo tem como objetivo apresentar a Diplomacia Militar do Exército Brasileiro; conceituar o Terrorismo Contemporâneo, identificando as vulnerabilidades e as ameaças para o Brasil e descrever o papel que essa diplomacia exerce na difícil missão de prevenir ações terroristas dentro do território nacional.

A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro

As mudanças ocorridas no mundo após o fim da Guerra Fria, juntamente com

os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001, fizeram recrudescer diversas ameaças que, de uma forma direta ou indireta, afetam a soberania dos Estados. Ameaças como o terrorismo transnacional, o tráfico internacional de armas e drogas, a imigração ilegal, o contrabando, os crimes ambientais e crimes transfronteiriços, muitas das vezes interligadas entre si, fazem com que os Estados utilizem todo o seu aparato disponível, inclusive o poder brandoⁱ e racional do vetor militar, para combatê-las (LANDIM, Hiarley, 2015, p.6).

O uso desse poder brando — pela atração e influência, de maneira cooperativa e conjunta — por um Estado sobre outro pode ser realizado pela Diplomacia Militar, que é essencialmente um conjunto de atividades e iniciativas que são realizadas pelas Forças Armadas em consonância com as ações da diplomacia regular, principalmente com referência aos exércitos estrangeiros em tempo de paz (SACHAR, 2003; SINGH, 2011).

Sendo assim, Phil Jones (2010) afirma que os militares passaram a ter maior relevância na política externa, mesmo estando em tempo de paz, quando apenas os diplomatas teoricamente teriam a missão de conduzi-la, pois podem atuar por meio de atração e influência, de maneira cooperativa e conjunta nas relações interestatais, utilizando-se, para tal, da Diplomacia Militar.

A Diplomacia Militar, dessa forma, afirma-se como mais uma ferramenta à disposição do poder político para interagir com outros Estados, utilizando-se para isso dos seus militaresⁱⁱ. Apesar de não ser ainda tão disseminado no Brasil, esse conceito é lar-

gamente utilizado em outros países como os EUA, a Inglaterra, a Índia, a China e a Austrália; o qual abrange uma gama de diferentes significados e formas de emprego (LANDIM, Hiarlley, 2015, p.31). Contudo, no Brasil, após a consolidação do Ministério da Defesa e a reformulação da Política Nacional de Defesa (PND), a Diplomacia Militar cresceu de importância, tornando-se peça fundamental para a “conquista e a manutenção” dos Objetivos Nacionais de Defesa estabelecidos na PNDⁱⁱⁱ (BRASIL, 2012).

Hiarlley Gonçalves C. Landim (2015, p.6) afirma que

a participação do Exército Brasileiro (EB) junto à política externa do país está plenamente alinhada com os princípios capitulados no Art. 4º da Constituição Federal,

os quais norteiam a atuação diplomática brasileira. Para tal, o Estado-Maior do Exército (EME), por meio da sua 5ª Subchefia, é órgão de direção-geral responsável por formular e propor as políticas e diretrizes estratégicas para as atividades do Exército na área internacional bem como por coordenar a execução dessas atividades.

Sendo assim, foi formulada, no âmbito da Força Terrestre, a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI),^{iv} cuja finalidade é a de

estabelecer as orientações básicas, de caráter geral, para subsidiar o planejamento e as ações afetas ao Exército Brasileiro na área internacional, definindo os critérios que permitem a priorização desse esforço para alcançar os objetivos estratégicos[...],

atuando com base nos princípios de unidade de ação com a Política Externa Brasileira (PEB), do respeito aos acordos e compromissos internacionais e da integração dos esforços (BRASIL, 2013, p.6 e 11).

Além disso, a DAEBAI estabelece, entre os vários objetivos da Diplomacia Militar do Exército Brasileiro, o propósito de

manter um diálogo regular sobre questões bilaterais e multilaterais de interesse mútuo, no âmbito da Defesa, fomentando a cooperação, a integração e a confiança recíproca com os exércitos dos outros países. (BRASIL, 2013, p. 20)

Para isso, segundo a mesma diretriz, os militares do Exército Brasileiro desempenharão atividades na esfera internacional, tanto no exterior quanto em território nacional, envolvendo o relacionamento do Exército com órgãos civis e militares estrangeiros de interesse estratégico.

Assim, estabelece como atividades as seguintes:

- missões permanentes no exterior junto a representações diplomáticas, organizações militares de ensino ou instrução, organismos internacionais, comissões e outras;
- missões permanentes de militares estrangeiros no Brasil na área militar;
- conferências e reuniões, bilaterais ou multilaterais, com a participação de representantes do Exército no Brasil ou no exterior;
- cursos, estágios e visitas, tanto de militares brasileiros no exterior quanto de autoridades e militares estrangeiros no Brasil, a fim de tratar de as-

- suntos de interesse do EB;
- cooperação e intercâmbios militares de diversas naturezas;
 - exercícios em conjunto com tropas estrangeiras no Brasil e no exterior;
 - participações em missões de paz;
 - participações em missões humanitárias no Brasil e no exterior;
 - gestões para compra e venda de produtos de defesa (PRODE), seus componentes e matérias primas;
 - assinatura de entendimentos, convênios, termos aditivos, arranjos técnicos, cartas de intenção e documentos afins; e
 - outras missões eventuais.

Hiarlley G. C. Landim (2015, p. 112), para melhor análise, dividiu essas atividades internacionais, conduzidas pela Diplomacia Militar do Exército Brasileiro, na perspectiva de seis categorias: adidos militares; exercícios conjuntos, assistência técnico-profissional; intercâmbios, cooperação na indústria de defesa; e operações de não guerra.

Dentre essas categorias, levando-se em consideração o papel de prevenir ações do terrorismo, destacam-se os adidos militares, os exercícios conjuntos, a assistência técnico-operacional e os intercâmbios.

As decisões sobre as atividades na área internacional a serem desenvolvidas e as áreas estratégicas prioritárias devem ser tomadas com base no real interesse do Estado Brasileiro, observando a conjuntura nacional e internacional. Sendo assim, o Estado-Maior do Exército, em seu estudo para a decisão quanto à consecução dessas atividades, direcionou o esforço da Diplomacia Militar

do Exército Brasileiro com as seguintes prioridades: América do Sul; África-Austral, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e entorno estratégico; EUA, Canadá e Europa; México e América Central; Ásia-Oriente Próximo e Médio; e Ásia-Pacífico (BRASIL, 2013, p. 27 e 28).

Assim, verifica-se que a Diplomacia Militar do Exército Brasileiro possui uma enorme capacidade que favorece a Preclusão Estratégica, ou seja, realiza tarefas que estão diretamente ligadas com a prevenção de ameaças e/ou com a neutralização de agressões, como, por exemplo, as do terrorismo transnacional, que provavelmente tornará imperativo o uso da força militar pelo Brasil (BRASIL, 2013, p. 24).

O terrorismo contemporâneo e os desafios para o Brasil. Vulnerabilidades e ameaças

O terrorismo está presente na história da humanidade há séculos, no entanto, nos últimos tempos tem adquirido uma importância cada vez maior, “fruto da ampliação dos contrastes culturais e religiosos, bem como do agravamento das tensões políticas”, devido ao acentuado processo de globalização (AZEVEDO, 2008, p.6).

A dificuldade em definir e entender o fenômeno do terrorismo é consequência do próprio emprego político do termo e da dificuldade de classificação dos grupos como terroristas por parte de governos nacionais e organismos internacionais, o que acarreta uma falta de consenso internacional a respeito da definição de terrorismo e da classificação das organizações que o praticam.

Para elucidar essa assertiva, pode-se exemplificar com alguns dos mais importantes conceitos governamentais na atualidade:

- Departamento de Estado dos Estados Unidos da América: “**Violência premeditada** e politicamente motivada perpetrada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, normalmente com a intenção de **influenciar** uma audiência”.
- Departamento de Defesa dos Estados Unidos: “O calculado uso da **violência ou da ameaça de sua utilização para inculcar medo**, com a intenção de **coagir ou intimidar** governos ou sociedades, a fim de conseguir objetivos geralmente políticos, religiosos ou ideológicos”.
- Governo do Reino Unido: “O uso da **força ou sua ameaça** com o objetivo de fazer avançar uma causa ou ação política, religiosa ou ideológica que envolve **violência** séria contra qualquer pessoa ou propriedade, coloque em risco a vida de qualquer pessoa ou crie um risco sério para a saúde e segurança do povo ou de uma parcela do povo”.

No Brasil, a definição de terrorismo encontra-se presente na Lei nº 13.620 recentemente aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidente Dilma Rousseff. O dispositivo altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e finalmente regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, e reformulando o conceito de organi-

zação terrorista. O artigo 2º da Lei nº 13.620 define o terrorismo como:

a prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos [...], por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolúmidade pública. (BRASIL, 2016)

Como muito bem destaca Jussara Bortolucci Franco (2012) e observando os conceitos acima, é inegável não admitir que os atentados terroristas estão revestidos de uma soberba intimidação psicológica por meio do uso violento da força, de forma premeditada e utilizando-se de ações indiscriminadas de terror, o que faz dessa uma das ameaças mais complexas da atualidade.

Uma outra perspectiva conceitual de terrorismo foi apresentada por Alessandro Visacro (2009, p. 281), ao afirmar que “o terrorismo é considerado um ato de guerra irregular, abrangendo uma diversidade de métodos, com objetivos, amplitude e características variáveis”, ou seja, para alcançar seus objetivos, as organizações terroristas possuem um espectro de atuação que transcende os limites do campo militar.

No cenário contemporâneo, as ações, antes isoladas e que afetariam apenas uma pequena e determinada região, hoje podem acabar gerando efeitos amplos e duradouros em várias partes do mundo, pois, com a globalização, que proporciona uma interdependência complexa entre os países, os impactos de uma ação terrorista transcendem as fronteiras e atingem todo o sistema internacional (CONSORTE, 2007, p.2).

A atuação do terrorismo contemporâneo se ampara em organizações, apoiadas ou não por governos simpatizantes, totalmente independentes, as quais não restrinjam a localização de suas bases, nem os locais para a execução de suas ações, obtendo um alcance estratégico transnacional.

Medidas unilaterais, portanto, não possuem eficácia contra os terroristas, um inimigo desconhecido, descentralizado e globalizado. Reforçar as barreiras fronteiriças, aumentar o poderio militar, tomar medidas isoladas de segurança nacional são apenas uma parte de um todo em que se constitui o combate ao terrorismo (CONSORTE, 2007, p.6).

As ações terroristas levam os Estados, inclusive o Brasil, a adotar medidas que objetivam a construção de relações cooperativas sustentáveis, desenvolvendo a confiança mútua e a transparência nas relações de defesa com parcerias estratégicas, o que avulta de importância o papel da Diplomacia Militar.

Pode-se dizer que o terrorismo tem o seguinte propósito: deixar em pânico, com medo e insegurança uma população, diante da possibilidade de se tornar uma vítima de uma ação terrorista a qualquer momento, em qualquer lugar e de forma completamente imprevisível. Determinadas ameaças terroristas, portanto, mesmo sem se concretizarem, podem desestabilizar uma sociedade e, devido ao pânico gerado, paralisar suas atividades motrizes e sobrecarregar sistemas de saúde e de segurança pública, causando prejuízos financeiros e principalmente danos psicológicos na população (CONSORTE, 2007, p.7). Os atentados ocorridos na Fran-

ça² (novembro de 2015) e na Bélgica (março de 2016), perpetrados pelo Estado Islâmico, são exemplos recentes desse propósito.

As características do terrorismo internacional ensejam um novo conceito, que explora a correlação entre guerra e terrorismo, prescrevendo a prontidão de todos os meios disponíveis do Estado, a prevalência da informação cooperativa e a presença do campo de batalha em todos os lugares. (SIMIONI 2008, p.19).

Alexandre Arthur C. Simioni (2008) observa que as principais características do terrorismo contemporâneo são: o emprego da violência em larga escala e indiscriminada, que é amplificada pelas facilidades da globalização e pelo uso dos meios de comunicação em larga escala, disseminando o pânico em todo o planeta; a organização estruturada em células descentralizadas, pequenas e isoladas, aptas para atuar sem nenhum apoio da população e sem necessitar de base territorial; e a motivação religiosa.

O Brasil é um país guiado por um sentimento de paz. Não abriga nenhuma ambição territorial, não possui litígios em suas fronteiras e, tampouco, inimigos declarados. Toda ação por ele empreendida nas esferas diplomática e militar busca, sistematicamente, a manutenção da paz. Porém, tem interesses a defender, responsabilidades a assumir e um papel a desempenhar no tocante à Segurança e Defesa, em níveis hemisférico e mundial, devido à sua estatura político-estratégica (MOREIRA; MARQUES, 2009, p.12).

No entanto, o Brasil, como qualquer outro país, não está livre de sofrer atentados

² NR: Este artigo foi escrito antes do atentado de 14 Jul 16, na cidade de Nice, França.

terroristas que possam vir a comprometer a sua imagem perante a comunidade internacional. Rogério Cunha Rabêlo (2012) lista algumas vulnerabilidades brasileiras, que podem ser facilitadoras para a ocorrência de ações de grupos terroristas dentro do território nacional. São elas:

- a grande extensão do território nacional, com várias áreas favoráveis ao homílio, onde também se percebe a quase ausência do Estado;
- a porosidade das fronteiras brasileiras e a facilidade de transpõe-las, tanto para pessoal quanto para material de grande porte, incluindo armamentos;
- a grande miscigenação do povo brasileiro, que incluiu diferentes levas de imigrantes (incluindo islâmicos), fazendo surgir uma população com grande diversidade em seus traços físicos e elevada adaptabilidade cultural, o que facilita a presença de qualquer estrangeiro no Brasil sem chamar a atenção;
- a presença do crime organizado e do narcotráfico, que já possuem forças de sustentação às suas ações, com plenas condições de se ligarem ao terrorismo, com vantagens para ambos;
- os bolsões de pobreza, às vezes concentrados no interior de grandes cidades, como no Rio de Janeiro e São Paulo, que constituem focos de aliciamento de militantes para redes terroristas;
- a tradição pacífica do povo brasileiro, que não acredita na execução ou preparação de atos terroristas em

território nacional;

- a atual política do governo do Brasil, que não trata o assunto como ameaça à Segurança Nacional;
- a grande tolerância religiosa do povo brasileiro, que favorece a instalação e o desenvolvimento do Islamismo no Brasil; obviamente a religião islâmica por si só não representa nenhuma ameaça, mas facilita o homílio de facções extremistas nessas comunidades.

Ademais, soma-se a essa lista o fato de o Brasil ter ganhado visibilidade internacional por sediar eventos de grande projeção internacional como foi o caso da Jornada Mundial da Juventude, em 2013, da Copa do Mundo em 2014, e dos Jogos Olímpicos, que acontecerão em 2016, tornando-o palco e um grande atrativo para esse tipo de ação (LANDIM, Hallyson, 2015, p.26).

Fábricio Moreira de Bastos (2013) assegura que as ameaças mais latentes do terrorismo contemporâneo e de suas organizações contra o Brasil ou contra seus interesses no exterior estão nas seguintes situações:

- o Brasil, suas instituições ou população, como alvo principal, caso o país se posicione firmemente contra os interesses de organizações terroristas;
- o Brasil como palco contra os alvos tradicionais do terrorismo contemporâneo (representações diplomáticas, estabelecimentos religiosos, autoridades estrangeiras em visita, grandes eventos desportivos ou reuniões de chefes de estado);
- o Brasil como trânsito, local de homílio, recrutamento ou apoio pecuniário; e

- brasileiros como vítimas principais de atos terroristas no exterior.

Observando as características do terrorismo contemporâneo, as vulnerabilidades brasileiras e as ameaças terroristas em relação ao Brasil, pode-se dizer que a Diplomacia Militar do Exército Brasileiro, ao promover a confiança mútua e a aproximação entre os Estados por meio de ferramentas de cooperação militar, desenvolve uma integração internacional que objetiva prevenir e dissuadir ações do terrorismo transnacional dentro país.

A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro e o terrorismo transnacional

O terrorismo não se restringe a um problema doméstico, específico de um determinado Estado, como vem sendo comprovado pelos recentes episódios ocorridos na Europa nos últimos anos. Qualquer Estado está sujeito às suas ações, ratificando a sua abrangência mundial. A cooperação internacional, fundamental no combate ao terrorismo, não visa, assim, à segurança de um único país, mas de toda a comunidade internacional (CONSORTE, 2007, p.8).

Em palestra proferida no seminário “Diplomacia e Defesa”, ocorrido em Brasília no ano de 2015, o general Joarez Alves Pereira, 5º Sub-chefe do Estado-Maior do Exército (EME), afirmou que “a diplomacia e a capacidade de uso das Forças sempre andaram juntas nos países que exercem influência global”. Para o general, o principal objetivo da Diplomacia Militar do Exército, nesse escopo, é ampliar a projeção da Força no cenário internacional, e, com isso, dissuadir ameaças que possam atentar contra a soberania

nacional e o bem-estar social do povo brasileiro (GONZAGA; SOARES; ROCHA, 2015).

É com essa perspectiva que a Diplomacia Militar do Exército Brasileiro, de forma construtiva e empregando o poder brando, exerce um importante papel na difícil tarefa de prevenir ações do terrorismo no território nacional.

Dentre as diversas atividades realizadas pela Diplomacia Militar do Exército Brasileiro, ligadas direta ou indiretamente com esse propósito de prevenção, destacam-se: a cooperação na área do ensino e na assistência técnico-operacional; os intercâmbios de toda ordem (reuniões, visitas, conferências, adestramento e simpósios); as missões permanentes (adidos militares e missões de cooperação militar) e os exercícios conjuntos (LANDIM; Hiarlley, 2015, p. 157).

As atividades desenvolvidas na área do ensino, que visam ampliar o intercâmbio de conhecimento com o meio acadêmico internacional em áreas de interesse do Exército, constituem-se em importante vetor na aquisição do conhecimento, que permite o aperfeiçoamento das capacidades necessárias para prevenir e/ou combater o terrorismo. Pode-se citar, como exemplo dessa atividade, a designação de militares para frequentar o Curso de Contraterrorismo e Coordenação Interagências na Universidade de Defesa Nacional, em Washington, Estados Unidos da América (BRASIL, 2004), e o Curso de Mestrado em Operações Especiais, também nos Estados Unidos da América (BRASIL, 2012). Ambos com o objetivo claro de capacitação de pessoal para o aprimoramento da doutrina de prevenção e combate ao terrorismo.

[...] as tendências conjunturais, por exemplo, podem apontar para a necessidade de se buscar conhecimento [...] nas regiões do mundo que apresentam um elevado grau

de desenvolvimento nesse ramo da atividade humana [Doutrina Militar]. O conjunto dessas regiões pode ser visualizado como um “arco do conhecimento. (AMÉRICA DO NORTE- EUROPA- ÁSIA)”. (BRASIL, 2013, p.15)

Os intercâmbios e treinamentos combinados entre Destacamentos Operacionais de Forças Especiais (DOFEsp) do Exército Brasileiro e do Exército dos EUA, realizados em Goiânia-GO, no ano de 2011, e na cidade de Eglin (EUA), em 2015, tiveram o objetivo de compartilhar experiências e ensinamentos colhidos pelas tropas de forças especiais do Exército norte-americano, que se encontram há mais de 10 anos imersas na “Guerra contra o terror”, auxiliando a preparação dos DOFEsp brasileiros designados como tropas contraterroristas durante a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, além de fortalecer as relações de confiança mútua com um país potência que combate arduamente o terrorismo internacional.

A implantação do SISFRON, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, segundo Hiarlley G. Cruz Landim (2015, p. 7), potencializará

a presença do Estado [...] em toda a faixa de fronteira, seja pela presença física dos militares [...], seja pelos radares e sensores distribuídos ao longo da mesma.

Segundo o mesmo autor, o sistema facilitará as operações militares combinadas nessas áreas lindéreas, que proporcionarão o aprofundamento da Diplomacia Militar do Brasil na região, promovendo a confiança mútua e a aproximação entre os Estados sul-americanos por meio da cooperação militar.

O SISFRON é um sistema de vigilância e monitoramento, que dotará a Força Terrestre de meios de comando e controle, de comunicações, de computação, de inteligência, de vigilância e de reconhecimento para uma efetiva presença do poder militar em toda a faixa de fronteira, atuando de forma decisiva para mitigar uma das principais vulnerabilidades do Brasil frente ao terrorismo transnacional, que é a porosidade das suas fronteiras, que facilita a entrada clandestina de pessoal e de material, armamentos e explosivos, para a instalação de células terroristas no país.

A construção de confiança mútua também ocorre durante a realização das Operações Ágatas, que ocorrem na faixa de fronteira do Brasil, pois, por meio da Diplomacia Militar, a Força Terrestre realiza a troca de informações com os países vizinhos sobre as ações que serão desenvolvidas e estimula a participar em ações combinadas, demonstrando que o objetivo do Plano Estratégico de Fronteiras brasileiro é aumentar a cooperação entre as nações, no combate e na prevenção de ameaças transnacionais (LANDIM, Hiarlley, 2015, p.7-8).

Outro exemplo dessa cooperação foi a recente ação combinada entre os Exércitos do Brasil e da Colômbia por ocasião das operações São Joaquim (Brasil) e Anostomus II (Colômbia), realizadas entre 20 de novembro e 10 de dezembro de 2015, as quais envolveram, simultaneamente, unidades do CMA, na região de São Gabriel da Cachoeira e de Tabatinga, e da 8^a Divisão de Exército colombiano, na região dos departamentos de Guainía e Vichada. Esse esforço conjunto estabeleceu um novo capítulo para a história da Diplomacia Militar desses países na luta contra o narcotráfico, a mineração ilegal, o contrabando de armas e munições, os descaminhos, os crimes ambientais, a presença ilegal de

estrangeiros e demais crimes fronteiriços, além de proporcionar mais segurança ao longo da fronteira comum (COMUNELLO, 2016).

Vivenciei um dos momentos mais memoráveis da minha profissão, pois tive o privilégio de comprovar o potencial da efetiva realização de uma operação combinada entre Brasil e Colômbia contra crimes ambientais e ilícitos transfronteiriços. (Gen Ex Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, Comandante Militar da Amazônia)

Cabe destacar que o terrorismo transnacional está normalmente associado a crimes correlatos praticados pelo crime organizado, como a lavagem de dinheiro e o tráfico de drogas, cujos recursos também são usados para financiar as ações terroristas (CONSORTE, 2007, p.6).

A atuação dos adidos militares, assessores militares de missões diplomáticas, é importante vetor na condução dessa Diplomacia Militar. Ela promove o desenvolvimento, a sustentação e o fortalecimento das relações bilaterais militares de cooperação, fortalecendo a confiança mútua entre os Exércitos, o que facilita o compartilhamento de informações, possibilitando o rastreamento de ameaças terroristas em todo o mundo. Os adidos militares buscam entendimentos para a homologação de amplos compromissos militares na coordenação de ações combinadas, além de proporcionarem o importante reforço das políticas nacionais acerca das medidas de segurança e na melhoria de iniciativas de inteligência entre os exércitos.

A Diplomacia Militar [...] poderá incluir programas de cooperação específicos para um determinado país, definindo es-

tratégias diferenciadas para a atuação de adidos militares e para o oferecimento de oportunidades de intercâmbio subsidiadas pelo Brasil. (BRASIL, 2013, p.24)

As aditâncias militares brasileiras nos Estados Unidos da América, nos países europeus, além de Israel e Turquia, favorecem esse tipo de cooperação e de construção de confiança mútua, pois esses países convivem diuturnamente com ameaças latentes da realização de atentados terroristas em seus territórios ou contra seus interesses em outras partes do mundo.

Desenvolvendo e realizando essas atividades, a Diplomacia Militar do Exército Brasileiro está ampliando a capacidade do Exército no combate e na prevenção ao terrorismo transnacional, desempenhando um importante papel na construção da confiança mútua e de um ambiente de cooperação internacional.

Conclusão

O terrorismo não respeita fronteiras ou qualquer conceito de áreas de limitação de conflitos, nem mesmo considera a existência de territórios neutros. O problema afeta toda a comunidade mundial, pois os grupos terroristas espalharam-se e estão prontos a utilizar a violência de forma deliberada, com o objetivo de inspirar medo e atrair publicidade para suas metas políticas, sociais, econômicas ou militares, as quais não são reconhecidas pela recém-aprovada legislação brasileira (LANDIM, Hiallyson, 2015, p.37).

Após os atentados do 11 de setembro de 2001, observou-se que ações unilaterais, mesmo aquelas executadas por grandes potências mundiais, não são eficazes no combate e na pre-

venção de ações terroristas. Destarte, cresceu de importância a cooperação internacional para fazer frente a essa ameaça global, em que todos os países estão vulneráveis e passíveis de sofrerem atentados dentro de seus limites territoriais.

As vulnerabilidades brasileiras que facilitam a ocorrência de atentados terroristas no território nacional, como foi visto, são inúmeras, e todo esforço no sentido de diminuir tais riscos deve ser realizado.

A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro vem realizando um importante trabalho de cooperação e de integração junto à comunidade militar internacional, promovendo atividades que permitem a prevenção de ameaças terroristas no país e, ao mesmo tempo, capacitando o Exército Brasileiro para combater o terrorismo transnacional de forma eficiente e eficaz.

A proximidade dos Jogos Olímpicos³ e a ocorrência dos recentes atentados terroristas na França e na Bélgica reforçam a pressão interna-

cional sobre o governo brasileiro a respeito da prevenção e combate ao terrorismo transnacional durante a execução desse grande evento desportivo mundial. Com isso, avulta de importância a interação da Diplomacia Militar do Exército Brasileiro com a diplomacia regular para a difusão das capacidades do Brasil na manutenção de um ambiente seguro e estável e na busca da ampliação do apoio de toda a comunidade internacional no esforço conjunto de dissuasão dessa real ameaça durante os jogos.

Por fim, pode-se concluir que a Diplomacia Militar do Exército Brasileiro desempenha papel importante no combate ao terrorismo transnacional pelo fortalecimento da cooperação e da confiança mútua do país no cenário político internacional. Assim, permitindo a prevenção de ameaças, capacitando a Força Terrestre e contribuindo para a manutenção da segurança e da soberania nacional. ☰

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.
- AZEVEDO, Luiz Eduardo Paixão Martins de. **Regimes de cooperação na luta Contra o terrorismo transnacional.** Monografia (Curso de graduação em Relações Internacionais), Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2008.
- BASTOS, Fabrício Moreira de. **A doutrina do Comando de Operações Especiais para o combate ao terrorismo em Território Nacional.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 38/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão Nr 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2002.
- _____. **Decreto nº 8.125**, de 21 de outubro de 2013. Altera o Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de

³ NR: Este artigo foi escrito antes dos Jogos Olímpicos e, como já mencionado em nota anterior, antes também do atentado de 14 Jul 16, na cidade de Nice, França.

2004, que fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 06 Mar 2016.

_____. **Lei nº 13.260**, de 16 de março de 2016. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 28 Abr 2016.

_____. **Portaria nº 3.089**, de 22 de novembro de 2012. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 Nov 2012. Seção 2, p. 7.

_____. Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Manual Escolar Trabalhos acadêmicos na ECEME**. Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2004.

_____. Exército Brasileiro. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional**. Comandante do Exército, Brasília, DF, 2013.

_____. Exército Brasileiro. **Boletim do Exército nº 30**, 23 Jul 2004. Disponível em: http://www.sgx.eb.mil.br/be_ostensivo/Be2004/Be2004pdf/be30-04.PDF. Acesso em: 18 Mar 2016.

_____. Exército Brasileiro. **Boletim do Exército nº 14**, de 08 Abr 2011. Disponível em: <http://www.sgx.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=907&act=bre>. Acesso em: 18 Mar 2016.

_____. Exército Brasileiro. **Boletim do Exército nº 35**, de 28 Ago 2015. Disponível em: <http://www.sgx.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=1379&act=bre>. Acesso em: 18 Mar 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Política de Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2. Ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **EB20-MC-10.212: Operações Especiais**. 2 Ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre**. 1 Ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.

_____. Ministério da Defesa. **MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2007.

COMUNELLO, Patrícia. Forças Armadas do Brasil e da Colômbia cooperam no combate ao narcotráfico nas fronteiras. **Defesanet**, Brasília, 04 Fev 2016. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/toa/noticia/21480/Forcas-Armadas-do-Brasil-e-da-Colombia-cooperam-no-combate-ao-narcotrafico-nas-fronteiras/>. Acesso em: 05 Mar 2016.

CONSORTE, Raquel de Castro Campos Jaime. A Cooperação Internacional à Repressão e Combate ao Terrorismo. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, DF, 2007.

FILHO, Alfredo Ferreira dos Santos. **Terrorismo internacional**: um estudo sobre a definição e a estrutura de combate para o Estado brasileiro. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

FRANCO, Jussara Bortolucci. **O emprego das Forças Armadas Brasileiras no combate ao terrorismo**:

aspectos jurídicos. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pós-Graduação em Direito e Inteligência no combate ao crime organizado e ao terrorismo), Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2012.

FLORES, Mário Cézar. **Reflexões Estratégicas: repensando a Defesa Nacional**. São Paulo, Erarealizações, 2002.

GONZAGA, Alexandre. SOARES, Fayga. ROCHA, Marina. **Diplomacia e Defesa: Oficiais-generais relatam experiências de projeção internacional das Forças Armadas**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/15445-diplomacia-e-defesa-oficiais-generais-relatam-experiencias-de-projecao-internacional-das-forcas-armadas>. Acesso em: 05 Mar 2016.

GOUVÊA, Carlos Alberto Moreira. **A cooperação dos Estados da América do Sul contra o terrorismo. Resoluções e acordos internacionais**. Rio de Janeiro. EGN, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo. Ed. Schwarcz, 2007.

_____. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

JONES, Phil. **The Military Contribution To Soft Power: A Comparative Analysis**. Seaford House Paper. Royal College of Defence Studies. London, 2010.

LANDIM, Hiallyson Eller G. Cruz. **Guerra ao terror: o emprego do Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro no combate ao terrorismo transnacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015.

LANDIM, Hiarlley G. Cruz. **A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro e o ambiente de Segurança e Defesa na América do Sul**. Tese (Doutorado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

_____. SISFRON: ferramenta de ampliação da Diplomacia Militar brasileira e fortalecimento do CDS. **Revista Política Hoje** – Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Vol. 24, n. 1, 2015.

MESQUITA, Maria Dá. O Vetor Militar no Combate ao Terrorismo: Novos Desafios, Nova Estratégia? **IDN Brief** - Revista do Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Portugal, Jul 2013.

MESSEDER, Marcus Vinicius Mansur. **O Terrorismo Contemporâneo e seus reflexos para o Estado brasileiro**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

MOREIRA; Laurence Alexandre Xavier; MARQUES; Humberto da Silva. **O terrorismo e o Estado Brasileiro: reflexos para o emprego da Força Terrestre**, [S.l.: s.n.] 2009.

MUTHANNA, Ka. Military Diplomacy. **Journal of Defence Studies**, Vol 5. No 1. January 2011. Índia. 2011.

PANIAGO, Paulo de Tarso Resende et col. Uma cartilha para melhor entender o terrorismo internacional: conceitos e definições. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília, ABIN, v.3, n.4, set. 2007.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. A prevenção e o combate ao terrorismo no sec. XXI. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br>>. Rio de Janeiro, 2010. Acesso em: 27 Fev 2016.

_____. **A prevenção e o combate ao terrorismo transnacional no século XXI – Um guia militar**. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br>>. Rio de Janeiro, 2012. Acesso em: 27 Fev 2016.

_____. **Operacionalizando o Comando e Controle no combate ao terrorismo onze anos após o 09/11; reflexos no Brasil.** Pub da Sec Op GLO ECEME, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Enfrentando novas realidades:** As forças de operações especiais e as ameaças do século XXI. Suplemento Especial N° 15 Ano 23, Revista: Tecnologia & Defesa, São Paulo, 2007.

RABÉLO, Rogério Cunha. **A participação do Ministério da Defesa na implementação da Resolução 1373 da Organização das Nações Unidas no Brasil (prevenção e combate ao terrorismo).** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

SACHAR, B. S. Cooperation in military training as a tool of peacetime military diplomacy. **Strategic Analysis**, Vol. 27, No. 3, Jul-Sep 2003. Institute for Defence Studies and Analyses. New Delhi. January 01, 2004.

SARAIVA, Grazielle Oliveira. A política externa norte-americana e o discurso antiterrorismo. **Monografia**. Porto Alegre, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www4.fapa.com.br/monographia/artigos/3edicao/GRAZIELE.pdf>. Acesso em: 20/09/2015.

SIGLER, Paul A. **Defense Attachés and Theater Security Cooperation: Bringing Military Diplomacy into the 21st Century.** Newport, USA: Naval War College, 2007.

SIMIONI, Alexandre Arthur Cavalcanti. **O terrorismo contemporâneo: consequências para a Segurança e Defesa do Brasil.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, RJ, 2008.

SINGH, Prashant Kumar. **China's Military Diplomacy.** Strategic Analysis. Vol. 35, No. 5, September 2011, 793–818, Institute for Defence Studies and Analyses. New Delhi, 2011.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilhas e movimentos de resistência ao longo da história.** Editora Contexto, São Paulo, 2009.

WHITTAKER, David J. (Org). **Terrorismo: um retrato.** Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 2005.

NR: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

ⁱ Para mais detalhes ver *O futuro do poder*, de Joseph Nye (2010).

ⁱⁱ Hiarlley Gonçalves C. Landim (2014), em sua tese de doutorado apresentada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, afirma que a Diplomacia Militar brasileira possui o enfoque construtivista, pois baseia suas ações no poder militar brando e cooperativo, ou seja, na cooperação e na confiança mútua para selar as relações entre os países.

ⁱⁱⁱ Para mais detalhes, ver a Política Nacional de Defesa (2012).

^{iv} A DAEBAI pode ser encontrada pelo link: <<http://pt.calameo.com/read/00123820601e3ba92417c>>.

^v A guerra irregular possui características próprias, que a distinguem de uma guerra regular. Algumas das principais características são: luta pelo apoio da população; relevância dos componentes políticos e sociais; menor relevância dos aspectos militares; preponderância dos aspectos indiretos; estratégia prolongada; não linearidade; ausência de padrões rígidos de planejamento e execução; insubordinação a restrições legais, individualidade; maior proximidade entre os níveis político, estratégico e tático; e parâmetros operacionais próprios.

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praça Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440



Fundação
Habitacional
do Exército



Associação
de Poupança
e Empréstimo

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teleatendimento ao Cliente 0800 61 3040 | Ouvidoria 0800 647 8877 | Central de Teleatendimento aos Surdos 0800 646 4747

FINANCIAMENTO PARA
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

POUPEX

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.

JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444

WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG





Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.

www.bibliex.ensino.eb.br

